



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Igor Soares Rodrigues

Revista Typographica: uma classe ilustrada em tempos confusos (1888-1890)

Rio de Janeiro

2020

Igor Soares Rodrigues

Revista Typographica: uma classe ilustrada em tempos confusos (1888-1890)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientador (a): Prof.^a Dra. Tania M. T. Bessone da Cruz Ferreira

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

R696 Rodrigues, Igor Soares.
Revista Typographica: uma classe ilustrada em tempos confusos (1888-1890)
/ Igor Soares Rodrigues. – 2020.
131 f.

Orientador: Tania M. T. Bessone da Cruz Ferreira.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas.

1. História – Teses. 2. Prática tipográfica – Teses. 3. Imprensa – Teses. I.
Ferreira, Tania M. T. Bessone da Cruz. II. Universidade do Estado do Rio de
Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

es

CDU 94(81):070

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Igor Soares Rodrigues

Revista Typographica: uma classe ilustrada em tempos confusos (1888-1890)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: História Política

Aprovada em 12 de agosto de 2020.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Tania M. T. Bessone da Cruz Ferreira (Orientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof.^a Dra. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

Prof.^a Dra. Claudia Regina Andrade dos Santos
Centro de Ciências Humanas - UNIRIO

Rio de Janeiro

2020

DEDICATÓRIA

*Para Alice,
Pela feliz caminhada compartilhada.*

AGRADECIMENTOS

Em todo livro, tese ou dissertação essa é a primeira parte que leio, sendo nesse trabalho a última que escrevo. Geralmente carregada de humanidade, esse espaço é marcado pela alegria da conclusão de uma etapa, além da demonstração, por trás de centenas de páginas, de outras relações que dão significado à obra. Exemplos da construção coletiva do conhecimento, mas também de como nossas ligações são fundamentais para preencher de sentidos a escolha de escrever um trabalho.

Os agradecimentos são extensos. Primeiro devo deixar registrado o apoio financeiro para a realização da pesquisa do Conselho de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Não há dúvidas de como políticas públicas são fundamentais para o desenvolvimento de pesquisas científicas, constituindo-se em reflexo do país que almejamos.

Nessa trajetória, que começou em princípios de 2018, a orientação de Tania Bessone teve um imenso papel. Suas sugestões sempre foram certas, de maneira que no percurso da escrita pude ter a real dimensão de seus comentários e indicações. Se a experiência do mestrado gerou memórias agradáveis, muito devo à sua influência. Obrigado pela confiança que me presenteou. Sem dúvida é uma das referências que carrego, tanto pelo profissionalismo, quanto pela pessoa generosa que é.

A Claudia Santos pelos conselhos e trocas de informações, devo-lhe muito por ter disponibilizado antecipadamente capítulos de seu trabalho. Não posso deixar de lembrar que suas falas me motivaram a realizar o mestrado. Sua ajuda foi inestimável.

A Lucia Bastos pela atenção dispensada ao aluno recém ingressado no curso de mestrado, que meio perdido encontrou em sua presença auxílio oportuno. Grato pela sua participação na qualificação e defesa deste trabalho, além dos estímulos de suas aulas, responsáveis por saídas inquietas da UERJ.

A Lucia Guimarães por permitir o acompanhamento em suas aulas, como requisito do estágio obrigatório, que fez dessa obrigação um prazer. A Tania de Luca por conceder seu artigo ainda não publicado sobre a *Revista Typographica*, muito me inspirou nas escolhas estabelecidas.

Na montagem do projeto, entre a leitura das fontes e o atender de telefones como contínuo na Eletrobras, devo deixar meus agradecimentos pelos incentivos de Helemar Pereira, na sua mesa, encontrei conforto quando mais precisei. Também daquele momento, devo mencionar o chefe do departamento de engenharia, Jonatan Ross, que não poupou compreensões ao me liberar para que fosse atrás de meus objetivos. Além dessas amizades,

construídas cotidianamente, houve outras também importantes como as de Daniel Machado, Daniel Bruno e Marcelo Jacques.

Nos corredores extensos da UERJ sempre encontrei um ouvido amigo como os de Karina Rangel e Emanuel Germano. Obrigado a Solange, essa professora que, há décadas na Educação Básica, estampa um sorriso todas as manhãs aos colegas, e fez a gentileza da revisão textual deste trabalho.

Agradeço a meus pais pelos esforços e cuidados dedicados a mim ao longa da vida. A Olga, uma cachorrinha que transmite no olhar uma enorme tranquilidade, e que em momentos de estresse, utilizei como fuga o privilégio da nossa convivência. Às amizades necessárias à leveza da vida como as de Thaís, Jessica, Ruan e Henrique.

Por fim, um agradecimento especial à historiadora Alice Moura. Suas leituras sistemáticas de cada capítulo do meu trabalho e sugestões sempre me trouxeram a segurança para seguir em frente. Além de ser uma referência em dedicação e inteligência, me concedeu a felicidade indescritível de viver ao seu lado. Cada palavra que constitui esse texto é testemunha dessa relação que traz sentido a toda uma vida. A você dedico esse trabalho.

RESUMO

RODRIGUES. Igor S. *Revista Typographica: uma classe ilustrada em tempos confusos (1888-1890)*. 2020. 131 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

O presente trabalho realiza a narrativa da *Revista Typographica*, periódico organizado e destinado aos tipógrafos, tendo a Corte Imperial, posteriormente Capital da República, como palco principal. Sua publicação encontrou relativa longevidade, principalmente pelo exemplo das iniciativas anteriores, circulando seus números entre os anos de 1888 a 1890. Tinha como objetivo principal a defesa do seu grupo profissional, assim estaria empenhada na promoção da associação Centro Tipográfico Treze de Maio, até dando seu apoio à paralisação de tipógrafos na folha *Diário de Notícias*. Além dessa atuação não estariam alheios aos principais acontecimentos da época, como a Abolição e República. Por fim, uma publicação é resultado de esforços de indivíduos que viviam em um tempo específico, assim pretendemos demonstrar suas trajetórias, identidades e a relação desses trabalhadores com o universo impresso.

Palavras chaves: Tipógrafos. Imprensa. *Revista Typographica*.

RESUMEN

RODRIGUES. Igor S. *Revista Typographica: una clase ilustrada en tiempos confusos (1888-1890)*. 2020. 131 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

El presente trabajo lleva a cabo la narrativa de la *Revista Typographica*, periódico ordenado y destinado a los tipógrafos, con la Corte Imperial, luego Capital de la República, como escenario principal. Su publicación logró una relativa longevidad, principalmente por el ejemplo de iniciativas anteriores, circulando sus números entre los años 1888 a 1890. Su objetivo principal fue la defensa de su grupo profesional, así se vio comprometida en la promoción de la asociación Centro Tipográfico Treze de Maio, apoyando el paro de los tipógrafos en la hoja *Diário de Notícias*. Además de esta actuación no se alejaron de los principales hechos de su tiempo, como la abolición y la República. Por fin, una publicación es el resultado de los esfuerzos de individuos que vivieron en un tiempo específico, así pretendemos demostrar sus trayectorias, identidades y la relación de estos trabajadores con el universo impreso.

Palabras clave: Tipógrafos. Prensa. *Revista Typographica*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cabeçalho da Revista Typographica (1888-1890)	19
Figura 2 - Cabeçalho da Revista Typographica (1864).....	19
Figura 3 - Retrato de Francisco Martins Pereira.....	33
Figura 4 - “O decano dos funcionários públicos”, José Xavier Pires.....	35
Figura 5 - Litogravura do edifício de O Paiz.....	43
Figura 6 - Centro Tipográfico Treze de Maio: Relação Nominal dos Srs. Sócios.....	77

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Correspondência com periódicos estrangeiros	24
Tabela 2 - Visita e leitura de impressos nacionais.....	26
Tabela 3 - Colaboradores.....	29

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	MONTANDO A <i>RT</i>: TRADIÇÃO, IDENTIDADE, TRAJETÓRIAS E CONDIÇÕES DE TRABALHO	15
1.1	Tradição na imprensa: os primórdios da Revista <i>Typographica</i>	15
1.2	<i>Revista Typographica</i> (1888-1890): organização e produção	18
1.3	Os tipógrafos têm nomes: os colaboradores da <i>RT</i>	28
1.4	Tipógrafos: uma classe ilustrada	37
1.5	Condições de trabalho	41
1.6	Ensino tipográfico, aprendizagem e concorrência estrangeira	50
2	ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO, PARTICIPAÇÃO OPERÁRIA E ASSOCIATIVISMO	59
2.1	A cultura política saquarema e sua crise: ampliação do espaço público	61
2.2	Centro Tipográfico Treze de maio, para além de uma cooperativa (1888-1889)	71
2.3	Centro Tipográfico: objetivos, regulamento e possíveis influências	76
2.4	A greve no <i>Diario de Noticias</i>	79
3	NOVOS TEMPOS E MUITAS INCERTEZAS	97
3.1	Que República?	97
3.2	Partido Operário	103
3.3	Luiz da França e Silva, o propagandista operário	111
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
	REFERÊNCIAS	127
	APÊNDICE – Periódicos Consultados	131

INTRODUÇÃO

A *Revista Typographica* foi um periódico editado e direcionado aos tipógrafos na capital do Império e República. De circulação semanal, saía aos sábados, variando seu número de páginas entre quatro à doze. Tinha por interesse a defesa da classe¹ que teve por título, mas iria mais além.

A primeira vista pode parecer um trabalho bem recortado, sem maiores complicações, a análise de um único periódico, tendo seu tempo de circulação de dois anos (1888-1890) com intervalos. Entretanto, devemos fazer algumas ressalvas. A análise de apenas um periódico não exclui uma abordagem também quantitativa, como, por exemplo, o levantamento de quantas folhas realizavam permuta, sua localidade, objetivos e redatores. Outra porta que se abriu e tornou-se impossível ignorá-la foi a trajetória dos principais colaboradores da *RT*.² Assim, tivemos de realizar um longo percurso por décadas através dos jornais para trazer minimamente os passos desses indivíduos, tendo a dificuldade complementar de nomes comuns à época, como Francisco Martins Pereira.

Um periódico é escrito, produzido e lido por indivíduos que transitam por diversos ambientes. Nos deparamos com tipógrafos que faziam parte de sociedade carnavalesca e de diversas associações, de ofício ou não, típico de uma florescente cultura associativa.³ Assim, os anos em que teve vida a publicação são um daqueles períodos que confirmam a relatividade do tempo. No curto período de dois anos eventos como abolição da escravidão, queda do regime político que conhecemos desde a Independência, e a instauração de uma República em disputa perpassam as páginas de uma folha de tipógrafos.

Os acontecimentos mencionados acima ilustram fases da vida nacional, mas há o elemento de como trabalhadores de um setor peculiar, que tinham uma identidade forjada na ilustração ligada as letras, observavam, participavam e interpretavam esses acontecimentos. A Abolição, por exemplo, será interpretada como uma conquista do grupo, não sem motivos, pois tinham uma associação que fazia parte da afamada Confederação Abolicionista. Utilizam a data do treze de maio como símbolo de união para fundar uma associação, o Centro Tipográfico Treze de Maio. Seus objetivos eram múltiplos, como a fundação de uma cooperativa, sua

¹ Utilizamos a palavra classe nesse trabalho como categoria para a diferenciação dos grupos à época. Não falavam em classe operária, mas classes operárias para situar os vários ofícios existentes. Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa, organizado por Luís Maria da Silva Pinto, em 1832, classe significaria “ordem de distribuição sistemática”, como, por exemplo, classes das plantas e animais.

² A partir daqui utilizamos a abreviação *RT* para designar *Revista Typographica*.

³ BATALHA, Claudio; SILVA, Fernando Teixeira da & FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de classe*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

principal causa, a organização de comissão para empregos, envolvimento em greves, eleição de representantes a cargos eletivos, entre outros.

O principal objetivo da *Revista Typographica* era defender os interesses dos tipógrafos. Mas quem são esses trabalhadores ilustrados que lutam para conseguir uma mínima unidade para defender causas comuns? A História do Livro e a nova historiografia do trabalho nos trouxeram importantes contribuições. O termo tipógrafo engloba uma série de funções dentro da produção de impressos. Tínhamos como principais trabalhadores do ramo os impressores e compositores, sendo os últimos a grande maioria. A arte de compor era um trabalho que requeria uma disposição física ao realizar inúmeros movimentos repetitivos entre a caixa de tipos até as linhas, mas também uma disposição intelectual. Esta não era só a capacidade de ler e escrever, mas um bom compositor deveria ter conhecimentos prévios em Química, para lidar melhor com as matérias dos tipos e melhorar sua conservação. Deveria conhecer Aritmética para medir com precisão as proporções da página, como, por exemplo, a composição em duas páginas ou de um mapa.

No período estudado estavam esses indivíduos passando por diversas dificuldades, tendo uma má remuneração e prestígio junto à sociedade. Para tanto, acreditavam que o estudo minucioso sobre suas funções seria responsável pela sua elevação material e intelectual. Não à toa que uma parte considerável de suas páginas seriam dedicadas a assuntos técnicos escritos por um tipógrafo exemplar, José Xavier Pires, ou de traduções de periódicos estrangeiros de tipógrafos, com destaque para os da França.

Mas tanto para criar uma cooperativa, como desejava o Centro Tipográfico, quanto para melhorar a instrução dos tipógrafos, era necessário a ação do Estado. Aventam a possibilidade do financiamento estatal à cooperativa que seria responsável pela formação de novos aprendizes. Estes jovens eram mal vistos pelos tipógrafos mais experientes por não possuírem o conhecimento necessário para o pleno desenvolvimento da arte, mas também pelo rebaixamento dos salários gerado por uma competição por postos de trabalho. Diante a exploração, visão que enxergava no fazer tipográfico, tão somente, os lucros de uma empresa, que ocorrem eventos como a greve no jornal *Diario de Noticias*.

Contra essa realidade havia a esperança de novos tempos. Marialva Barbosa nos diz que esses trabalhadores estavam em um campo intermediário culturalmente, pois eram trabalhadores que estavam em contato com a cultura dominante do período, expressa nas principais folhas diárias em que compunham seu labor. Nas fontes podemos suspeitar do acerto de sua afirmação, não seria incomum a menção ao progresso dos novos tempos, com as

tecnologias que surgiam e de como a Abolição inauguraria um horizonte melhor para a indústria nacional, ao atrair imigrantes para nossas terras.

Mas o caminho das ideias não percorre ladeira abaixo, sabemos da circularidade da cultura e a complexidade da experiência humana no tempo.⁴ Assim, não podemos ter uma visão teleológica da República recém inaugurada em 1889. Não é possível imaginarmos que diversos atores envolvidos na queda da monarquia tinham um plano em comum do novo regime político, pelo contrário. A *Revista Typographica* nos traz a interpretação de República de personagens esquecidos. Mais do que visões peculiares, ocorreram ações que deram concretude às suas ambições. A trajetória símbolo dessas reivindicações é de Luiz da França e Silva, dono e redator principal da *RT* por maior tempo, que será o fio condutor para além do nosso objeto, posto que o fim da publicação é justamente quando França e Silva começa na direção do *Echo Popular*, em que atuaria pelos interesses dos trabalhadores e formação de seu partido.

Diante desses aspectos mencionados decidimos dividir este trabalho em três capítulos. O primeiro tem por objetivo traçar as principais características da *RT*, desde sua materialidade até os periódicos que estabeleceu contato e seus colaboradores. Dos últimos selecionamos as trajetórias de Julio Ladislau, Francisco Martins Pereira e José Xavier Pires. Esse levantamento dos caminhos percorridos por esses trabalhadores é ilustrativo das dificuldades e estratégias utilizadas para melhorarem sua sorte. Complementando o quadro anterior, buscamos reconstruir a rotina de trabalho dos tipógrafos na Corte nas principais folhas diárias. E como interpretavam suas condições de trabalho e as soluções possíveis.

No segundo capítulo a ênfase recai sobre o contexto da década de 1880 e as mudanças dos mecanismos de manifestação política. Sintoma e causa a campanha abolicionista terá centralidade nos principais desfechos do momento e lá estariam os tipógrafos. A *RT* narra a participação de seu grupo na mobilização e nos festejos do dia 20 de maio. Esse evento marcaria a fundação de uma nova associação, o Centro Tipográfico Treze de Maio. Procuravam dar continuidade à união encontrada na data homenageada, infelizmente não obtiveram sucesso. A paralisação dos trabalhos no *Diario de Noticias* fez ressurgir antigas desavenças entres os tipógrafos, sendo essas disputas fartamente expostas na imprensa da época. Um grande espaço dedicamos à análise desse episódio significativo.

O último capítulo é mais enxuto. Os últimos números da *RT* seriam marcados pelos debates sobre o novo regime político. Pelo debate travado entre Elpidio de Castro e França e Silva podemos ter ideia das expectativas e incertezas que rondavam as mentes daqueles

⁴ GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2017.

trabalhadores. Nesse momento, o redator principal do periódico reforça a ideia de criação de um partido operário, aposta na expansão dos direitos políticos. Mas a iniciativa não seria tão simples. Após a última publicação da *RT*, França e Silva continuaria nas novas lutas surgidas, principalmente pela defesa de um partido dirigido pelos próprios trabalhadores, assim sua oposição ao tenente José Augusto Vinhaes.

Para encerrar, ainda no terceiro capítulo, reconstruímos, dentro dos limites das fontes e da bibliografia, a trajetória de Luiz da França e Silva. Nascido no Rio Grande do Norte, esse tipógrafo negro teria uma existência marcada por lutas diversas. Sua ousadia de utilizar a imprensa para expor suas ideias cobrou-lhe um preço. Não foram poucas as ofensas de seus adversários, que lançavam mão do racismo e de acusações graves, como a de assassinato. Desconfiamos que os ataques não eram só impressos, mas físicos, como agressão ou perda de emprego. Após sua morte, criou-se uma tradição que durou décadas, em que trabalhadores visitavam sua última morada no primeiro de maio.

A *Revista Typographica* marcou presença no complexo universo de impressos do final do século XIX. As páginas que seguem são um esforço de demonstrar como esses tipógrafos enxergavam a si mesmos, a imprensa e sua atuação no mundo. Sua pouca aparição pode ser reflexo dos poucos sucessos obtidos, mas é um dos infindáveis exemplos de persistência em mudanças por indivíduos “comuns” em seu cotidiano de lutas.

1 MONTANDO A RT: TRADIÇÃO, IDENTIDADE, TRAJETÓRIAS E CONDIÇÕES DE TRABALHO.

1.1 Tradição na imprensa: os primórdios da Revista *Typographica*

Ao estudar a imprensa oitocentista no Brasil, ou o circuito de comunicação⁵, nos deparamos, invariavelmente, com os tipógrafos, para alguns à época, malditos.⁶ O adjetivo ilustra um dos aspectos de seu aparecimento, a questão técnica, tão reclamada por escritores desse período sobre o lento desenvolvimento da arte em nossas terras. Os conflitos entre os autores e os mediadores da escrita ilustram os caminhos percorridos do autor ao leitor e a importância desses personagens obscuros por trás de suas caixas de tipos.

Ciosos de sua relevância, escreveram diversas publicações no período, sendo esse outro motivo de sua aparição na historiografia. O surgimento dessas folhas correspondia a momentos específicos, sendo destinada tanto ao público em geral quanto ao grupo de ofício. Assim, o *Jornal dos Typographos* (1858) surge quando os trabalhadores das três principais folhas diárias resolvem paralisar suas atividades, reivindicando maiores salários. Enxergavam na publicação própria a execução de duas questões: a legitimidade de suas exigências perante o público, e o suprimento da demanda gerada pela ausência da publicação dos diários.

O auxílio para a impressão viria da Associação Tipográfica Fluminense. Instituição que possuía fins mutuais, como auxílio em caso de doença, funeral e pensão à viúva, típica de uma época em que não existia seguridade social promovida pelo Estado. Apesar de seus principais objetivos assistencialistas, a associação se envolveu diretamente no episódio da greve.⁷ No fim, seus cofres sofreram uma enorme perda com a publicação que teve duração efêmera.

A menção breve ao episódio não é sem propósito. A mesma associação teria papel relevante na fundação de outro periódico menos de dez anos depois, a *Revista Typographica*

⁵ Ressalva baseada na categoria desenvolvida por Robert Darnton: DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011. Como nos lembra Marisa Midori Deacto foi o autor estadunidense que realiza a aproximação entre a análise do livro e dos jornais. Ver: FEBVRE, Lucien & MARTIN, Henri-Jean. *O Aparecimento do Livro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 2.

⁶ SCHAPOCHNIK, Nelson. Malditos tipógrafos. Texto apresentado no I Seminário Brasileiro sobre livro e história editorial, realizado de 8 a 11 de janeiro na Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro (RJ). Disponível em: <<http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br>> Acesso em: 02 de fev. 2020.

⁷ Claudio Batalha mostra em artigo referencial como as associações do século XIX tinham campos de atuação múltiplos, em que as tradições culturais anteriores dialogavam com as novas organizações e questões do momento, como a própria atitude de paralisação do trabalho. Ver: BATALHA, Claudio. “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”. *Cadernos do AEL*, n. 11/12. Campinas, 2000.

(1864). Seu primeiro número veio à luz em primeiro de março, sendo o último em trinta de julho, totalizando 12 números. Sua publicação era quinzenal, custando 6\$000 por ano e metade do valor a assinatura por semestre. Tinha por objetivo divulgar conhecimentos sobre a arte tipográfica, podendo colaborar tipógrafos com trabalhos literários. A imprensa era vista como “instrumento da moralização e instrução dos povos, não deve converter-se em prostíbulo da injúria, poste das reputações, calvário das consciências”⁸, sendo o novo periódico uma contribuição para a educação dos seus pares.

O seu conteúdo seria dividido em quatro partes em suas 8 páginas: 1ª Revista *Typographica*, 2ª Artes, 3ª Parte Literária e 4ª Variedades. Seu editorial inaugural foi assinado por L. J. de C. Chavy, M. B. de S. Machado e L. F. Bernard, em nome dos acionistas. Pela leitura de seus números essa divisão não foi rígida.

A impressão era realizada na Tipografia Universal de Laemmert, localizada na rua dos Inválidos, 61 B, de propriedade dos irmãos alemães Eduardo e Henrique Laemmert. Ao que tudo indica a utilização do estabelecimento e de suas instalações era gratuita⁹, tendo em vista a ligação que existia entre os Laemmert e os tipógrafos, que seria de longa data como veremos.

Prova disso é que outro periódico, *O Typographo* (1867-1868), faz a comparação entre os dois principais editores do período: Baptiste Louis Garnier e os irmãos Laemmert. Laurence Hallewel evidencia como os tipógrafos reprovavam a prática de Garnier ao mandar produzir livros e até periódico, como o *Jornal das Famílias*, em Paris.

A maior parte das obras de que se compõe a grande livraria do Sr. Garnier, situada à rua do Ouvidor, é fabricada na Europa: isto é cousa tão sabida que ninguém pode contestar, apesar de virem com designação de sua manufatura no Rio de Janeiro, e ter esse senhor um revisor por conta própria em Paris; quando os Srs. Laemmert & Comp., procedendo por maneira diversa possuem um magnífico estabelecimento tipográfico e oficina de encadernação à rua dos Inválidos, onde acolhem os artistas brasileiros e dão-lhes a ganhar o seu dinheiro, que também é por eles ganho neste país. Louvamos a ação.¹⁰

Apesar da crítica dos tipógrafos, a produção do outro lado do Atlântico, mesmo com o custo do transporte, era mais econômica.¹¹ Esse fator não seria ignorado pelos trabalhadores que exigiriam diversas medidas a serem tomadas pelo governo, tendo como mediadora desse contato a Associação Tipográfica.

⁸ *Revista Typographica*, 01/05/1864.

⁹ Um indício importante é ausência de anúncios, fonte de receita ou contribuições como veremos mais adiante ao analisar a *Revista Typographica* (1888-1890).

¹⁰ *O Typographo*, 5/12/1867, p. 3.

¹¹ HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017, p. 224.

Para termos a dimensão da ligação entre os tipógrafos e os Laemmert, vale mencionar que os últimos eram sócios honorários da associação. A *RT* tinha ligação íntima com a instituição, sendo Chavy seu primeiro secretário e um dos responsáveis pela publicação. Em suas páginas encontramos a transcrição de sessões do seu conselho, assim tivemos contato com a carta de Henrique Laemmert em que agradece a honra de fazer parte de seu quadro social

Foi com sentimento de íntimo prazer e reconhecimento que recebi a sua estimada participação de 8 de setembro próximo passado, de me ter sido conferido o título de sócio honorário da Imperial Associação Tipográfica Fluminense; honra esta que sei apreciar em toda sua extensão, e pela qual me confesso sumamente penhorado [...] Se os esforços que há anos temos feito em nosso estabelecimento para granjear no Brasil à nobre arte de Gutenberg aquela posição honrosa que a justo título ocupa em outros países, tem sido bem sucedido, somos os primeiros a confessar que em grande parte devemos este resultado feliz à coadjuvação inteligente e ativa que nos foi prestada pelos artistas nossos dignos consócios, a cujo bem-estar continuaremos a consagrar a mais viva simpatia.¹²

O irmão Eduardo Laemmert terá suas palavras impressas na *RT* sobre o emprego do “a” carregado ou agudo, em um debate com conselheiro Castilho. Os tipógrafos usam o exemplo para dar relevo a importância de uma uniformidade ortográfica que não prejudicasse seu trabalho. Exemplos de como os irmãos tinham uma ligação e reconhecimento entre os tipógrafos.

As páginas dessa primeira versão da *Revista Typographica*, além de mostrar a ligação entre a publicação de um periódico e uma associação, que terá outra dimensão na década de 1880 com a ampliação da esfera pública¹³, nos traz elementos que constituem permanências nos anos seguintes. Um desses elementos são os artigos técnicos com o objetivo de instruir seus companheiros, com destaque para a tradução da *História da Tipografia* do tipógrafo francês Paulo Dupont.¹⁴

A aprendizagem e o ensino tipográfico permeiam suas atenções, mas também a falta de incentivo do Estado ao desenvolvimento de materiais fundamentais para o ofício. A ideia de elevação das tarifas alfandegárias de livros estrangeiros¹⁵ iria ter vida longa, encontrando abrigo, até onde alcançou nossa pesquisa, na década de 1890 nos programas dos partidos operários. A vantagem das impressões estrangeiras na competição por mercado seria devido à

¹² *Revista Typographica*, 15/05/1864, p. 2 e 3.

¹³ Podemos notar em períodos de crise política e social o aumento do número de publicações, assim como a criação de novas associações. Na história dos oitocentos brasileiro, temos como exemplo o período regencial e o período final do Império. MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de (org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018.

¹⁴ “Francisco Dupont, nascido em Dijon em 1763, morreu em Périgueux a 19 de janeiro de 1853, depois de ter exercido a profissão de tipógrafo durante 74 anos”. *Revista Typographica*, 1/02/1864, p. 4.

¹⁵ *Idem*, 15/04/1864, p. 1.

sua preocupação em promover fundições, papelarias, fábricas de prelos e máquinas de imprimir em seu próprio território.¹⁶

Podemos perceber como o periódico buscava criar uma agenda para melhorar as condições de trabalho de seus pares, tendo como interlocutora a representação de sua associação. Para além desses assuntos técnicos e políticos, havia a literatura produzida pelos tipógrafos que, como assinalou Artur Vitorino, externavam seus sentimentos e esperanças diante essa realidade.¹⁷

1.2 *Revista Typographica* (1888-1890): organização e produção

Depois de 24 anos surge a segunda *Revista Typographica*, que terá suas semelhanças, como dito, mas também diferenças. A similaridade que logo salta à vista é o cabeçalho da primeira página das duas publicações, sendo idênticas.

A produção da folha era também realizada na Tipografia Universal de Laemmert, sendo provável a utilização do mesmo clichê.¹⁸ A imagem tem ao centro a figura de Gutenberg, cercado por anjos que carregam tipos móveis e rolo de papel, além de uma mulher que representa a História. Um dos anjos que não carrega nenhum dos objetos ostenta um braço forte, possivelmente carregando a bandeira com o nome do periódico e uma alusão à força necessária ao impressor tradicional.¹⁹

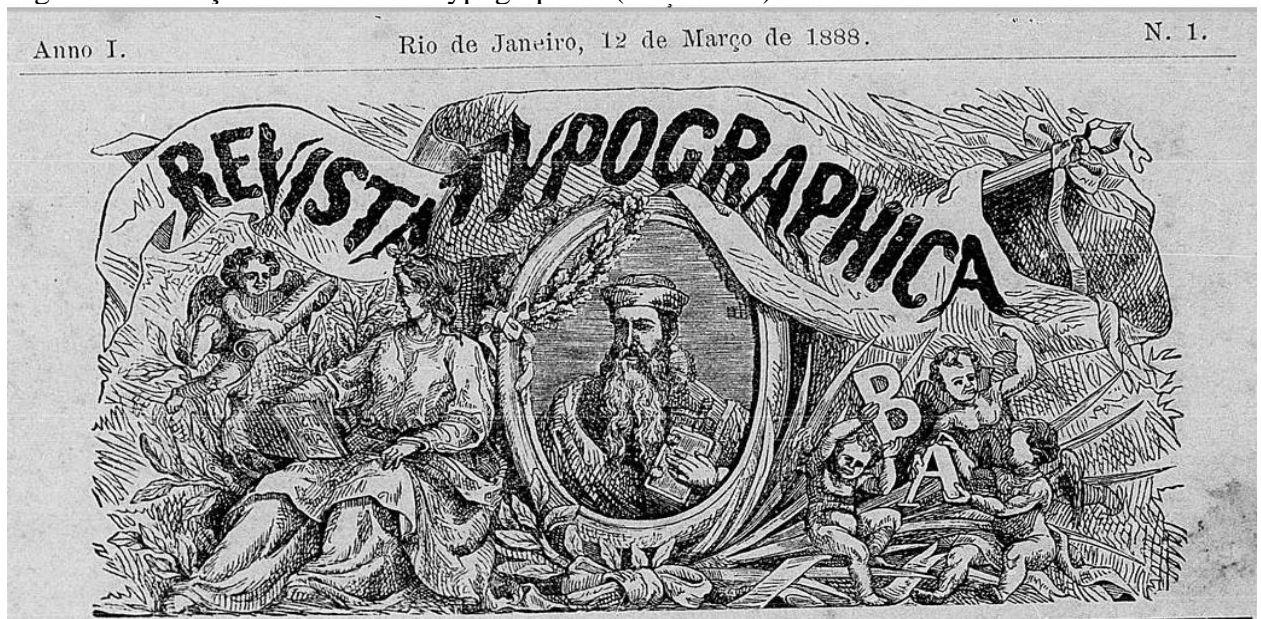
¹⁶ Idem, 15/06/1864, p. 3.

¹⁷ VITORINO, Artur José Renda. Os sonhos dos tipógrafos na Corte Imperial brasileira. In BATALHA, Claudio; SILVA, Fernando Teixeira da & FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de classe*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

¹⁸ Essa informação devo ao trabalho ainda não publicado de Tania de Luca. Vale deixar registrado que o método e sugestões da autora nesse artigo auxiliaram nas perguntas e objetivos traçados no levantamento de dados. LUCA, Tania. *Revista Tipográfica (1888-1890): identidade profissional e condições técnicas nas oficinas tipográficas do Rio de Janeiro*. São Paulo: s/e, 2020.

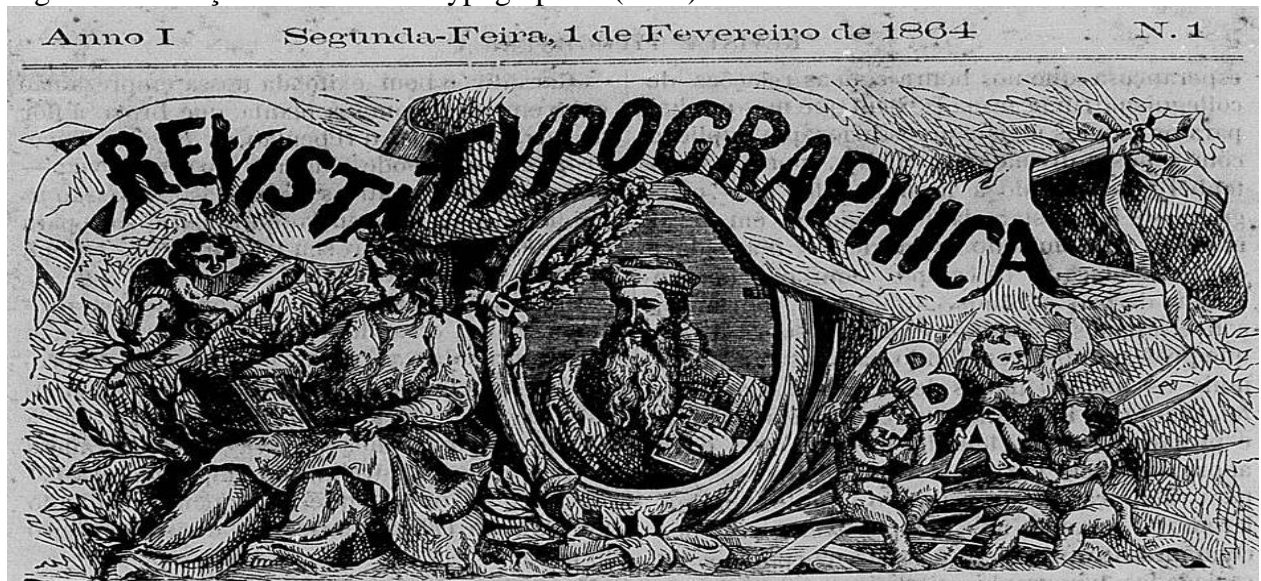
¹⁹ Sobre a diferença entre compositores e impressores, aqui ditos como prelistas.: “Os compositores devem ter uma certa instrução; aos prelistas, em compensação, pede-se apenas cuidado, gosto e força – pois o manejo da barra de prelo é trabalho cansativo”. Ver: O FEBVRE, Lucien & MARTIN, Henri-Jean. *O Aparecimento do Livro, op. cit.*, p. 218. Mas devemos ressaltar que no período aqui proposto as rotativas mudaram bastante as características do trabalho dos impressores.

Figura 1 - Cabeçalho da Revista Typographica (1888-1890)



Fonte: *Revista Typographica*, 12/03/1888, p. 1.

Figura 2 - Cabeçalho da Revista Typographica (1864)



Fonte: *Revista Typographica*, 01/02/1864, p. 1.

A *Revista Typographica* teria uma circulação semanal, com início 2 de março de 1888. Saía aos sábados, talvez por ser esse o dia do pagamento dos tipógrafos. Sua publicação alcança regularidade até seu número 51 (2/03/1889)²⁰, quando há intervalos até o número 78 (10/02/1890).²¹

²⁰ Em poucos momentos nesse período houve ausência ou atraso, são dois casos conhecidos: o primeiro (9/3/88) devido ao falecimento do imperador Guilherme foram suspensos os trabalhos na Tipografia Laemmert; o segundo por causa do episódio da greve no *Diario de Noticias. Gazeta de Notícias*, 7/11,88, p.1.

²¹ Na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional temos acesso aos números 1 a 51, 76 e 78. Infelizmente, após uma visita à instituição fui informado que só existem de fato esses números. A política de digitalização dos periódicos está ordenada segundo o estado físico e a procura na BN. Não conseguimos saber quando foi

Tinha por objetivo levantar como “bandeira de seu programa a defesa do interesse coletivo da classe a cuja sombra se abriga, reivindicando para ela o que de jure lhe pertencer”.²² Sua assinatura varia na forma de cobrança, no início por mês, \$500 na Corte, e 1\$500, trimestre, nas províncias. Após o nº 17 (30/06/88) muda o formato para a cobrança adiantada e por trimestre na Corte, sem reajuste, tendo um aumento nas províncias que passariam a pagar 3\$500, por semestre. No fim de 1888 (24/11/1888), começa a ter sua venda avulsa no valor de \$200.

Apesar do preço ser modesto, havia grande números de inadimplentes, sendo mencionado, inclusive, o hábito pouco usual de não exigir o pagamento adiantado, que mudaria depois, justamente pelo não cumprimento dos compromissos.²³ Podemos imaginar as dificuldades financeiras por que passava a *RT* nesse cenário, então era constante o apelo a novos membros, ocorrendo críticas aos tipógrafos que não se furtavam a sua leitura, mas sem realizar a assinatura. Sobre a transcrição de uma conversa em uma tipografia:

“F***, pergunta com curiosidade e interesse ao companheiro que de cócoras lê uma folha:
 - O que estás lendo?
 - A *Revista*.
 - Mas tu és assinante?
 - Não, quando quero lê-la peço emprestada a do Chico”²⁴

Infelizmente, como normalmente ocorre aos historiadores que se debruçam sobre a imprensa do período, não conseguimos saber a tiragem da *RT*. Os raros indícios que possuímos são as notícias sobre a segunda edição do primeiro número, devido ao interesse de coleção, e o esgotamento dos números 44 e 45, que não seriam reimpressos pelo custo, mas que “para evitar esse fato igual se reproduza d’ora em diante, aumentamos hoje a tiragem da *Revista*”.²⁵ Sem o número da tiragem só nos restou uma observação para supor, sem grande precisão, o número de assinantes. Em uma dessas reclamação o redator principal deixa pistas.

Dizemos maioria, porque, não incluindo alguns amigos sinceros e dedicados, uma terça parte, se tanto, presta auxílio à *Revista Typographica*. E não se diga que a classe tipográfica não pode sustentar uma folha que procura defender os seus próprios

realizada a digitalização do periódico e não tivemos acesso físico ao documento, porém, segundo os Anais da Biblioteca Nacional, seu formato seria de 32 cm. Anais da Biblioteca Nacional, vol. 85, 1965, p. 125.

²² *Revista Typographica*, 12/03/1888, p. 1.

²³ Justificando a mudança, lembram que “temos adotado o sistema de não importunar aos que adoecem ou se desempregam”, mas “alguns recebem o nosso jornal um, dois e mais meses, deixando depois disto as casas onde trabalham, sem virem ao nosso escritório indenizar-nos ou indicar o novo endereço para facilitar o desempenho da nossa missão”. *RT*, 24/11/88, p. 1 e 2.

²⁴ *RT*, 11/08/88, p. 4.

²⁵ *RT*, 16/02/89, p. 2.

interesses; avançar-se tal proposição seria uma irrisão ou uma injúria irrogada aos brios dessa mesma classe numerosa, forte e pujante como é.²⁶

Na leitura dos seus números disponíveis falava-se em 1500 a 2000 tipógrafos na Corte, sendo a terça parte 500 a 650. Dentro dessa margem podemos pensar os assinantes, tendo em mente a possibilidade de contribuição de outros indivíduos não tipógrafos e a inadimplência, como visto.

Em relação ao seu número de páginas havia irregularidades no início, mas se firmando ao fim em 8 páginas.²⁷ O início da sua produção era, como dito, na Tipografia Laemmert, rua dos Inválidos 71, mas muda para a Tipografia Itália, localizada na rua d'Alfândega 142, de propriedade de Srs. Curvello d'Avila, a partir do número 37 (24/11/1888). Esse fato teria ocorrido por estar mais ligado os interesses da *RT* ao novo estabelecimento, que começaria a aparecer nos seus anúncios.

A propriedade do periódico no início era de uma associação, que não conseguimos pelas fontes saber qual era. Entretanto, a partir do quarto número (31/03/88) passam a ser os donos Paulo Latour e Luiz da França e Silva. O primeiro permanece até o início de setembro, sendo sua saída por incompatibilidade de horário com o segundo. A partir da produção na Tipografia Itália o seu cabeçalho muda novamente para propriedade de uma associação, dando relevo para a participação mais estreita do novo estabelecimento nos rumos da *RT*.

França e Silva terá papel de destaque nas posições assumidas em toda a trajetória da folha. De um perfil mais combativo e enérgico se envolveria em diversas disputas e intrigas, como veremos. O início de sua publicação e mudança de donos mostra a primeira desavença que surge. O primeiro redator era Antônio Pereira dos Santos, com a participação de Francisco Diogo Ferreira da Silva e Pedro Costa Brasileiro, que logo teriam uma concepção distinta da orientação a ser seguida por uma folha representativa de um grupo. Por exemplo, França e Silva acreditava na necessidade de algum nome que “figure no cabeçalho; do contrário, em vez de tornar-se órgão acatado e respeitado, constitui uma espécie de pasquim, sem ter quem queira moralmente responsabilizar-se pela doutrina que ele prega”.²⁸

Os pasquins eram periódicos que tinham um perfil combativo e detentores de uma linguagem ácida para seus desafetos, por esses motivos sofreram inúmeras repreensões de outros órgãos da imprensa, visto como indignos de fazerem parte das publicações da época. O

²⁶ *RT*, 13/10/1888, p. 3.

²⁷ Segue a relação dos números e suas quantidades de páginas por ordem decrescente: 8 páginas (nº: 12, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 76, 78); 4 páginas (nº: 1, 2, 3, 5, 6, 10, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 26, 28, 29, 33, 36); 6 páginas (nº 4, 7, 8, 9, 11, 13, 17, 23, 24, 25, 27, 30, 31, 32, 35); 9 páginas (nº20) e 12 páginas (nº 47).

²⁸ *RT*, 31/03/1888, p. 1.

uso do anonimato seria um elemento que libertaria a escrita de convenções, do que era moralmente aceito de ser publicado, usado largamente pelos pasquins, mas, a bem da verdade, não apenas por eles. Assim, uma nova e modesta folha que surge procurava se distanciar de uma imprensa marginalizada pelos seus pares.

Quando França e Silva assume a propriedade e o posto de redator principal²⁹, se justifica perante os leitores sobre a transição de orientação e mostra o seu papel e ideias no prosseguimento da empreitada.

Todos os proprietários que se retiram recusaram o encargo e me ofereceram, assim como também o de tesoureiro. Eu anui dizendo-lhes que só aceitaria os encargos oferecidos se, na parte editorial da folha, tivesse poder para fazer e desfazer, só saindo à publicidade o que fosse a expressão genuína das minhas convicções, de acordo com o artigo programa, por mim traçado e ao qual aderiram todos os sócios.³⁰

Ao que tudo indica os sócios retirantes aceitaram os termos, pegaram suas respectivas quantias e se desligaram da iniciativa. O ressentimento maior viria de Antônio dos Santos, antigo redator principal. Esse estaria insatisfeito com a nova orientação e dizia que sua saída representaria igualmente uma debandada de assinantes. Além disso criticou a linguagem empregada pela *RT*, como cafajestes, salafreiros e sujos para se dirigir a opositores. A folha retrata sua fala

[...] “nessa marcha em que vamos, estamos sendo prejudiciais à arte; que nunca mais ela poderá erguer um órgão em sua defesa e que nós ficaremos eternamente mal vistos e até desacreditados” [...] “que a *Revista* parece-se mais com um *Corsario* do que com uma defensora da arte e os muitos assinantes que arranjou para a *Revista* só continuam por consideração a sua pessoa, dele Santos”.³¹

A comparação ao Corsário, famoso pasquim de Apulco de Castro, que encontrou fim trágico, mostra a visão do que era legítimo ser publicado ou não. O agravamento consistia em ser os tipógrafos vistos como artistas responsáveis pelas palavras impressas que tinham por objetivo disseminar as luzes. Entretanto, não seria a última vez que a *RT* seria comparada a esse pasquim simbólico. A resposta de França e Silva é digna de ser registrada para ilustrar a sua escrita e personalidade.

Se o Sr. Santos tem tanto poder para arrastar consigo todos os assinantes que deu à *Revista* – pode levá-los, porque honra, dignidade e amor próprio ofendidos não se trocam por 500 rs.³²

²⁹ Dividido em alguns momentos com Julio Ladislau e depois com “colaboradores diversos”, entretanto, em todos os momentos figura o nome de França e Silva e pela leitura conseguimos captar a sua direção nos principais assuntos e disputas envolvidas.

³⁰ *RT*, 31/03/1888, p. 1.

³¹ *RT*, 31/03/1888, p. 1.

³² *RT*, 05/05/1888, p. 4.

A direção de França e Silva seria marcante. Nas seções da folha há dificuldade de ordenamento, pois apareciam artigos soltos sem estarem atrelados a uma divisão precisa. No início, quando figurava o sumário, existiam alguns artigos sob a rubrica de editorial, que logo após desapareceu. Apesar da maioria dos artigos de opinião serem do redator principal, há a menção de colaboradores ocultos, como o caso de “Adolpho de Paulo Ferreira, nosso dedicado e particular amigo, se bem que não queira nesse caráter figurar no cabeçalho desta folha”.³³

Os assuntos que poderíamos enquadrar no termo editorial variavam, mas alguns pontos existem em comum. Uns são dedicados a situação dos tipógrafos e sua remuneração nas folhas diárias, outros sobre o uso irrestrito de aprendizes, e casos de desentendimento com paginadores e o papel que esses deveriam desempenhar, ou seja, mais restritos a defesa desses trabalhadores e vivências relacionadas ao ofício. Outro caso eram os comunicados aos assinantes. Nessas circunstâncias havia um pronunciamento do que representava uma folha de classe e a importância dessa para a união e iniciativas de melhoria da condição de vida e trabalho.

A Abolição teria seu lugar. Após este acontecimento, assuntos relacionados ao Centro Tipográfico ganham mais destaque, inclusive com a transcrição de atas de suas reuniões, uma tradição desde a *RT* de 1864. Há o convite à adesão de novos membros para a associação e a defesa no caso do *Diario de Notícias*. Para reforçar suas posturas usava como argumento elogios vindos de periódicos de outras províncias, de tipógrafos, ou não. Temos também a questão do recrutamento forçado de tipógrafos ao exército. Nos últimos números, o tema da República e a formação de um partido operário figura em um debate entre França e Silva e Elpídio de Castro, assunto que será aprofundado no último capítulo.

Das seções que conseguem ter longevidade devemos mencionar algumas. Fragmentos e Questões Técnicas aparecem com frequência. O primeiro era escrito ou traduzido por José Xavier Pires, tipógrafo reconhecido entre seus pares por seus conhecimentos técnicos, que marcou presença em 22 números e versava sobre diversos assuntos: O livro e sua ornamentação; impressões a cores na tipografia; fundição; litografia e sua aprendizagem; gravura e o desenho a pedra; o papel na China; xilogravura; fototipia; encadernação; entre outros.

Questões Técnicas marcou presença em três números com essa nomenclatura, sendo artigos traduzidos do jornal francês *L’Imprimerie*. Entretanto, podemos incluir nessa seção outras matérias traduzidas que englobavam assuntos semelhantes, como sobre a fabricação e utilização de rolos e sobre o novo processo auto-estereotípico, da *Typographia Portugueza* e *El Poligrafo*, respectivamente.

³³ *RT*, 21/07/1888, p. 4.

É notória a importância dada a disseminação de matérias educativas sobre o ofício. Como veremos, esta é uma estratégia fundamental para a elevação moral e material de uma classe vista como ilustrada. Outro aspecto que certamente chama a atenção é a correspondência ou permuta, como denominado à época, com os periódicos estrangeiros. Como assinalou Tania de Luca, as trocas de informações e experiências desses empreendimentos no século XIX podem ser surpreendentes, à primeira vista, ao olhar do historiador do século XXI.³⁴

Tabela 1 - Correspondência com periódicos estrangeiros

Países	Correspondência com periódicos estrangeiros	Total
França	<i>L’Imprimerie, Typographie Française, Gutenberg-Journal, Le Réveil Typographique</i> , todos de Paris; <i>L’Intermediaire</i> , de Lyon.	5
Alemanha	<i>Graphische Künste, Die Graphische Presse, Export-Journal</i> , todos de Leipzig; <i>Illustrierte Zeitung für Buchbinderei und Cartonagen fabrikation</i> , de Dresden.	4
EUA	<i>The Lithographer and Printer American, The Typographie Messenger</i> , ambos de Nova York, e <i>Paper and Press</i> .	3
Argentina	<i>El Poligrafo e El Sud Americano</i> , ambos de Buenos Aires.	2
Bélgica	<i>L’Imprimerie Belge e L’Art de l’Imprimerie</i>	2
Itália	<i>Senefelder e Archivio Tipografico</i> , ambos de Turim.	2
Canadá	<i>Trait d’Union</i>	1
Espanha	<i>Revista Tipografica</i> , de Madrid	1
Portugal	<i>Typographia Portuguesa</i> , do Porto.	1
Romênia	<i>Tipografia Romana</i> , de Bucareste.	1
Suíça	<i>Les Archives de L’Imprimerie</i>	1

Fonte: Dados retirados dos números disponíveis da *RT* entre os anos 1888-1890

Essas folhas não tinham presença iguais na *RT*. Certamente, *L’Imprimerie* será a que mais contribuiu com as matérias traduzidas. Sabemos que na Corte sua representação estava a cargo da tipografia de Lombaerts, talvez a sua aquisição tivesse estimulado os anúncios sobre *A Estação*, publicação impressa nesse estabelecimento.

As leituras desses periódicos traziam para as páginas da *RT* notícias sobre o desenvolvimento técnico no exterior, greves em tipografias, contato com associações e outros trabalhadores. Sobre as notícias, chegou a figurar a seção Exterior em treze números. Por vezes essas informações constavam na seção Noticiário.

Sobre os laços que poderiam resultar dessas trocas temos o caso do *El Poligrafo*, de Buenos Aires. Esse periódico pertencia e tinha por destino os tipógrafos, tendo por redator Lorenzo Dias, secretário da Sociedad Tipografica Bonarense. França Silva estabeleceu contatos mais estreitos com seu diretor Rodolfo Soucup, que seria representante da *RT* em Buenos Aires, Calle Artes, n. 947. Em contrapartida, França e Silva desempenharia o mesmo papel da folha argentina no Império, inclusive, estampando o nome da mesma nos Anúncios.

³⁴ LUCA, Tania Regina de. *A Ilustração (1884-1892): circulação de textos e imagens entre Paris, Lisboa e Rio de Janeiro*. São Paulo, Editora Unesp, 2018.

O funcionamento da *RT* estaria vinculado a uma rede de parcerias e favores mútuos. Seus recursos financeiros tinham como fonte as vendas, mas havia outros mecanismos que encurtavam seus custos, o que contribuiu para a sua longevidade. Os Anúncios, como bem colocou Tania de Luca, poderiam ser mais conseqüências de troca de favores, como os casos acima.³⁵

Os correspondentes da folha dos tipógrafos estavam nas tipografias da corte³⁶, solução para a cobrança de assinaturas, mas também em outras províncias e países. Para termos ideia do alcance que poderia ter um periódico desse porte, vale a menção as localidades que estava representado: Honorio Silva era agente em Pernambuco, Pará e “outros pontos do norte do Império”³⁷; Adherbal de Paula Ferreira³⁸, em São Paulo; Horizonte Brasileiro, no Pará; Floriano Dias Ribeiro, em Ouro Preto; João Francisco Corrêa, em Campos; Bruno Wilhelmi, em São Paulo; Rodolfo Soucup, em Buenos Aires; e Ph Heinsberger, nos Estados Unidos.

As relações estabelecidas podem ser melhor esclarecidas quando nos deparamos com os anúncios. Essa seção está na última página, como habitual no contexto. Bruno Wilhelmi anunciava seu Empório Tipográfico, localizado em São Paulo, ao mesmo tempo deveria fornecer exemplares da revista alemã *Grasphische Künste*, pois era seu agente naquela província.

“Recebe anúncios e assinaturas para todos os jornais do universo. Encarrega-se da compra e remessa de tipografias”³⁹, assim anunciava o Escrito Internacional, com endereço em Nova York, de Ph. Heinsberger. Mais um exemplo das trocas estabelecidas, e como, de alguma maneira, a *RT* poderia ser interessante para um estabelecimento tipográfico instalado na América do Norte. Assim, em seus anunciados estava alguns dos jornais estrangeiros, tipografias da corte, livro do Manual do Aprendiz Compositor, enfim, todos relacionados com seu ofício.

Interessante assinalarmos que a propaganda não ocorria só nessa seção. A folha dos tipógrafos estava inserida dentro do universo da imprensa do período e utilizou suas tradições e estratégias. Por exemplo, no Noticiário há uma menção a primeira permuta estabelecida com

³⁵ LUCA, Tania. *Revista Tipográfica (1888-1890): identidade profissional e condições técnicas nas oficinas tipográficas do Rio de Janeiro*. São Paulo: s/e, 2020.

³⁶ *Jornal do Commercio*, Leobino Pinto de Carvalho; *Gazeta de Noticias*, José Ezequiel da Costa; Imprensa Nacional, Antonio Venancio Gonçalves e José Xavier Pires; *Diario Official*, Candido Julio de Campos; *Café da Imprensa*, Luiz de Andrade Monteiro.

³⁷ *RT*, 15/09/1888, p. 1. Honorio Silva seria posteriormente proprietário e redator do *Jornal do Povo*, em Pernambuco. Na Hemeroteca Digital da BN constam 144 números, em 1889, e França e Silva representava seus interesses na corte.

³⁸ Tipógrafo que terminou os estudos de professor normalista, e tinha por endereço: *Commercio da Luz*, n. 10. *RT*, 16/12/1889 p. 7.

³⁹ *RT*, 26/01/1889, p. 8.

A *Estação*, em que a descreve de maneira elogiosa, para constar logo após, coincidência, em seus anúncios.

Tínhamos grande desejo de entreter permuta com *A Estação*, jornal de modas, editado pelos importantes livreiros Srs. H. Lombaerts & C., por isso foi com grande satisfação que recebemos sua primeira visita. O último número distribuído muito recomenda-se às senhoras brasileiras, às quais é esta publicação especialmente dedicada, por causa da variedade de gravuras e figurinos que primam pelo gosto e elegância, e satisfazem as mais rigorosas exigências das modas. É tão conhecida e apreciada da gentil leitora *A Estação* que torna-se desnecessária qualquer recomendação para que assinie e leia a melhor folha ilustrada, que neste gênero possuímos.⁴⁰

O Noticiário foi seção que mais ocupou espaço nos números disponíveis, tendo presença em 50 deles. Os assuntos primavam pela diversidade, desde o desenvolvimento técnico da tipografia no exterior, nome de novos membros do Centro Tipográfico, agradecimento de recebimento de novas folhas, anúncio de reuniões, entre outros. Seu conteúdo era beneficiado pela consulta a periódicos tanto na Corte quanto de outras localidades, assim a relevância das trocas e contatos de impressos.

Impressiona a quantidade de folhas de inúmeras regiões do Brasil que a *RT*, em algum momento, recebeu a visita. Para termos uma ideia da circulação de informações e ideias através da imprensa, apenas a província de Mato Grosso não contemplou essa rede. Dos diversos pontos do país, 231 publicações foram mencionadas. Havia variações, sem dúvida. Algumas folhas poderiam aparecer nas mãos de seus redatores uma única vez, enquanto outras poderiam ter uma frequência mais sistemática.

Tabela 2 - Visita e leitura de impressos nacionais

	Visita e leitura de impressos nacionais	Total
Rio de Janeiro e Corte	<i>Rezendense; O Lagense; Gazeta de Valença; Carmense; O Galhoifeiro; Aurora Barramansense; A Saudade; Chrysalida; O Tempo; A Verdade; A Phenix; Reformador; Progressista; Correio de Padua; La Voce del popolo; Corrieri d'Italia; Século; Cidade de Resende; O Garatuja; Parahyba; Nono Districto; Vassourense; O Pequerrucho; Conservador; O Social; O Monitor Campista; Crysalida; A Tribuna; O Isothermico; O Constitucional; A Gazeta da Comarca; Infancia Macahense; Folha Fluminense; Beijo; Pilheria; O Bisbilhoteiro; Independencia; A Camelia; A Sempre-Viva; Periódico dos Pobres; Itatiaya; Campos Elysios; Gazeta de Rezende; Diario do Commercio; Tribuna Liberal; Gazeta do Povo; Aurora; Folhinha Laemert; A Luva; Municipio Neutro; A Mãe de Família; A Estação; Monitor Fidelense; Correio do Cantagalo; O Esboço; Revista Ilustrada; O Linguarudo; D'A Imigração; A Pétala; O Industrial; D. Sebastiana; Almanack do Commercio do Rio de Janeiro; Revista Sul-Americana; La Patria; O Novo Regimen.</i>	65
São Paulo	<i>A Vida; Correio de Oeste; O Descalvadense; O Trabalho; O Mez; A Pátria Paulista; Gazeta de Mogy-mirim; O Guaripocaba; A Revolta; Diario Paulista; Correio Paulistano; O Muriahé; Funcionario; Diario de Santos; Diario de Noticias; Oitavo Distrito; Jornal do Povo; O Grito do Povo; Correio da Limeira; Correio de Santos; Gazeta da Tarde; Revista Democratica; Germania; Echo Municipal; Relatório do Externato Thorman; Gazeta de Capivary; A Imprensa Evangelica; A Vespa; O</i>	38

⁴⁰ *RT*, 12/01/1889, p. 4.

Tabela 2 - Visita e leitura de impressos nacionais

	Visita e leitura de impressos nacionais	Total
	<i>Santelmo; O Gremio; Nova Phase; Diario da Tarde; A Violeta; A Platéa; Gazeta de Bocaina; Gazeta do Povo; A Província de São Paulo; Correio de Campinas.</i>	
Minas Gerais	<i>Leopoldinense; Gazeta dos Estudantes; A Conjuração; O Município; O Pombense; A Ideia Nova; O Itajubá; A Transformação; O Liberal; Nossa Folha; União; O Pharol; O Garimpeiro; O Povo; Gazeta de Lavras; Gazeta de Oliveira; A Verdade; Propaganda; O Socialista; Gazeta de Passos; Correio de Machado; Sapucahy; Gazeta de Pitanguy; Irradiação; A Nova Phase; A Verdade Política; O Paríá; Monitor Sul Mineiro; Provincia de Minas; A Lyra.</i>	30
Bahia	<i>Independente; O Tempo; O Asteroide; A Lanterna; Echo Maragogipano; A Tribuna; Barão de Macahubas; Monitor Catholico; Democrata; Regenerador; Echo Amargolense; A Ordem; Guarany; O Inspirado; A União; A República Federal; O Tentame; Monitor Caixeiral; Pyrilampo.</i>	19
Rio Grande do Sul	<i>A Pátria; A Razão; Profeta de Hoje; Gazeta do Sul; Mandarin; O Taquaryense; Artista; Corymbo; Independente; O Sul do Brasil; A Folha da Tarde; A Ordem; A Província; Correio Mercantil; Revista Popular; Diario de Jaguarão; O Zig-zag; Opinião Pública; O Patriota.</i>	19
Pernambuco	<i>Diario de Pernambuco; A Revistinha; O Rebate; O Meteoro; Lidador; Novidades; Seis de Outubro; Jornal do Povo.</i>	8
Alagoas	<i>O Gutenberg; Monitor; A União; Lâmpada; Vigilante; Diario da Manhã; A Pyrausta.</i>	7
Ceará	<i>A Ordem; O Cruzeiro; O Jaguaribe; Gazeta do Sobral; Sertanejo; Pedro II; Gazeta do Norte.</i>	7
Espírito Santo	<i>Gazeta da Victoria; O Cachoeiro; Espirito-Santense; Folha da Victoria; O Constitucional; O Cachoeirano.</i>	6
Paraná	<i>Sete de Março; Deutsche Volkzeitung; Echo da Marinha; O Labor; O Diabinho; Der Pionier.</i>	6
Pará	<i>O Liberal da Vigia; Liberal de Belém; Diário de Belém; Confederação Artística; Sylvio Romero</i>	5
Rio Grande do Norte	<i>Gazeta de Natal; Boletim da Sociedade Libertadora Norte Rio-Grandense; Potyguarania; Correio do Natal; O Macauense.</i>	5
Santa Catarina	<i>Revista Typographica; Crepusculo; O Typographo; Jornal do Commercio; Palavra.</i>	5
Paraíba	<i>Arauto Parahybano; Verdade; Gazeta do Sertão.</i>	3
Piauí	<i>O Operário; O Município.</i>	2
Sergipe	<i>O Laranjeirense; O Republicano.</i>	2
Amazonas	<i>Púrus.</i>	1
Goiás	<i>Publicador Goyano.</i>	1
Maranhão	<i>Commercio de Caxias.</i>	1
Outros	<i>O Liberto</i>	1

Fonte: Dados retirados dos números disponíveis da *RT* entre os anos 1888-1890.

As publicações tinham conteúdos e interesses diversos. A *Revista Typographica*⁴¹, do Desterro, e *O Gutenberg*, órgão da Associação Tipográfica Alagoana, são folhas também formada e direcionada aos tipógrafos. Luiz Pacífico das Neves, redator da primeira, foi vice-presidente da Sociedade Beneficente Tipográfica Catarinense e colaborou em três ocasiões na *RT* carioca.

Em termos de orientação política não houve exclusividade, figuravam conservadores, liberais, republicanos e até positivistas. Apesar da variedade, conseguimos notar a presença

⁴¹ Não existe nenhum número dessa revista na Hemeroteca Digital. Sabemos, apenas, que foi fundada em 1887, saindo seu último no meio de 1888. *O Paiz*, 17,9/1887 e *RT*, 7/07/88.

maior de representações republicanas, detalhe não desprezível. O único periódico que não conseguimos identificar sua procedência geográfica foi *O Liberto*. Seu objetivo girava em torno da defesa dos libertos e suspeitamos de que seja de São Paulo ou Rio de Janeiro.⁴²

Importante observarmos a predominância das cinco primeiras províncias. Deixa evidente a agitação e relevância dessas localidades. Com a República, Minas e São Paulo teriam maior peso no tabuleiro político, mas Rio Grande do Sul não deixaria de ser peça considerável, além da Bahia que era berço de políticos como Rui Barbosa. A agitação política e social do momento possuía reflexos na imprensa.

A *RT*, apesar de ser representativa da pequena imprensa, estava inserida nessa rede de relações complexas, em que ideias, informações e relatos circulavam de forma intensa. Em contexto confuso, cada grupo procurava ter maior visibilidade na arena política, dentro de suas expectativas e possibilidades. Os tipógrafos acreditavam na legitimidade de exigir seu espaço no universo impresso, que tanto tinham familiaridade.

1.3 Os tipógrafos têm nomes: os colaboradores da *RT*.

Os termos tipógrafo e *Revista Typographica* aparecem com frequência nas linhas desse trabalho, sem dúvida, são inevitáveis. Entretanto, esse grupo e esse periódico tiveram existência pelo esforço coletivo de homens. O universo desses trabalhadores era masculino, essencialmente. Marialva Barbosa salienta que apenas no início do próximo século que mulheres fariam parte de seus quadros.⁴³

O momento de escrever brevemente a trajetória de indivíduos pode ser um deleite para os historiadores. Estabelecer contato com as personalidades por trás das palavras gera um contato íntimo com o objeto. Entretanto, o peso do relato pode nos confundir por ser cativante à nossa simpatia.⁴⁴ Armadilha da coerência que a visão retrospectiva, que todos fazemos de uma história de vida, já foi salientada por diversos autores, principalmente vinculados a história das ideias.⁴⁵

⁴² Na ausência de referência utilizamos a busca na Hemeroteca Digital, que se mostrou bastante útil na elaboração da tabela nesse aspecto.

⁴³ BARBOSA, Marialva. *Operários do pensamento (Visões de Mundo dos Tipógrafos no Rio de Janeiro): 1880-1920*. Dissertação de Mestrado, UFF, 1991.

⁴⁴ POLLACK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Rio de Janeiro, Revista Estudos Históricos, vol. 2, n.3, 1989.

⁴⁵ SKINNER, Quentin. Significação e compreensão na história das ideias. In: *Visões da política*. Lisboa: Difel, 2005, p. 81-126.

Tendo em vista esses pressupostos, devemos sublinhar dois pontos. O primeiro é a dificuldade de encontrar dados sobre personagens “comuns”, sendo pouco os documentos que nos fornecem informações de suas trajetórias. O segundo é um alento a constatação anterior, a imprensa do século XIX contém características peculiares que nos permitem, apesar das dificuldades, traçar algumas observações das ações e iniciativas desses indivíduos. Para ser justo, o trabalho do historiador atual é facilitado pelos mecanismos tecnológicos que existem, como a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Contribuíram diversos indivíduos com artigos para a *RT*, sendo uma característica a aceitação de artigos de outros tipógrafos interessados em expor suas ideias ou relatar casos, que deveriam enviar sua correspondência para Praça da Aclamação, 43, 1º andar.

Tabela 3 – Colaboradores

Colaboradores	Nº de publicações
José Xavier Pires	23
Julio Ladislau	22
Antonio Seraphim da Silva	7
Dias da Silva Junior	7
Francisco Martins Pereira	7
Guilherme Vasques	7
Candido Costa	5
Alfredo A. da Silva	4
Braulio Cordeiro	3
Costa Brasileiro	3
Luiz Pacífico das Neves	3
Oliveira Costa, Luiz Raoux, Paulo Latour e Selva	2
Antonio Pereira dos Santos, Carlos Alberto Moraes, Domingos Valença, Eugenio Marcondes, Felizardo José Ferreira, J. Fernandes Lopes e Rozendo Soares	1

Fonte: Dados retirados dos números disponíveis da *RT* entre os anos 1888-1890.

Dessas colaborações alguns têm maior presença, entre essas pesquisamos três em específico: Julio Ladislau, Francisco Martins Pereira e José Xavier Pires. Esses tinham mais contato, talvez por terem residência na Corte e essa proximidade facilitava a logística de uma publicação semanal, posto que em algumas ocasiões havia menção à impossibilidade de reproduzir artigos enviados pela ausência de tempo.

A tentativa de dar destaque a algumas personalidades, inclusive, foi realizada pela própria folha. Guilherme Vasques marcou suas contribuições na seção Galeria Artística. Os nomes desses tipógrafos, vistos como modelo a ser seguido pelos seus pares: Gaspar de Souza, Alberto Victor, Julio Ladislau, Helvécio Pedrosa, Rodopiano Raimundo, Jorge de Mattos e José Xavier Pires.

Um desses foi justamente Julio Ladislau, que contribuiu em 22 números na seção Colaboração: Princípios Históricos, teóricos e práticos da Arte Tipográfica, em que relatava a história da imprensa e a importância do tipógrafo para a expansão das luzes. Nasceu em 27 de junho de 1848, em Minas Gerais.⁴⁶ Tipógrafo que tinha na retórica a principal característica de sua escrita e utilizou seu talento para publicar em periódicos desde a década de 1870: *A Luz*, *Gazeta Artística*, *O Mercantil*, *O Proletário*, *Relâmpago*, entre outros.

Em 1879, se aventura na tarefa de lançar na imprensa sua própria folha, surge *O Trabalho*. Revista histórica, literária e científica de artes e ofícios, dedicada aos interesses das classes operárias. Sua impressão estava a cargo da Tipografia da *Gazeta de Notícias*, rua sete de setembro, 72. Sua publicação não encontrou vida longa, sendo encontrado apenas 11 exemplares na Biblioteca Nacional.

Alguns anos depois volta a sua terra natal. Em 1883, seria presidente da associação S. P. Núcleo Dramático Beneficente Filhos de Gutenberg e se tornou membro do Club Abolicionista mineiro, sendo um dos responsáveis pela redação do seu estatuto.⁴⁷

Três anos depois regressa à Corte e colabora em *O Apostolo*, na seção Comunicados, em que disserta sobre o fim dos tempos. Uma forte religiosidade marcou sua personalidade, não seria a última vez que Ladislau se entregaria a tarefa de escrever matérias sobre o tema – em 1892, era o colaborador religioso do *Diario do Commercio*.⁴⁸

Nesse mesmo ano de 1886, encontramos uma notícia sobre a fundação de outro periódico por Ladislau, *A Vida*, que sairia aos domingos pelo modesto preço de 500 rs ao mês. O objetivo seria parecido com sua folha anterior, mas dessa nova investida não encontramos mais vestígios.⁴⁹

No início do ano da Abolição começa a sua colaboração na *RT*, chegando a figurar ao lado de França e Silva como redator principal. Sem dúvida, como evidenciado na seção Galeria Artística, os escritos desse tipógrafo mineiro eram bastante apreciados pelos assinantes e sócios da folha.

Infelizmente, tinha uma saúde frágil, sendo esse um dos motivos de sua ausência em alguns momentos da publicação. A justificativa dada pela *RT* evidencia, uma vez mais, a consideração dispensada ao mineiro

Por motivos de moléstias, e não podendo entregar-se a trabalhos intellectuais, por conselho médico, deixa de fazer parte da redação desta folha o nosso estimado e talentoso colega Julio Ladislau.

⁴⁶ *Diario do Rio de Janeiro*, 25/07/1876, p. 5.

⁴⁷ *Liberal Mineiro*, 5/02/1883, p. 2 e 5/11/1883, p. 3.

⁴⁸ *Diario do Commercio*, 27/06/1892, p. 3.

⁴⁹ *Calungasinho*, 17/07/1886.

Desde o momento em que Julio recupere sua saúde, atualmente comprometida, é ocioso dizer que as colunas da *Revista* estão e estarão à disposição do preclaro escritor.⁵⁰

Ladislau sofreu perdas que marcaram sua trajetória. Uma dela foi sua filha Julia, outras foram de companheiros tipógrafos. Em longo artigo, seu retorno a *RT*, deu demonstrações da melancolia que o envolvia e nos traz como exemplo a retórica, tão peculiar ao contexto, que preenchia seus escritos

É que jamais tão axiomáticamente, tão prática e positivamente eu estudei, eu compreendi o nada, o vazio, o nulo da riqueza dos Cresus, da miséria dos Irus, do triunfo dos Césares, do terror dos Atilas, da vitória dos Scipiões, da conquista dos Alexandres – do que quando empunhei, meditei e vi naquela mesquinha pá de cal que a caridade atira sobre os que se vão para não mais voltar – resumindo tudo quanto de verdadeiro e real o mundo nos pode outorgar em troca de suas múltiplas e interminas ilusões, e avaliei bem quão sábio foi o grandfóloquo filho Rei-penitente abrindo o Livro da Ciência Infusa com esta máxima sublime de verdade – *Vanilas vanitatum et omnia vana, proeter timor et amor Domini, quia initium sapientice!*...⁵¹

No início da República sua aparição na imprensa diminuiu significativamente, e sua saúde física e mental se deterioraram. Esse tipógrafo tão exaltado entre os trabalhadores do ofício viria figurar na imprensa com tristes notícias.

Se em tempos passados seu nome em um periódico poderia ser símbolo de prestígio e referência de erudição, a partir da próxima década esteve associado à publicidade de uma essência do doutor Passos, que teria supostamente curado um antigo reumatismo e “tumores da mesma origem”.⁵²

Essa situação pode ser explicada por uma notícia vinda de sua terra natal, em que mostra as dificuldades que passava. Por um telegrama vindo da Corte relata o periódico mineiro, *Gazeta de Ouro Fino*, que Ladislau se envolveu em uma confusão por contradizer a fala de um padre em frente a uma igreja. Ao que tudo indica nesse momento seus problemas relacionados a bebida se intensificaram. Antes, em meados de 1890, foi preso com outros “por serem ébrios, desordeiros e vagabundos conhecidos”.⁵³ O periódico mineiro assim se referia a seu conterrâneo

Julio Ladislau é mineiro, natural de Mariana; estava ébrio, é católico fervoroso e acha-se tresloucado, porque já há muito tempo anda sem trabalho, por não querer nenhuma oficina tipográfica admiti-lo como compositor.⁵⁴

O tipógrafo que foi “o mais robusto talento da classe tipográfica”⁵⁵, deixa sua contribuição na imprensa e não encontramos mais nenhum artigo assinado com seu nome. Sua

⁵⁰ *RT*, 5/05/1888, p. 5.

⁵¹ *RT*, 25/08/1888, p. 4

⁵² *O Fluminense*, 6/11/1894, p. 2.

⁵³ *Gazeta da Tarde*, 16/06/1890, p. 2.

⁵⁴ *Gazeta de Ouro Fino*, 15/05/1892, p. 2.

⁵⁵ *RT*, 18/08/1888, p. 6.

trajetória ilustra as dificuldades que um trabalhador de uma classe ilustrada poderia encontrar em um contexto de forte disputa pela sobrevivência.

Outro personagem que nos detivemos foi Francisco Martins Pereira. Esse tipógrafo, empregado na Imprensa Nacional, estaria envolvido em diversas associações de seu grupo. Participou da Associação Tipográfica na comissão de contas e benemerência.⁵⁶ Colaborou com sete artigos na *RT* e estaria envolvido na criação do Centro Tipográfico, o qual formou com Alberto Victor Gonçalves da Fonseca, Secundino Arantes, Elpidio de Castro e Justino de Carvalho, a comissão de estatutos.

Ao contrário de Ladislau, que encontramos referência nos periódicos desde a década de 1870, Martins Pereira aparece com mais intensidade somente na próxima década. Sendo assim, não conseguimos estabelecer dados básicos, como a data de nascimento e origem.

Pelos seus escritos podemos perceber um perfil combativo, sendo um dos autores que culparia as ambições dos patrões pela situação vivenciada pelos tipógrafos. Esse ponto marca uma posição. Diferente de discursos que responsabilizavam os próprios trabalhadores por suas condições, pela falta de solidariedade e vontade de instrução, Martins Pereira inverte os sinais e dispensa um discurso de conciliação.

Na República sua aparição aumenta. Acreditava que a nova forma de governo possibilitaria uma expansão dos direitos políticos e os operários poderiam ter representação própria no poder. Assim, seu nome figuraria em algumas chapas para deputado, sendo a mais ilustrativa uma criada pelos “libertos agradecidos”.⁵⁷ O que não necessariamente quer dizer que libertos tenham feito o anúncio, mas poderia ser outra pessoa disposta a dar relevo a sua participação no processo abolicionista.

Algumas preferências políticas são notadas. Uma estava relacionada a Amaro Cavalcanti, que teria sido um dos senadores que lutaria pelo aumento dos ordenados dos operários da Imprensa Nacional. Em 1895, quando surge uma vaga no senado, após ter falecido Saldanha Marinho, participa de um abaixo assinado organizado pelos “homens do trabalho” pela posse de Cavalcanti: “temos em vista, é levantar a bandeira do elemento popular em torno de um republicano, que já provou saber devidamente apreciar as classes do trabalho”.⁵⁸

A segunda figura simpática a Martins Pereira foi Floriano Peixoto. Era comum a manifestação positiva de funcionários públicos ao presidente, mas sua contribuição nesses momentos teve um realce a mais. Por exemplo, na comemoração do 15 de novembro, em 1894, os operários da Imprensa Nacional e Diário Oficial imprimiram o folheto *A República*

⁵⁶ *Gazeta de Notícias*, 22/02/1886, p. 1 e 24/02/1888, p. 2.

⁵⁷ *Jornal do Commercio*, 24/08/1890, p. 2.

⁵⁸ *Idem*, 16/06/1895, p. 5.

Brazileira. Essa iniciativa coube a sete operários.⁵⁹ Martins Pereira escreve artigo exaltando as figuras de Benjamin Constant e Floriano Peixoto, como personagens fundamentais para o novo regime. Para o pacificador da República dedica alguns versos:

E lembrando os heróis,
Que com a pena e a espada
Legaram à pátria adorada
Essa constelação de nós:
E olhando pra essa tela
Num – braço – alegre e ufano,
Saudemos a nova estrela
- O Marechal Floriano.⁶⁰

No ano seguinte surgiria novamente em uma chapa eleitoral, “Os operários”, para a intendência municipal. Além de operários da Imprensa Nacional e *Diário Oficial*, um tecelão fazia parte dos nomes.⁶¹ Como anteriormente, não obteve sucesso no escrutínio. A partir de 1895, sua presença se torna menos frequente, até termos breves notícias sobre seu falecimento no segundo semestre de 1899. Encontramos uma imagem e uma homenagem no *Jornal do Brasil*: “É este retrato de um modesto e laborioso artista, que fazia parte da corporação tipográfica das oficinas de obras do *Jornal do Brasil*, e que a morte prostrou depois de curta e pertinaz enfermidade”.⁶²

Figura 3 - Retrato de Francisco Martins Pereira.



Fonte: *Jornal do Brasil*, 31/08/1889, p. 1.

⁵⁹ Os outros seis eram: José Tibério Alves, Alberto Steinbach, Francisco de Paula Pinto, G. F. da Costa, Alberto Alfredo de Souza e Augusto dos Santos. *A República Brasileira*, 15/11/1894.

⁶⁰ *A República Brasileira*, 15/11/1894, p. 4.

⁶¹ Intendência – 1º distrito: Chapa Operária/Novo Centro Operário: Alberto Olympio Brandão, Manuel Francisco da Trindade (*Diário Oficial*), Luiz Barbosa, operário tecelão, Francisco Martins Pereira e Arthur Ambrosino Heredia Sá. *Gazeta de Notícias*, 3/01/1895.

⁶² *Jornal do Brasil*, 31/08/1899, p. 1. Como veremos, não foi incomum tipógrafos trabalharem em dois estabelecimentos. Pela ausência de notícias, poderia ter sido esse o caso de Martins Pereira, ou teria saído da Imprensa Nacional, que desconfiamos pelo exemplo de funcionários de longas carreiras naquele local.

À semelhança de Ladislau, seus escritos eram considerados instrutivos e elegantes, e como Martins Pereira trabalhou por anos na Imprensa Nacional: esse era José Xavier Pires. Tirando França e Silva, redator principal, teve a maior participação na *RT*, com 23 artigos. Sua tarefa tinha um peso grande pelos objetivos da folha, era responsável pela matéria técnica contida na seção Fragmentos. E nesse papel não decepcionou. Seria durante toda sua trajetória exaltado pela suas habilidades e conhecimentos técnicos sobre a arte tipográfica. Diríamos que sua participação no periódico o engradeceu.

Nasceu em 2 de fevereiro de 1851, e com 15 anos começou sua aprendizagem na Imprensa Nacional. Em 1867, recebeu menção honrosa em desenho de ornatos e figuras da Academia Imperial das Belas Artes, se destacando desde jovem no ofício.⁶³

Sua habilidade lhe renderia uma posição de destaque entre seus companheiros. Fez parte de diversas associações e assumiu diversos cargos. Foi 2º secretário da Associação Cooperadora dos Empregados da Tipografia Nacional⁶⁴, integrou a comissão de pensões da Associação de Auxílios Mútuos da Imprensa Nacional, e assumiu a vice-presidência da Associação Tipográfica.⁶⁵

Não apenas fez parte de instituições ligadas a seu ofício. Morador antigo da freguesia de São Cristóvão, participa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da localidade.⁶⁶ Mas entre conquistas e reconhecimentos, também ocorreram perdas. Casado com Rosa Maria da Conceição⁶⁷, perdem sua filha Alzira, com apenas 10 meses de idade.⁶⁸

Sua personalidade parecia ser mais discreta em assuntos políticos, não sendo encontrada nenhuma outra participação na imprensa. Parece que seu exclusivo compromisso com o trabalho trouxe simpatias diversas. E será esse aspecto da sua personalidade ressaltado com frequência.

A partir da primeira década republicana, consegue adquirir cargos importantes na Imprensa Nacional. De início se torna contramestre, função que manterá até 1894. Nesse ínterim casa pela segunda vez, com Etelvina Pereira.⁶⁹ A seguir exerce a função de Inspetor Técnico da Seção de Artes, posição que ocupará até sua aposentaria, em 1917. Ou seja, acumulou 51 anos de serviços prestados à Imprensa Nacional.

⁶³ *Correio Mercantil*, 24/12/1867, p. 2.

⁶⁴ *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, 1873, ed. 30, p. 1163.

⁶⁵ *Gazeta de Notícias*, 16/01/1890, p. 2.

⁶⁶ *Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro*, 1870, ed. 27, p. 427.

⁶⁷ Nessa época Pires tinha 25 anos, em 1876. *Diario do Rio de Janeiro*, 7/02/1876, p. 2.

⁶⁸ *Gazeta de Notícias*, 20/06/1881, p. 1.

⁶⁹ *Gazeta da Tarde*, 23/05/1892, p. 1.

Figura 4 - “O decano dos funcionários públicos”, José Xavier Pires.



Fonte: A Rua: Semanário ilustrado, 14/12/1917, p. 1.

Essa longevidade não foi um acaso. Existem inúmeras referências não só as habilidades e conhecimentos desse artista, mas também seu comprometimento e profissionalismo. Em um relatório do Ministério da Fazenda, pasta que estava inserida a Imprensa Nacional, houve a menção a necessidade da criação de um cargo de ajudante para o inspetor técnico.

Referindo-se à Secção de Artes, sob a direção do inspetor técnico, José Xavier Pires, julga o Diretor conveniente a criação do lugar de ajudante deste funcionário. E justificando esta proposta, alega: que o atual inspetor cuja competência é notória, conta 35 anos de serviço efetivo, sem que haja cometido nem uma falta.⁷⁰

Mas nem só de trabalho era a vida de Pires. O aniversário do seu filho Antônio foi marcado por comemoração, que contou com sarau dançante, mesa de doces e concerto. No último tomou lugar Pires, tocando sua flauta na companhia do piano e violino.⁷¹ Esse seu gosto pela música o influenciou a participar do Club Carnavalesco Chaleiras da Favela, em que foi presidente, o “Sabe Tudo”.⁷²

Dessa alegria e sucesso profissional, mais uma perda acontece. Sua esposa Etelvina falece, em 1914. Entretanto, dois anos depois, quando tinha 65 anos, Pires realiza seu terceiro e último casamento, com Marina Luiza da Costa.⁷³

Apesar do gosto pelo trabalho, o tempo demonstrava sua insensibilidade. Doenças começaram a surgir, como uma catarata submetida a operação. Assim, “uma expressão de

⁷⁰ Relatório do Ministério da Fazenda, 1902, p. 75.

⁷¹ *Correio da Manhã*, 14/11/1903, p. 4.

⁷² *Jornal do Brasil*, 13/02/1915, p. 7.

⁷³ *O Paiz*, 26/02/1916, p. 9.

melancolia perpassou-lhe pelo rosto simpático, acrescida pela gravidade a ele emprestada pelos óculos de vidro enfumados”⁷⁴, quando finalmente decide pela aposentadoria, no fim de 1917.

Uma matéria, daquelas fontes que faz o historiador levantar da cadeira, produzida pelo periódico *A Rua*, é ímpar. Traz uma entrevista com o “velho Pires”, em que o mesmo faz uma retrospectiva de alguns episódios de sua longa carreira de mais de meio século na Imprensa Nacional.

O repórter recebeu a informação de um colega sobre a melancolia que o rondava: “O sr. José Xavier Pires trabalhou na Imprensa Nacional durante 50 anos seguidos, sem interrupção de uma semana aberta no remanso de um regime de férias... Tudo isso, portanto, aborrece.”⁷⁵

Relembra o nosso artista dos tempos de aprendiz, quando o estabelecimento funcionava na Casa Velha, no velho edifício do Liceu de Artes e Ofícios. Nessa longa trajetória vem à memória alguns episódios, como a comparação entre as falas do trono do Imperador e as mensagens dos presidentes da República. Os discursos impressos do antigo monarca eram marcados por enorme discrição, “os chefes das oficinas tinham ordem de distribuir os originais de modo a que nenhum operário pudesse ter a menor noção sobre a natureza ou pensamento do que S. M. diria ao Congresso”.⁷⁶

Dos materiais que imprimiu, alguns poderiam ser detestáveis, outros de grande interesse literário e científico. Um guardou nas lembranças com orgulho, o discurso de Rui Barbosa a Antole de France. O influente intelectual e político ficou tão satisfeito com o trabalho que ofereceu a Pires um exemplar com amável dedicatória. E fica emocionado ao falar ao jovem entrevistador sobre seu ofício

Que poderia dizer-lhe, moço, desse largo tempo de serviços nestas oficinas? O trabalho alegra o espírito. Contratemplos, aborrecimentos íntimos, revezes inevitáveis são desfeitos rapidamente, logo que o nosso espírito apega-se ao encanto do labor...⁷⁷

E curiosamente, após o fim desse encanto chega ao término a vida desse nosso artista orgulho, em fins de 1918, com 67 anos. A trajetória de Pires e seus companheiros ilustra, apesar das diferenças e sucessos, como a identidade desses indivíduos podia ser constituída pela imagem que formavam sobre seu ofício. Com o tempo a separação entre essa projeção e a realidade se acentua, sendo fundamental a luta por um retorno à uma tradição em vias de ser perdida.

⁷⁴ *A Rua: Semanário ilustrado*, 14/12/1917, p. 1.

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ Idem.

1.4 Tipógrafos: uma classe ilustrada

Os tipógrafos são trabalhadores com um certo destaque entre os outros ofícios, tendo em vista sua convivência com os mecanismos da imprensa e escrita. Essa característica possibilitou, ou tornou mais fácil pelo conhecimento do processo, o surgimento de periódicos redigidos, produzidos e dedicados ao grupo profissional específico, como o caso a que este trabalho se propõe.

No Brasil oitocentista, dominar a leitura e escrita poderia ser considerado um grande valor, tendo em vista o alto número de analfabetos. No ano de 1890, por exemplo, a população girava em torno de 14.333.915 habitantes, sendo 74,5% de analfabetos.⁷⁸ Ou seja, era diminuta a população alfabetizada mesmo tendo em vista a Corte, fato que impactava na produção de impressos.

Apesar das limitações, devemos considerar as práticas de leituras do período e a geografia urbana da capital do Império. Não é incomum encontrarmos em escritos sobre a imprensa no século XIX a relevância da leitura em voz alta, em que grupos eram formados nas ruas estreitas do centro da cidade, com destaque para a rua do Ouvidor que abrigava as principais folhas diárias e suas oficinas tipográficas, sendo meio importante para a propagação da informação.⁷⁹

Outro aspecto seria o simbolismo que o impresso tinha em um contexto agitado da década de 1880. Claudia Santos⁸⁰ acrescenta que além da leitura em voz alta pelas ruas, as próprias manifestações da época e seus rituais podem nos dar mostras da relevância da imprensa no cotidiano de uma cidade agitada. Os *meetings*, conferências e passeatas ocupavam os espaços públicos e expressavam suas preferências, ou não, com paradas em frente às redações de folhas simpáticas, em que oradores subiam a sua sacada e realizam discursos. Além disso, era afixado em frente a esses órgãos novidades sobre os principais acontecimentos da época, fato que criava aglomerações e comentários.

Podemos perceber a relevância da imprensa no contexto político e social do final do século XIX. Se nos dias atuais existem formas de comunicação mais instantâneas e com alcance maior, não devemos desprezar o papel social da imprensa no período estudado. A seção A Pedidos obteve um enorme sucesso ao abrir espaço para a manifestação individual, que poderia encontrar segurança no anonimato e proporcionar diversas intrigas. Essas disputas e escândalos

⁷⁸ BESSONE, Tania Maria. *Palácios de destinos cruzados: biblioteca, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999, p. 117.

⁷⁹ MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de (org.). *História da Imprensa no Brasil*. Op. Cit.

⁸⁰ SANTOS, Cláudia. *Por uma história republicana da abolição*. Rio de Janeiro: s/e, 2020, cap. 1, p. X

aumentavam as receitas dos periódicos, posto que os artigos dessa seção eram pagos, sendo os pasquins especialistas na exploração comercial dessa peculiaridade.⁸¹

Os tipógrafos trabalhavam nas oficinas dessas folhas, ou em outras casas de obras de menor ou maior porte.⁸² Como vamos observar adiante, esses trabalhadores qualificados estavam em um dilema entre a concepção que tinham de si e a suas condições materiais. Nesse momento procuramos dar ênfase na identidade criada por esses indivíduos.

Dois historiadores são referência no estudo dos tipógrafos: Artur José Renda Vitorino⁸³ e Marialva Barbosa⁸⁴. Ambos, em seus respectivos trabalhos, colocam em destaque a identidade dos tipógrafos como trabalhadores qualificados em contato com duas realidades: uma enquanto operário partilha das condições dos trabalhadores em geral, a outra compartilha das letras, da difusão do saber e conhecimento. Barbosa cunha a expressão feliz de “operários do pensamento”, enquanto Vitorino nos traz a “Divisa Gutenberg”.

O que pretendemos, portanto, não é inovador nesse ponto. Mas gostaríamos de tecer algumas considerações sobre os mecanismos utilizados para construção dessa imagem, por isso os diversos periódicos que criam são fundamentais para a formação de uma identidade. Partimos do pressuposto de que a ato da escrita de si é “constitutiva da identidade de seu autor e do texto, que se criam, simultaneamente, através dessa modalidade de ‘produção do eu’”⁸⁵. Ou seja, a experiência de um grupo quando se coloca na posição de produzir um conteúdo reflexivo sobre seu ofício e suas condições gera escolhas no caminho que produzem uma identidade.

A *Revista Typographica* faz parte de uma tradição como vimos. As experiências anteriores de tipógrafos que criam seus periódicos oferecem um arsenal de práticas para os produtores e leitores da *RT* pensarem nos seus sucessos e fracassos. Assim, ao olhar o passado são forjadas tradições eletivas que transpõem sua expectativa de futuro para o passado. Não seria à toa os reclames por união, tendo um passado marcado por disputas internas.⁸⁶

⁸¹ Rodrigo Araújo informa que apesar de alguns pasquins divulgarem entre seus objetivos a representação dos interesses populares e a moralização da vida pública e privada, existia nas intrigas que criavam um forte componente financeiro, pois tinham correlação com o aumento de suas tiragens. ARAUJO, Rodrigo Cardoso Soares de. *Pasquins: Submundo da imprensa na Corte Imperial (1880-1883)*. Rio de Janeiro, Editora Multifoco, 2012.

⁸² Outras tipografias que poderiam produzir cartões, panfletos ou até mesmo a Imprensa Nacional encarregada da composição e impressão de instituições do Estado.

⁸³ VITORINO, Arthur José Renda. *Máquinas e operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912)*. São Paulo, Annablume, FAPESP, 2000.

⁸⁴ BARBOSA, Marialva. *Operários do pensamento. Op. cit.*

⁸⁵ GOMES, Angela de Castro (org.). *A escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 21.

⁸⁶ Um ponto que ainda surge nas páginas da *RT* é a greve dos tipógrafos em 1858, momento que foi fundado o *Jornal dos Typographos*. O insucesso da iniciativa seria pela falta de solidariedade dos seus pares.

Na tentativa de unir um grupo que sofre com suas condições de trabalho, pretende-se construir uma imagem dos tipógrafos enquanto uma classe ilustrada. Para isso lançam mão de artigos técnicos, mas também procuram realçar a seu passado longínquo de valorização profissional. Duas personagens exaltadas são os “sacerdotes dos tipógrafos”: Paula Brito e Belarmino de Mattos, dois tipógrafos negros que alçaram voos mais altos, que após essas experiências “a oficina tipográfica deixou de ser um templo para ser balcão onde se bate moeda”.⁸⁷

A sua expectativa de futuro era a volta de um passado glorioso, por isso a importância de Gutenberg. Um dos marcos festivos de diversas associações do seu grupo eram homenagens no dia do falecimento do inventor da imprensa, assim estampavam Gutenberg no seu cabeçalho, mas também no nome de associações e estandartes. Nos seus primórdios esses trabalhadores já realizavam uma leitura diferenciada sobre si, o que moldaria suas ações.

Trabalhando com as mãos, como qualquer outro operário, os tipógrafos são trabalhadores manuais, mas também “intelectuais”, pois sabem ler e conhecem frequentemente um pouco de latim. Vivendo entre livros, em contato com autores, estando a par, antes de qualquer pessoa, das novas ideias, gostam de argumentar e revoltam-se com frequência contra sua condição. A partir do século XVI organizam greves de caráter moderno e escrevem dissertações, como observa Henri Hauser, que três séculos mais tarde alguns sindicalistas não teriam desaprovado.⁸⁸

Sebastián⁸⁹ nos mostra como as expectativas de futuro podem ser moldadas por um retorno reconfigurado de um passado, e a falsa dicotomia entre modernização e tradição. Um grupo que se considerava representante do progresso e das ideias avançadas, que sem seu ofício os grandes pensadores estariam condenados ao esquecimento, precisava olhar para um tempo distante e construir sua imagem.

Tipógrafos, nós os obreiros técnicos das obras do pensamento, nós os elaboradores materiais do livro, nós os primeiros depositários dos sigilos da imprensa, nós os cultores da mais intelectual de todas as profissões manuais.⁹⁰

Para esses trabalhadores a imprensa tinha outro significado, diferente do atribuído pelos proprietários dos periódicos. A obra de Gutenberg deveria ser instrumento de disseminação das luzes, não objeto de especulações e intrigas. Fato que demonstra a difusão dessa identidade é que os opositores da folha utilizam como argumento o vocabulário ofensivo da *RT* ao se referir

⁸⁷ *RT*, 25/08/1888, p. 2. Sobre a trajetória de Paula Brito e Belarmino Mattos ver: HALLEWEL, Laurence. *O Livro no Brasil... Op. Cit.* p. 165-200.

⁸⁸ Lucien & MARTIN, Henri-Jean. *O Aparecimento do Livro... Op. Cit.*, p. 215 e 216.

⁸⁹ SEBASTIÁN, Javier Fernández. “Tradiciones electivas. Cambio, continuidad y ruptura en historia intelectual”. In *Almanack*. Guarulhos, n.07, p.5-26, 1o semestre de 2014.

⁹⁰ *RT*, 16/02/1889, p.6.

a inimigos na questão da greve do *Diario de Noticias*.⁹¹ Assim, a chamavam de Revista Corsário como referência a um pasquim indigno da imprensa e dos tipógrafos.

Interessante pensarmos na *RT* dentro da categoria de circuito de comunicação, elaborada por Robert Darnton⁹². A produção de impressos possui um caminho complexo, que vai do autor ao leitor. O percurso não é linear, sendo permeado de influências múltiplas. Por exemplo, os autores dos periódicos na Corte poderiam sentir em uma caminhada pelas ruas a recepção ao seu artigo, que dependendo dos comentários dos leitores poderiam influenciar na sua próxima escrita. Os tipógrafos estão inseridos nesse circuito pois são os responsáveis pela impressão dos manuscritos. A eficiência do seu trabalho teria um impacto direto na recepção dos leitores, porque a materialidade do impresso possui impacto no seu significado.⁹³

A *RT* transforma esses intermediários em detentores de todo o processo do circuito de comunicação. Editor, redator, compositor, impressor e leitor⁹⁴, são todos englobados na categoria de tipógrafos. Dessa forma, eram muito valorizados os elogios recebidos sobre sua nítida impressão. Quando, por exemplo, o periódico *O Americano*, da Bahia, faz elogios aos redatores, escritores e compositores da *Revista*, houve a necessidade na resposta de lembrar dos ilustres colegas das “duas classes de auxiliares – revisores e impressores”.⁹⁵

Portanto, a palavra impressa será exaltada por ser parte integrante da vida e do próprio valor da profissão desses trabalhadores. Escrever sobre si e em um periódico era uma grande responsabilidade para indivíduos que se enxergavam enquanto cultores de uma arte, e dentre as artes, a mais preciosa. O seu labor tinha uma dimensão temporal, pois foi e era responsável pela propagação de ideias, que sem eles seriam esquecidas.

Ao escrever sobre si tinha-se a consciência de forjar uma identidade, assim como uma memória para um tempo futuro. A palavra impressa e sua exaltação teria impactado na própria consciência histórica desses indivíduos. No percurso desse trabalho nos deparamos com mensagem diretas ao historiador do futuro.

O historiador quando no futuro fizer o retrospecto da marcha acelerada ou lenta dos corpos sociais do nosso tempo há de lançar o anátema, opróbio e maldição ou glorificará aos que merecem. A história, disse Cícero, é a mestra da vida; é também

⁹¹ Ver capítulo II.

⁹² DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução...* *Op. cit.*

⁹³ McMAKENZIE, Donald Francis. *Bibliografia e a sociologia dos textos*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

⁹⁴ Apesar da *RT* ser lida para além dos tipógrafos, o seu objetivo era ser destinada aos interesses do mesmo, assim a sua escrita era direcionada a um grupo específico.

⁹⁵ *RT*, 17/11/1888, p. 2.

implacável como a morte e inexorável como a justiça. Entre nós e a maioria dos ingratos ela se pronunciará.⁹⁶

O peso da palavra do relato do indivíduo pode confundir o historiador na sua busca pela verdade factual. Entretanto, buscamos não apenas o passado concreto desses trabalhadores, mas como os próprios interpretavam sua realidade, posição e tensões. E nessas relações os impressos tinham papel fundamental.

1.5 Condições de trabalho

Não eram poucas as críticas que havia em relação ao trabalho tipográfico no Brasil no século XIX, assim era frequente, quando necessitavam de alguma obra mais bem elaborada, realizar encomenda no exterior. Tania de Luca nos trouxe um exemplo na análise do periódico *A Ilustração* (1884-1892)⁹⁷, em que seria mais barato e de melhor qualidade realizar sua composição e impressão em Paris. Os trabalhadores nacionais não estavam alheios a essa realidade, pelo contrário, observamos que as reivindicações vinham desde meados do século, como ilustra a *Revista Typographica*, em 1864.

Pretendemos analisar qual interpretação os tipógrafos davam a essa realidade. Observamos anteriormente que acreditavam que seu trabalho era uma arte, a mais importante. Seus artistas não seriam os únicos culpados por maus trabalhos, pelo contrário, faltavam incentivos, tanto do governo, quanto dos patrões. Melhores condições de trabalho teriam um impacto na qualidade da composição e impressão. Exemplos diversos encontramos ao passar os olhos por suas páginas, dando destaque para um aspecto relevante em seu cotidiano e que ilustra bem suas vivências. E ao iniciarmos esse caminho não poderíamos deixar de mencionar o “pai-nosso dos tipógrafos”, que com ironia e leveza coloca o problema em questão:

Chefe nosso que estais na redação, muito boas tardes, que vamos distribuir; venha a nós os vossos originais; seja feita a vossa vontade, assim na composição como na impressão. O salário nosso de cada semana nos dai sábado. Perdoai-nos, Senhor, os nossos pastéis, assim como nós perdoamos a má letra e as terceiras provas; não nos deixeis cair no sono, mas livrai-nos de ficar aqui toda a noite. Amem.⁹⁸

⁹⁶ RT, 20/10/1888, p. 1. Interessante observar as referências a autores da Antiguidade. Tania Bessone ao analisar as bibliotecas de personagens como advogados e médicos do final do século XIX mostra a preferência pelos clássicos. Marialva Barbosa dará ênfase a essa apropriação de outras culturas pelos tipógrafos, posto que mantinham contato com escritos de personagens influentes na vida política e cultural do período no seu dia a dia. Observamos como a citação a esses autores era uma forma de legitimar e ilustrar seus argumentos, fruto da influência do contexto da época. Ver: BESSONE, Tania Maria. *Palácios de destinos cruzados... Op. cit.*

⁹⁷ LUCA, Tania Regina de. *A ilustração (1884-1892): circulação de textos e imagens entre Paris, Lisboa e Rio de Janeiro*. São Paulo, Editora Unesp, 2018.

⁹⁸ RT, 01/09/1888.

A “oração” é rica. Primeiro, mostra como poderia ser enfadonho aos tipógrafos tentar ler originais com uma escrita ilegível e após essa tarefa ainda haveria as correções da prova. Erros que poderiam ser cometidos justamente pelo estado do original, mas podemos imaginar a situação desses trabalhadores tendo que criticar a escrita de figuras ilustres da imprensa diária. Se seria penoso manusear os tipos e compor a primeira prova, esse processo poderia ocorrer três vezes, o que fazia o trabalho se estender até a madrugada.

Talvez o melhor exemplo da rotina dos tipógrafos em sua folha seja a descrição das atividades desenvolvidas em *O Paiz*. Nesse número a *Revista* informa que começava a publicação sobre os principais estabelecimentos tipográficos, tendo um suplemento com a litografia de seu edifício. Infelizmente não houve o prosseguimento dessa iniciativa, mas seu único exemplar nos trouxe elementos importantes.

Começa por descrever os aspectos físicos do prédio que abriga o diário matutino. Situado na rua do Ouvidor possuía térreo e dois andares. No pavimento estavam suas modernas máquinas de impressão, as rotativas francesas Marinoni, a oficina de estereotipia⁹⁹ e o salão de exposição. Trabalhava no local um representante da casa Marinoni, Sr. Lambert, mecânico responsável por fiscalizar as rotativas e introduzir alguns melhoramentos, como a introdução de “aparelhos especiais de dobragem, que muito avança em presteza o aviamento de folhas aos entregadores e principalmente ao correio”.¹⁰⁰

O primeiro andar era ocupado pela redação, gerência e o serviço do correio. Ao mencionar a redação e seus membros realça as figuras de Quintino Bocayuva, chefe da redação, Joaquim Serra e Joaquim Nabuco, elogiando o empenho dos dois na campanha abolicionista, para isso fez uso de citação de Urbano Duarte.

Apesar do elogio ao edifício, acreditava-se que era acanhado diante a previsão de um crescimento futuro. No sucesso do diário teria responsabilidade seu proprietário, o Visconde de S. Salvador de Mattosinho, que “não poupa esforços, e nem busca economizar, quando se trata do desenvolvimento progressivo de seu jornal”.¹⁰¹ Suas tiragens poderiam variar de 26 mil até 30 mil exemplares. Apesar do artigo ser assinado por José Xavier Pires, tipógrafo da Imprensa Nacional e conhecido por seu conhecimento técnico, sabemos que França e Silva fazia parte dos seus compositores. E era no último andar que exercia seu ofício.

⁹⁹ Arte de fundir páginas para impressão das obras de que vão fazer-se várias edições e cujo molde da matriz foi tirado sobre a composição de caracteres móveis em papel. FARIA, Maria Isabel Ribeiro de; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do Livro. Da escrita ao Livro Eletrônico*. São Paulo: Edusp, 2008.

¹⁰⁰ *RT*, 21/07/1888.

¹⁰¹ *RT*, 21/07/1888.

A corporação tipográfica era composta por 69 compositores, sendo 35 efetivos e 34 suplentes¹⁰². O paginador, compositor responsável e chefe da corporação, era Lino Guimarães. Esses dividiam o espaço com a revisão, composta de três mesas. O trabalho de composição começava às 17 horas e terminava meia noite ou poderia ir até uma hora da madrugada. Duas ou três horas, depois de terminada a composição e paginação, desciam “as páginas em elevador mecânico ao pavimento térreo onde são estereotipadas e feita a tiragem até 4 horas; são distribuídas as folhas para o correio e entregadores até às 5 da manhã”.¹⁰³

Figura 5 - Litogravura do edifício de O Paiz



Fonte: *Revista Typographica*, nº 20, 20/07/1888, p. 9.

Um aspecto que nos chamou atenção no relato foi a ausência da menção aos impressores, por exemplo. É significativo a separação, não só pela ausência, mas o próprio local de trabalho seria distinto, pois as máquinas de impressão estavam no térreo, o que mostra um distanciamento espacial. Artur Vitorino nos diz que falar em tipógrafos no período seria o correspondente de compositores, e que nas associações e periódicos do grupo eram a maioria. O fato se explica por serem mais numerosos os compositores, já que sua função não teria sofrido o impacto da mecanização no século XIX.¹⁰⁴ Assim, a maioria das reclamações sobre a organização do horário de trabalho estaria ligada a rotina dos compositores.

¹⁰² Os suplentes tinham trabalho incerto, posto que deveriam contar com a ausência do efetivo ou uma necessidade especial do jornal.

¹⁰³ *RT*, 21/07/1888.

¹⁰⁴ As rotativas vieram modificar a rotina de trabalhado dos impressores, mas a composição continuou manual até a chegada dos linotipos no século XX. Ver: VITORINO, Arthur José Renda. *Máquinas e operários*:

Dias antes do treze de maio saía um artigo intitulado “O trabalho noturno nas folhas matutinas”, em que havia uma proposta de alteração do horário de trabalho. Apesar da notícia acima afirmar que o trabalho n’*O Paiz* terminasse 1 hora, não era esse procedimento seguido à risca. Pelo relato, em diversas ocasiões os compositores permaneciam para além desse horário, o que prejudicava não só a saúde dos trabalhadores, devido ao cansaço e a fome, mas também a execução do trabalho:

Quando prolonga-se além dessa hora; quando a noite vai em meio; quando os operários, atacados pela inanição, exaustos de forças, cedendo à fraqueza perdem a fé e a esperança, último consolo dos infelizes; quando *uno verbo*, pelas caladas da madrugada, deixam ver nas fisionomias a palidez cadavérica, só um recurso lhes resta: a frouxidão que, na gíria tipográfica, chama-se *escora*.¹⁰⁵

Perdia com isso a corporação tipográfica e a empresa. Para solucionar a questão fazem uma proposta para a mudar a situação. Propõem dividir os compositores em duas turmas: a primeira entrando no horário de costume e saindo às 22 horas, a segunda assumiria do último até depois de 1 hora se fosse necessário. No dia seguinte haveria a troca de horários, os que entraram às 22 horas pegariam o primeiro horário e assim sucessivamente.

A princípio poderia parecer um prejuízo para a empresa, já que pagaria em salário os mesmos valores, mas teria reduzido as horas de trabalho dos seus funcionários. Entretanto, os tipógrafos estariam mais dispostos por terem um período de descanso, pois alguns trabalhavam de dia, ou seja, tinham dois empregos. Podendo os compositores terem algumas horas de repouso, “jantar com suas famílias e às 9 horas pôr-se a caminho da oficina”, iriam trabalhar com mais vigor e força, não sendo vítimas do cansaço que poderia prejudicar a sua atenção e o ritmo no compor dos tipos.

A turma que tiver de principiar o trabalho às 10, vindo robustecida, cheia de força e vigor, encontrando o trabalho adiantado, pelo esforço da turma retirante, não se enfadará, estamos certos, de trabalhar até mesmo depois de 1 hora da noite (como atualmente sucede), pois não experimentará a fome, o cansaço e o desalento, como acontece com o sistema atual, devido a hora em que todos principiam o trabalho, faltando originais algumas vezes logo no princípio do trabalho para acumular-se depois das 8 horas, quando chega a matéria paga.¹⁰⁶

Podemos notar o porquê dos horários não possuírem uma rotina fixa. O trabalho estava subordinado aos interesses pecuniários da empresa. Sabemos a importância financeira das matérias pagas para os periódicos, assim as tarefas eram intensificadas a partir da chegada irregular das mesmas. Outro aspecto seria “a espera de telegramas morosamente enviados pela

mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912). São Paulo, Annablume, FAPESP, 2000, p. 57.

¹⁰⁵ *RT*, 05/05/1888.

¹⁰⁶ *RT*, 05/05/1888.

Havas”¹⁰⁷, tendo em vista a concorrência com outros órgãos da imprensa. Os tipógrafos, entretanto, procuravam entender os interesses da empresa, mas ao mesmo tempo melhorar suas condições de trabalho.

Não censuramos isto, porque a folha não pode prejudicar seus leitores deixando de dar-lhes notícias importantíssimas, que quase sempre veem à última hora, mas pode-se evitar o sacrifício de todo o pessoal.¹⁰⁸

O tom pode ser explicado em parte, porque houve um direcionamento mais específico aos “paginadores e gerente do *Paiz*, em cujas oficinas trabalhamos”¹⁰⁹. Diante aos debates parlamentares sobre a Abolição seria previsível o trabalho se estender para altas horas da madrugada, assim seria um teste importante para a sugestão. Sem dúvida tendo êxito nesse momento, os outros seguiriam o mesmo caminho. Sendo discutida a questão do fim da escravidão os tipógrafos a sentem de maneira diversa, assim como a utilizam em seus discursos de diferentes formas.

Hoje, mais do que nunca, que todas as folhas premiam para avantajarem-se umas das outras nas notícias de sensação que se dão à última hora, e estabelecem o sistema das ficadas, com as quais são prejudicados tipógrafos, revisores e paginadores, que esperam até adiantada hora pela conclusão de notícias importantes; hoje, que o parlamento vai entrar em atividade e os animados debates farão prolongar-se o trabalho nas oficinas; uma experiência, ao menos, no sentido que indicamos, não seria má.¹¹⁰

Apesar dos bons argumentos e tom de conciliação de interesses, parece que não obtiveram sucesso pois nos números seguintes não encontramos menção ao caso. Resultado semelhante encontrou quando procurou modificar os salários percebidos pelos trabalhadores das folhas diárias da tarde.

Um outro episódio envolvendo as folhas diárias vespertinas, com destaque para a *Gazeta da Tarde*, *Novidades* e *Cidade do Rio*, se estendeu por alguns números¹¹¹ e nos fornece elementos complementares ao caso dos periódicos matutinos e o trabalho noturno abordados acima.

Como observamos a sugestão de mudança de horário dos tipógrafos para dois turnos distintos tinha como justificativa, além das questões físicas dos tipógrafos e a boa execução do trabalho, a jornada de dois empregos que muitos estavam submetidos. Assim, entrar mais tarde ou sair mais cedo no trabalho noturno significava mais horas de sono, boa alimentação e tempo com a família. Observamos metade do expediente, vamos ao outro.

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ Idem.

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ Os números da *RT* são: n° 4 (31/03/88), n° 6 (14/04/88) e n° 7 (21/04/88).

A reclamação girava em torno da remuneração dos compositores, “minguado ordenado, se é que disto merece o nome ridícula quantia”¹¹². Salários tão baixos que causava mal estar na relação com seus próximos, por apresentarem “entre aqueles com os quais convivemos, mais ou menos em contato, com a simplicidade de um descuidoso carregador qualquer”¹¹³. Seria uma reclamação justa, posto que a fortuna dos proprietários só seria possível graças a labuta diária dos compositores. E procuravam incutir a ideia de que nenhuma riqueza teria sucesso tendo por base a exploração dos seus empregados, tendo por exemplo a História e suas lições para o presente, com destaque para a Antiguidade:

Ninguém há que procurando fazer fortuna (falamos genericamente) com o suor de desgraçados operários, aumente seus haveres. A história, que é a mestra da vida, está prenhe de exemplos.

Vespasiano, imperador romano, dizia que o ouro não trazia o cheiro sobre sua origem, e por isso nunca consentiu que o erário público se enchesse com dinheiros provindos de fonte imorais. Vespasiano sempre foi amigo dos operários, protegeu a ciência e as artes e, se possuísse a imodéstia de Cícero, bem podia dizer com este: Roma floresceu sob meu espectro!

Tarquínio Soberbo, rei ambicioso, em posição diametralmente oposta a Vespasiano, obrigava aos cidadãos trabalharem de graça na reconstrução do templo do Capitólio, mas o castigo de Deus não se fez esperar; Junio Bruto e Colatino arrebataram-lhe [...], e ele, o algoz dos operários, desterrado, foi morrer num asilo que por comisseração lhe ofereceu Aristodemo.¹¹⁴

Apesar de se autodenominarem de guerreiros pacíficos, podemos observar uma ameaça no mínimo velada. Essa estratégia utilizada se repetiu inúmeras vezes.¹¹⁵ Mas, segundo as afirmações da *RT*, os salários dos compositores não tinham se alterado desde 1878, momento do surgimento dos vespertinos, o que pode explicar o tom do artigo. Sobre os salários e as horas trabalhadas são ilustrativos os exemplos dados:

Até 1878 pagava-se aos tipógrafos que trabalhavam nas folhas da tarde a quantia de 4\$ diários; temos por exemplo a *Nação*, em cujas oficinas o trabalho começava às 8 ou 8 ½ e terminava, invariavelmente às 4 horas da tarde. Veio depois o *Diario da Tarde*, do qual era paginador o nosso colega Carlos Moraes.

Essa empresa pagava aos seus empregados (se não nos foge a memória) 3\$500 é verdade, mas o trabalho principiava às 9 da manhã e terminava às 2 ½, o mais tardar às 3 horas da tarde. E tanto é isto verdade que quase todos os tipógrafos do *Diario da Tarde* eram empregados no *Diario Oficial* que, naquela época (1879), publicava os debates de ambas as casas do parlamento e dava-se começo ao trabalho às 4 horas da tarde.¹¹⁶

Em dez anos o custo de vida teria aumentado, o que rebaixava a padrão de vida desses trabalhadores. Além da inflação do período, outro ponto importante para justificar a necessidade

¹¹² *RT*, 31/03/88, p. 2.

¹¹³ *RT*, 31/03/88, p.3.

¹¹⁴ *Idem*.

¹¹⁵ Podemos observar no caso do *Diario de Noticias* analisado no segundo capítulo.

¹¹⁶ *RT*, 14/04/88, p. 3.

do aumento salarial era o crescente número de leitores. Sabemos como houve uma expansão do número de folhas que foram criadas na década de 1880, o que proporcionaria, teoricamente, novas chances de trabalho para os tipógrafos e melhores vencimentos. Mas, se ocorreu esse fenômeno, no mesmo compasso cresceu o número de aprendizes, o que é uma temática importante para a *RT*, que analisaremos adiante.

As folhas vespertinas mencionadas no caso foram a *Gazeta da Tarde* e *Novidades*, sendo *Cidade do Rio* poupada por suas condições financeiras não lisonjeiras. Na relação ao tratamento dispensado aos compositores, jornais tão distintos na questão da Abolição se igualavam. Não seria justificável a *Gazeta da Tarde*, “que se acha na melhor prosperidade”, e o *Novidades*, “que ainda nos últimos arrancos do execrando ministério do qual foi órgão oficial ou officioso”,¹¹⁷ pagassem entre 2\$500 e 3\$00 seus empregados. O horário correspondente ao primeiro valor seria de 8 da manhã até às 3 da tarde, recebendo 3\$000 os que trabalhassem na segunda edição até às 6 horas da tarde.

De acordo com a narrativa da *RT*, em 1888 se trabalhava mais nas folhas da tarde e se recebia menos. Tendo como exemplo a jornada em 1878 do *Diario da Tarde*, trabalhava-se 6 horas para receber 3\$500, o que dez anos depois corresponderia ter que trabalhar mais três horas, isso supondo que havia um intervalo para almoço entre 8 da manhã e 6 horas da tarde, e imaginando que o almoço em 1878 fosse realizado pós expediente, ou seja, depois das 3 horas da tarde. O valor da hora trabalhada seria “três ou quatro vezes inferior à que damos a qualquer carregador que, num quarto de hora, nos conduz um objeto de um para outro lugar”.¹¹⁸

A *RT* procurou criar mecanismos que alterassem a situação, assim França e Silva convida os paginadores das principais folhas da tarde para um encontro. O objetivo era estabelecer um canal de comunicação com os proprietários, já que os paginadores estavam em uma posição intermediária. Entretanto, para irritação do redator, nenhum dos ilustres convidados compareceram ao evento “e nem sequer colocaram-se na altura de cavalheiros educados, mandando à redação da folha de sua classe um cartão postal dando qualquer desculpa”. A causa da não aparição não seria o medo dos proprietários, mas “a comodidade de que gozam [...], fazendo de seus companheiros míseros forasteiros no solo da própria pátria”.¹¹⁹

Agora, após a narrativa e análise do trabalho dos compositores nas folhas diárias matutinas e vespertinas, podemos ter uma imagem mais panorâmica do seu cotidiano. Como ficou evidente muitos tipógrafos possuíam dois empregos, assim saíam de “suas longínquas

¹¹⁷ Referência ao gabinete de Cotegipe que reprimiu as ações dos abolicionistas.

¹¹⁸ *RT*, 14/04/88, p. 3

¹¹⁹ *RT*, 21/04/88, p. 3.

habitações”¹²⁰ cedo para chegar antes das 8 da manhã no trabalho. Depois de 7 horas trabalhadas teriam duas horas até às 17 horas quando começa o trabalho nas folhas matutinas. Podemos supor que nesse momento poderiam almoçar, caso não tivessem realizado tal refeição, ou esperar em algum ponto do centro da cidade, se o cálculo do tempo não compensasse sua ida até em casa e a volta ao trabalho. Esse interim a *RT* infelizmente não nos trouxe pistas, o que nos traz lacuna, inseparável do nosso ofício.

Tendo início a segunda jornada às 17 horas poderia acabar depois de 1 hora da madrugada. Terminada a composição no horário previsto seriam mais 8 horas de trabalho. Apesar das pausas que poderiam certamente existir, não deveriam ser muito extensas dada a reclamação de fome e cansaço, sendo um dos argumentos da divisão do turno a janta com os familiares. Portanto, no total do dia um compositor com dois empregos poderia trabalhar 15 horas.¹²¹

Certamente uma rotina exaustiva, o que poderia fazer as ausências não excepcionais, assim a importância dos suplentes. No caso da greve no *Diario de Noticias*¹²² podemos perceber como era importante estar na lista de suplentes de uma folha. Ao que tudo indica se o trabalho em dois locais era comum, as faltas dos efetivos também era, não à toa o número de suplentes ser quase idêntico aos dos efetivos em *O Paiz*, como vimos.¹²³

As faltas poderiam ser pelo cansaço, doença, mas também pela iniciativa de realizar a segunda edição das folhas vespertinas, indo o trabalho até às 18 horas, inviabilizando o trabalho noturno, ou chegando atrasado.¹²⁴ Também diante de uma excepcionalidade, como o treze de maio, os compositores poderiam trabalhar até depois de 1 hora da madrugada, sendo difícil seu comparecimento pela manhã no outro emprego.

Diante desse quadro podemos vislumbrar melhor as desavenças nos locais de trabalho entre compositores e paginadores. O último era responsável pela contratação dos tipógrafos, ou

¹²⁰ *RT*, 31/03/88, p.3.

¹²¹ Temos que fazer algumas ressalvas, apesar de trabalharmos com o horário que seria mais comumente utilizado pelos periódicos. Mas temos notícia, ao que tudo indica, que o *Jornal do Commercio* começava o expediente antes das 17 horas e o *Diario de Noticias* às 18 horas: “Hoje, que todas as folhas matutinas principiam o trabalho às 5 horas, e no *Diario de Noticias*, para melhor consultar os seus interesses de seu pessoal tipográfico, já há muito que em sua oficina só principia o trabalho às 6 horas – não tem explicação a exceção que faz o *Jornal* que, como mais antigo, e por conseguinte mais experimentado e prático na luta do trabalho material, devia estar na vanguarda, deixando de uma vez e para sempre a rotina de tantos anos.” *RT*, 14/07/1888, p.3.

¹²² Um dos compositores considerados traidor do episódio teria seu nome riscado da lista de suplente da *Tribuna Liberal*, pelo paginador, membro do Centro Tipográfico, Lima Barreto. Ver capítulo 2.

¹²³ A corporação tipográfica era composta por 69 compositores, sendo 35 efetivos e 34 suplentes.

¹²⁴ Esse fato pode ser mais um dos argumentos para a divisão do turno no trabalho noturno. O segundo turno iniciando o trabalho às 22 horas, o compositor poderia trabalhar até a segunda edição nas folhas da tarde, aumentando seus rendimentos.

seja, formava as listas dos efetivos e suplentes. Sua função era organizar o trabalho da corporação tipográfica, tendo um posto de chefia. A *RT* nos traz um caso interessante envolvendo o tipógrafo Olegario Fernandes Lopes, empregado no *Jornal do Commercio*, que foi despedido pelo paginador. Indignado com o procedimento do superior, envia uma carta para a folha representante de sua classe, que julgou oportuna sua publicidade, apesar de extensa.

Empregado na oficina tipográfica do *Jornal do Commercio* desde 29 de julho de 1867, fui despedido injustamente, no dia 18 de agosto corrente, por ter sido publicado anúncio de teatro em um sábado e declarava domingo; na minha ausência riscou-se o meu nome da lista de suplentes daquela oficina. Avisado imediatamente por alguns amigos e colegas, dando-me a notícia, dirigi-me à oficina e ai despedindo-me dos meus colegas presentes o fiz por escrito àqueles que estavam ausentes. Ao sair da oficina vi o gerente, para ele dirigi-me e interroguéi-lhe o motivo da minha despedida; respondeu-me:
 Muitas faltas ao trabalho e mais o erro que saiu publicado no *Jornal do Commercio* de hoje, além de outras, não posso mais...
 Fui há tempos interrogado pelo gerente:
 O motivo por que eu faltava tanto?
 Respondi-lhe – porque precisava; faltando, porém, com suplente. Pedindo no dia 15 do corrente ausência para o trabalho do dia seguinte, respondeu-me o paginador:
 Hei de acabar com os homens de dois empregos.
 Respondi-lhe: Que desde a redação até a composição, muitos homens tinham dois empregos e ele mesmo paginador já tivera há tempos; dizendo-lhe mais: Não discuto com o senhor.
 Quanto ao aleive que sobre mim atiram de ter insultado o gerente, não é exato, assim como o de fazer poucos linhas no trabalho [...]¹²⁵

O diálogo nos traz proximidade com a rotina de trabalho desses indivíduos e elementos relevantes para a nossa análise. O primeiro aspecto que nos chama atenção é a longevidade de Olegario Lopes como empregado do *Jornal do Commercio*, desde 1867, ou seja, mais de vinte anos. Apesar disso figurava na lista dos suplentes, não dos efetivos. As ausências eram de fato motivadas pela dupla jornada, mas que não seria um problema pois teria um suplente para suprir a carência.

Isso nos coloca uma questão, os suplentes tinham também suplentes. A princípio pode parecer que não havia grandes distinções entre as listas de efetivos e suplentes, pois existia trabalho suficiente e com frequência para ambos, caso contrário não teria motivo a irritação do paginador com as faltas de Olegario.

Esse episódio nos traz uma nova categoria os dos suplentes extraordinários, que seriam os suplentes dos suplentes, de trabalho mais incerto. Uma notícia na *RT* pede ao administrador do *Diario Oficial*, Comendador Antonio Nunes Galvão, mudanças na organização do trabalho referente a essa categoria. Esses trabalhadores tinham que esperar por horas para saber se havia

¹²⁵ *RT*, 01/09/1888, p.3 e 4.

a necessidade de sua presença no dia, o que prejudicava o trabalho, pois teriam menos tempo para compor ou perderiam horas que poderiam ser aplicadas em outras tipografias.

A hora ordinária em que naquele estabelecimento o trabalho principia é às 5 horas da tarde, para o pessoal efetivo da casa, e os suplentes extraordinários, apresentando-se à mesma hora, esperam alguns, quase todos os dias, até às 7 horas da noite, quando recebem a decisão de serem ou não ocupados. Este estado de coisas não pode continuar, principalmente em um estabelecimento do governo, onde a ordem e a justiça devem estar acima da vontade dos homens. Impondo-se a um suplente tais condições, sujeita-se um artista a humilhações e à obrigação de fazer em poucas horas um número de linhas que outros fazem mais folgadoamente em maior espaço de tempo.¹²⁶

Assim, o episódio com o paginador do *Jornal do Commercio* era sobre a injustiça da motivação da demissão de um compositor, que prestava seus serviços por um longo período ao estabelecimento. Não poderia ser plausível sua demissão pelas faltas originadas por possuir dois empregos, já que o próprio paginador, antes de assumir a posição de chefia, também praticava. De forma que o chefe dos compositores não poderia explicitamente demitir um funcionário por falta, sendo que o mesmo tinha um suplente extraordinário, mas procurou justificar seu ato nos erros e má eficiência no trabalho. Não podemos excluir a possibilidade também da pouca simpatia que o paginador nutria por Olegario¹²⁷, ou seja, questões pessoais que não aparecem no relato.

Portanto, diante do quadro apresentado pela *RT* podemos ter uma imagem mais nítida da vida desses trabalhadores, não sendo exagero as diversas ocasiões em que falam do abatimento dos tipógrafos. Assim, sua missão de estimular a união em um ambiente de trabalho altamente competitivo não seria nada fácil. Uma das soluções para melhorar a situação vivenciada seria a instrução dos tipógrafos, deveriam se dedicar a estudar sua arte nos mínimos detalhes, melhorando a qualidade de sua mão de obra e conseqüentemente suas condições materiais. Nesse ponto a aprendizagem e o ensino tipográfico seriam temas debatidos com frequência em suas páginas, mas podemos ver de antemão as dificuldades impostas pela dura realidade que viviam.

1.6 Ensino tipográfico, aprendizagem e concorrência estrangeira

A questão do ensino tipográfico não era nova, desde meados do século as organizações e periódicos dos tipógrafos versavam sobre a necessidade do aperfeiçoamento artístico dos

¹²⁶ *RT*, 23/06/1888, p.3.

¹²⁷ Olegario Lopes meses depois tomaria posse da comissão de pensões da Associação de Socorros Mútuos dos empregos do *Jornal do Commercio*, o que indica que teria conseguido retornar ao emprego. Não podemos avaliar o peso da publicação do seu caso no desfecho do episódio, infelizmente. *RT*, 24/11/88, p.4.

trabalhadores. A Associação Tipográfica fundada em 1853 pretendia criar uma biblioteca para seus sócios, assim como a *Revista Typographica* de 1864 falava sobre a necessidade do ensino tipográfico. A questão perdurou até o fim do século, sendo debatido a regulamentação da aprendizagem.

Como observamos anteriormente, diversas seções eram dedicadas as questões técnicas¹²⁸. Tanto em 1864 quanto na *RT*, entre 1888 a 1890, mostravam a relevância do periódico como meio de instrução dos seus pares. A representação e identidade que procuravam criar sobre sua profissão e ofício estaria intimamente ligada a uma arte responsável pelo progresso dos povos, de forma que seus artistas deveriam ter um amplo conhecimento sobre os mecanismos técnicos necessários para a boa nitidez das obras.

Para além do bom funcionamento dos diversos ramos da tipografia, os aprendizados fundamentais seriam uma arma contra as péssimas condições de trabalho e vida que vivenciavam. A difusão do saber artístico seria um instrumento para a regeneração de um ofício que estava em decadência, mas como observamos, seria difícil possuir tempo suficiente para a instrução necessária tendo longas e exaustivas jornadas de trabalho. A competição pelo ingresso nas listas de efetivos nas tipografias enfraquecia a união e zelo que o ofício necessitava.

Ao analisar a identidade dos “operários do pensamento”, Marialva Barbosa, através da análise de diversos periódicos editados por tipógrafos, fala sobre uma cultura letrada do grupo. Como dito, a autora mostra como as capacidades de ler e escrever foram fundamentais na construção da representação do grupo como trabalhadores distintos, sendo leitores ávidos.

Nas crônicas do seu cotidiano que veiculavam também pelos jornais do grupo, nas descrições que entremeavam as narrativas onde o tema central era o declínio da profissão, é possível garimpar referências elucidativas dos tipógrafos como leitores ávidos.¹²⁹

Entretanto, o tipógrafo mineiro Julio Ladislau lamentava a pouca vontade dos seus pares em se instruir pelos livros. Trabalhadores que além da resistência física, exigida na composição de numerosas linhas, precisavam possuir habilidades intelectuais, assim seria um absurdo o “completo abandono por parte daqueles mesmos que mais e mais lhes deveriam procurar a doce e amável convivência” dos bons livros, “aqueles que recreiam instruindo, quer em artes, quer em ciências”.¹³⁰ E não seria por falta de oportunidade, diante os gabinetes de leitura e as

¹²⁸ As seções: Fragmentos, escrita por José Xavier Pires; Questões Técnicas, tradução; e Ensino Profissional, escrita pelo tipógrafo português Seraphim da Silva.

¹²⁹ BARBOSA, Marialva. *Operários do pensamento (Visões de Mundo dos Tipógrafos no Rio de Janeiro): 1880-1920*. Dissertação de Mestrado, UFF, 1991, p. 230.

¹³⁰ *RT*, 16/02/1889, p. 7.

bibliotecas Nacional, Municipal e Fluminense, além da Associação Tipográfica. Portanto, por essa realidade diversos erros seriam cometidos pelos tipógrafos no seu labor diário

Mas eles se dão, eles se repetem, ninguém de nós tipógrafos o desconhece, ninguém poderá conscientemente negar; e, pelo menos, por nossa parte – afirmando-o – temelo como único corolário desse nosso tédio, dessa nossa negação pela leitura proveitosa, pela dedicação ao estudo de gabinete – de todos o mais aproveitável -, pelo menosprezo do grande mestre, o LIVRO, esse mudo companheiro que, na frase de Voltaire, ao dele apartar-nos sentimos o mesmo dissabor que ao separar-nos de um bom e sincero amigo.¹³¹

Entretanto, se os próprios companheiros tinham responsabilidade pelo estado da arte, os donos dos estabelecimentos e Estado teriam também sua contribuição. Em artigo de Francisco Martins Pereira¹³², mostra a visão distinta que separava aqueles que enxergavam o ofício como arte e os proprietários como seus interesses pecuniários:

A arte tipográfica tem tido, e em grande número exploradores – sanguessugas famintos que, dia a dia, hão roubado a seiva que lhe dá vida e alento. E, como nós, todos sabem o que resulta dessa exploração da arte – a prova de sua decadência na apresentação de trabalhos defeituosos em que, por interesses sórdidos, se abandonam as regras e os princípios que servem de norma para o seu bom andamento.

Ainda a ambição de auferir vantagens incalculáveis faz com que os proprietários de estabelecimentos tipográficos, quase sempre estranhos completamente à arte, e o que é pior ainda, as mais das vezes desprovido da instrução a mais rudimentar, concorram com o contingente, e talvez o mais poderoso, para esse estado desagradável da arte.¹³³

Dentro dessa perspectiva que entra a admissão desenfreada de aprendizes. Estes seriam jovens sem os conhecimentos necessários e talento para a profissão. Apesar da ampla publicidade envolvendo questões técnicas, nos informa a *RT* que o trabalho rotineiro nas oficinas não demandava grande tempo para aprendizagem. Portanto, o grande número de jovens que escolheram o trabalho na tipografia como meio de alcançar a mínima subsistência, seria um fator importante para o rebaixamento do valor da mão de obra.

A organização de associações seria uma forma de controlar essa mão de obra, como bem atesta a atuação do Centro Tipográfico Treze de Maio. Os tipógrafos pretendiam regulamentar o ensino dos aprendizes para controlar a admissão dos mesmos nas oficinas. Mencionam que em outros países estavam sendo discutidos projetos de leis, como na Alemanha. Caso não

¹³¹ Idem.

¹³² Francisco Martins Pereira possuiu 7 colaborações, mas Marialva Barbosa cita a informação de que era “diretor da Revista Tipográfica, fundada por França e Silva”. Apesar da informação equivocada de França e Silva ser o fundador da *RT* e da ausência da menção de Pereira na posição de diretor nos números consultados, pensamos que esses dados podem ter sua origem no *Brasil Tipográfico* (1898-1900), no qual Pereira também escreveu, segundo a autora. BARBOSA, Marialva. op. cit., p. 307.

¹³³ *RT*, 28/09/1888, p. 4.

partisse dos meios institucionais oficiais, as próprias associações de tipógrafos deveriam realizar a tarefa como a Associação Tipográfica Bonaerense¹³⁴.

Um caso mencionado mais longamente foi o desenvolvimento do assunto em Portugal. Ao que tudo indica havia grandes semelhanças entre as tipografias nos dois lados do Atlântico. A *RT*, através de França e Silva, estabeleceu contato com Seraphim da Silva, tipógrafo português, que havia colaborado na *Typographia Portuguesa*, que teria objetivos parecidos com a *RT*, mas que não obteve grande sucesso, tendo suspenso sua circulação.¹³⁵

O artigo chegado no último pacote teria importância pelo contato com outros tipógrafos de lugares distintos, posto que “as artes não têm pátria”. O exemplo vindo do exterior seria parte do arsenal de ideias e projetos que os tipógrafos poderiam adequar a realidade brasileira.

Portugal, como dito, seria um caso ainda mais relevante. Vale lembrar, uma vez mais, do trabalho de Tania de Luca sobre *A Ilustração* (1884-1892). Esse jornal ilustrado seria produzido em Paris pelos benefícios financeiros da operação, tendo sua distribuição não apenas no Brasil, mas também em Portugal.¹³⁶

Não podemos mensurar os fatores que contribuíram para retrair o desenvolvimento da tipografia em Portugal em comparação a outros países europeus. Mas não era pouca a importância atribuída a aprendizagem, como relata o tipógrafo português. A admissão sem regulamentação dos aprendizes teria feito com que o “patrão abuse do tipógrafo-oficial como o senhor de fazendas abuse dos seus escravos”.¹³⁷

A admissão dos jovens aprendizes seria realizada após a leitura de um manuscrito, como se “isto fosse o bastante para admitir uma criança ao aprendizado”. Para o autor os compositores deveriam ter uma noção satisfatória de gramática, pois “o tipógrafo tem muitas vezes de corrigir os originais que lhe entregam para compor”. Mas também seria importante conhecimento de aritmética, “quando tenha de organizar mapas, fazer cálculos, dividindo os espaços pelas diversas casas que eles contenham, para lhes dar um determinado cumprimento e uma certa

¹³⁴ Era secretário dessa associação Rodolfo Soucoup, redator de *El Polígrafo* e representante da *RT* em Buenos Aires.

¹³⁵ Sobre as semelhanças e dificuldades nos dois lados do Atlântico: “Em todos os países do orbe civilizado, a classe tipográfica tem na imprensa jornalística um órgão que advoga seus interesses; e isso vê-se até nas mais pequenas repúblicas ou principados como a România, o Chile e o Peru. Entretanto, a classe tipográfica de Portugal e Brasil tem-se mostrado refratária ao progresso, deixando de tomar parte condigna nos torneios da civilização, fugindo à discussão por meio do pensamento escrito”, *RT*, 24/11/88, p.3.

¹³⁶ LUCA, Tania Regina de. *A ilustração (1884-1892): circulação de textos e imagens entre Paris, Lisboa e Rio de Janeiro*. São Paulo, Editora Unesp, 2018.

¹³⁷ *RT*, 22/12/1888, p. 2.

largura”¹³⁸, conforme o formato. Apesar dessas qualidades necessárias, em alguns casos nem o mínimo teste da leitura era requisitado, prevalecia a ambição dos proprietários:

A verdade nua e crua deve dizer-se custe a quem custar: os proprietários, que só olham para os seus interesses, são os culpados porque admitem nas suas oficinas crianças na maior parte analfabetas e ainda em tenra idade, obrigando-as, pouco depois de lhes ensinarem as caixas, a trabalhar 11 horas por dia, sem que lhes pese na consciência o excesso de trabalho.¹³⁹

A contratação desses aprendizes criava uma situação complicada para os tipógrafos experimentados no seu ofício. Aceitariam a redução dos ordenados ou ficariam sem emprego, posto que os trabalhos mais bem elaborados não tinham exigência frequente, parte devido a possível importação de obras de outros países.

Mas, sobretudo, quem sofre com o aumento constante da aprendizagem são os bons tipógrafos que se quiserem trabalhar terão de sujeitar-se a receber um ordenado muito pequeno, e, se não quiserem morrer de fome serão obrigados a procurar noutra mister os salários que não puderam na sua arte arranjar para o seu sustento e da família.¹⁴⁰

A solução do problema seria a regulamentação do trabalho infantil, para tanto seria necessário o auxílio do Estado. Um projeto de lei de proteção ao trabalho de menores, realizado pelo Ministro das Obras Públicas, “felizmente já foi apresentado ao parlamento”. Além desse havia outro de maior alcance para os trabalhadores em geral, a criação do tribunal arbitral que seria responsável pela mediação dos conflitos suscitados entre patrões e empregados. Para Seraphim Silva o último seria complementar ao primeiro, já que seria o meio para o cumprimento da lei de proteção ao menor.

O autor ainda menciona a necessidade, após a aprovação dos projetos, de outra lei que regulamentaria a brusca admissão de aprendizes. Apesar do tom esperançoso em que descreve os projetos, havia dois anos que estavam no parlamento português e não foram objetos de votação. Nos números posteriores não temos notícias sobre seu sucesso ou não.

Assim, podemos notar a importância que atribuíam ao Estado como mediador nas relações de trabalho, não apenas como instância normativa, mas como imbuído da defesa dos interesses da indústria nacional. Diversas vezes houve o questionamento a ausência de proteção a mesma, propondo o aumento das taxas de importação a produtos concorrentes e incentivo à produção de determinados ramos da tipografia, como a fundição.

Em 1864, os tipógrafos ao realizarem reflexão sobre os motivos da discrepância do desenvolvimento tipográfico entre seu país e os europeus, destaca a importância da proteção e

¹³⁸ Idem.

¹³⁹ *RT*, 22/12/1888, p. 2

¹⁴⁰ Idem, p.3.

incentivo do Estado a produção de materiais necessários a tipografia, substituindo as importações que encareciam seu trabalho.

Assim as principais nações da Europa, e em seguida as secundárias, trataram de ter em seu próprio seio a fonte dos materiais necessários para a existência da tipografia, compreendendo as vantagens que resultam de serem eles feitos no país, e que lhes ficariam mais baratos do que se os importassem do estrangeiro. E, portanto, fundaram fundições, papelarias, fábricas de prelos e máquinas de imprimir, o que todos os dias aperfeiçoavam, e sobre o que estabeleciam os mais interessantes problemas, todos tendentes a baratear o custo das impressões.¹⁴¹

Além dessas medidas necessárias, a regulamentação do ensino deveria ser feita com critério, conforme o exemplo estrangeiro. Nestes os estabelecimentos do Estado criaram suas escolas para formação de novos tipógrafos, em que exigiam conhecimentos prévios para admissão da matrícula, assim como um período de tempo determinado, que variava de três a cinco anos, para obtenção do diploma – sem o qual não poderia trabalhar como oficial.¹⁴²

Passados mais de vinte anos, ainda esses trabalhadores enxergavam a importância do Estado na promoção do ensino, como forma de controlar a admissão brusca de aprendizes, mas também como auxílio para incutir nos novatos o culto ao ofício, visto como uma arte atrelada ao progresso e civilização.

O Estado não deve visar lucros no encetamento das novas indústrias, mas sim facilitar aos artistas a instrução técnica, obtendo cidadãos moralizados e aptos a produzirem obras dignas de nação civilizada.¹⁴³

Apesar desses reclamos por auxílio estatal, os tipógrafos pretendiam manter a autonomia e controle sobre seu saber, mesmo que negassem a tentativa de monopolizar um ofício. O caso emblemático e que tomou alguns números da *RT*, girou em torno da proposta do presidente da Câmara Municipal, Ferreira Nobre, de incluir nas escolas públicas oficinas de ensino profissional de gravadores, tipógrafos e encadernadores.

A proposta recebeu críticas negativas e houve uma articulação para derrubar a iniciativa. Pode parecer contraditório dentro da narrativa que construímos sobre as reivindicações perante os órgãos públicos, mas não era. Oportunizar o ensino profissional iria aumentar a concorrência por trabalhos, sem ao menos garantir a conclusão do curso. Na necessidade de suprir demandas básicas, o jovem poderia com os primeiros ensinamentos engrossar o número de aprendizes nas oficinas particulares e não teria tempo hábil para seguir os estudos. Para França e Silva a certeza da proposta seriam dois fatores: escassez de trabalho e carestia de vida.

¹⁴¹ *RT*, 15/06/1864, p.3.

¹⁴² *Idem*.

¹⁴³ *RT*, 22/09/1888, p.1.

[...] a facilidade de aprender um ofício ou arte dá em resultado serem eles cultivados por todos, trazendo como consequência lógica e natural profissionais em grande número, exiguidade de trabalho e diminuição forçada dos salários, provindo disso miséria extrema para os que se dedicam aos mesmos ofícios ou artes de fácil aprendizagem.¹⁴⁴

Segundo o autor, a classe dos tipógrafos era a maior na Corte, sendo que não havia trabalho para dois terços dos seus membros¹⁴⁵. Tudo leva a crer que houve um exagero na tentativa de fortalecer seus argumentos, mas sem dúvida a concorrência e desemprego eram fatores presentes na vida desses trabalhadores.

Um dos elementos que sustentam nossa afirmação são as condições de trabalho que observamos acima, a necessidade de trabalhar em dois estabelecimentos, assim como a luta por fazer parte da lista dos suplentes, tendo em vista que existiam os extraordinários, de trabalho ainda mais incerto. O outro é o aumento populacional da cidade, que de 1872 a 1890 viu sua população quase duplicar de 274.972 habitantes para 522.651 habitantes.¹⁴⁶ Essa expansão traria um aquecimento do mercado interno, o que significava maior demanda por jornais e artigos tipográficos, mas ao mesmo tempo acirrava a competição por postos de trabalho e aumentava o custo de vida, como, por exemplo, o valor dos aluguéis.

A oposição a medida não seria “porque queiramos monopolizar uma arte, que não é patrimônio de ninguém”, mas para não tornar mais penosa a vida desses profissionais e dos jovens dispostos a seguir a mesma carreira. Além do grande número de aprendizes, o redator faz questão de mencionar os editores que preferem imprimir obras no exterior e agravar a difícil realidade do trabalhador nacional. Exemplo ilustre seria o “Sr. Garnier, que deixando de dar dinheiro a ganhar aos habitantes do país, onde vive e no qual tem feito fortuna, manda imprimir parte de suas obras na Europa.”¹⁴⁷

Como vimos esses indivíduos estavam antenados no que ocorria em outras regiões, com destaque para a Europa, e lançavam mão para fundamentar seus argumentos nesses exemplos, como no caso a seguir, que vale mencionar pela realidade distinta.

Em alguns países como a França, além da concorrência de aprendizes, havia “um outro elemento não menos desorganizador da mão de obra”, a mulher. Na década de 1880 no Brasil ainda não existia a concorrência do trabalho feminino nas tipografias, mas nos outros países teria o mesmo efeito da aprendizagem: o rebaixamento dos salários. Comentando sobre uma

¹⁴⁴ *RT*, 29/09/1888, p. 2.

¹⁴⁵ Segundo a *RT* os números variam entre 1500 a 2000 tipógrafos na Corte. Esse número provavelmente leva em conta somente os compositores.

¹⁴⁶ BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992, p. 172.

¹⁴⁷ *RT*, 29/09/1888, p. 3.

sessão do Congresso da Federação dos Trabalhadores do Livro da França, cita os argumentos levantados por um tipógrafo francês

O Sr. Rochereau combateu a admissão da mulher na imprensa tipográfica e considera que é assas desastrosa a sua concorrência tolerando-a sem ser a salário igual. Demonstrou ainda o mesmo orador que os patrões a empregam somente para explorá-la e não por humanidade (o mesmo dá-se entre nós com os aprendizes). Contesta que jamais a mulher torna-se uma aliada para os compositores.¹⁴⁸

A concorrência feminina em terras longínquas teria o mesmo efeito do aprendiz no nosso contexto. Não seria um aliado, mas um fator de exploração dos empregadores, que utilizariam suas necessidades e pouco conhecimento para admiti-los por um salário menor. Prática que teria forte impacto na vida de tipógrafos experimentados na arte, únicos que sofriam no dia a dia com essa realidade, portanto, legítimos para opinar no assunto.

Vê, pois, o Sr. Dr. Nobre que, combatendo a sua proposta, não o fazemos como monopolizadores da arte ou como refratários ao progresso, mas somente para, prevendo um futuro de misérias e de necessidades irremediáveis, salvaguardar desde já os interesses da classe tipográfica. S. S., ilustrado como é, doutor em direito público pátrio, em jurisprudência civil e criminal, desconhecedor das necessidades da classe tipográfica, não pode, ainda que queira, legislar no sentido dos seus interesses.¹⁴⁹

O trecho é fundamental para entendermos algumas ideias que circulavam entres os tipógrafos na época. O presidente da Câmara Municipal, apesar de ser um homem experimentado em estudos sobre direito, não poderia legislar sobre um assunto que desconhecia. Ignorância não por falta de interesse ou preocupação, mas pela ausência de experiência. Quem teria mais propriedade para opinar e legislar sobre o assunto do que aqueles que dedicam a sua vida ao trabalho nas tipografias? Seguindo a lógica, se não existia nenhum representante desses trabalhadores no legislativo, quem poderia então regulamentar sobre assunto que por anos foi exigida ações dos poderes públicos? A reivindicação por esses direitos políticos veremos no capítulo III, mas o exemplo ilustra como as problemáticas surgidas foram interpretadas e iriam contribuir para iniciativas futuras.

A solução encontrada e proposta, posta a incapacidade do legislador, seria o patrocínio do poder público para a criação de um estabelecimento tipográfico gerido por uma associação de classe. Além de ser uma saída financeira para seus membros, daria a oportunidade de controlar o saber do ofício, pois iria instruir e formar novos aprendizes. Apesar de não mencionar um mecanismo que restringisse a formação de novos aprendizes, acreditamos que o

¹⁴⁸ *RT*, 29/09/1888, p. 3.

¹⁴⁹ *Idem*.

intuito seria o monopólio do ensino pela associação, o que daria um controle sobre a mão de obra, de forma a diminuir a competição e redução dos salários.

Não há muito a câmara municipal de Paris, da qual faz parte grande número de tipógrafos, concedeu uma subvenção de dois mil francos para uma associação de tipógrafos. Se o Sr. Dr. Nobre quer dar provas de sua boa vontade e ardente desejo de ver prosperar a classe tipográfica, imite seus colegas parisienses, auxiliando a montagem de uma oficina tipográfica, a que se propõe realizar o Centro Tipográfico Treze de Maio, no intuito de aperfeiçoar seus sócios e educar regularmente os aprendizes, quando deles precisar a arte.¹⁵⁰

A associação em questão nomeou uma comissão para pedir a retirada do ensino profissional gráfico do projeto, e obteve compromisso de Ferreira Nobre. Apesar do êxito da comissão, o auxílio para a construção de uma tipografia organizada pelos trabalhadores, que teria como um dos seus objetivos o ensino tipográfico, não foi adiante.

A questão do ensino iria continuar latente, tanto o profissional envolvendo os aprendizes, quanto a necessidade de instrução em um aspecto mais amplo, como forma de restaurar os tempos prósperos que teria desfrutado a arte. Entretanto, no final do século com a chegada das linotipos¹⁵¹ a concorrência aumenta e assistem a piora da sua condição de vida.

¹⁵⁰ *RT*, 29/09/1888, p. 3.

¹⁵¹ As linotipos poderiam fazer o trabalho de 5 a 6 compositores. O *Jornal do Commercio* foi o primeiro a realizar a importação da máquina, em 1897. BARBOSA, Marialva. op. cit., p. 70.

2 ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO, PARTICIPAÇÃO OPERÁRIA E ASSOCIATIVISMO

E essa família de heróis...
 Sabeis quem é? É aquela
 Pura e fulgente estrela
 Que Gutenberg adorou;
 É a legião tipográfica
 Que lega o livro – luzeiro,
 Que em toda a parte primeiro
 A instrução derramou.

Ah! Mas nesse momento
 A Pátria também sofria,
 E envergonhada vivia
 Com os ferros da escravidão;
 Mas quando ela se ergueu
 E a Liberdade cantou,
 A outra frente agitou
 Bradando em coro – união!

*Homenagem, de Francisco Martins Pereira, ao Centro Tipográfico
 Treze de Maio no dia 24 de fevereiro de 1889, aniversário do
 falecimento de Gutenberg*

Na noite do dia 24 de fevereiro de 1888 aconteceu, no Teatro S. Pedro de Alcântara, o festival organizado pelo Clube Abolicionista Gutenberg, em homenagem ao inventor da imprensa que lhe dava nome. Apesar do acaso, ocorreu uma chuva que diminuiu a presença do público, o evento pode ser considerado bem sucedido. A associação que tinha como maior objetivo a abolição da escravidão, mas também criou uma escola noturna, fazia parte da histórica Confederação Abolicionista, sendo natural seu convite.

Compareceram figuras ilustres à época, como João Clapp (presidente da Confederação), José do Patrocínio, Luiz Murat e outros. Além dos discursos, houve apresentação teatral e música, tocada pela banda do corpo de polícia de Niterói. Por fim, “concluiu a sessão com uma

apoteose, repetindo-se novamente o hino de Gutenberg”¹⁵², assim noticiou a *Gazeta de Notícias*.

Entretanto, o leitor desatento, ao pegar seu jornal de domingo, talvez não tenha percebido um detalhe para nós de suma importância. Nesse evento ocorreu pela primeira vez a distribuição da *Revista Typographica*, que teria como missão maior defender os interesses de um grupo peculiar, os tipógrafos, da corte e para além dela.

Como observamos a organização dessa “classe ilustrada” constituía-se uma tradição, sendo inclusive vistos como precursores da primeira greve no Brasil.¹⁵³ A Associação Tipográfica, que à época tinha o selo Imperial, será uma instituição ativa nesses principais eventos envolvendo a categoria.

Em 1879, a associação em questão ficaria responsável, junto com a sociedade Ensaio Literários, pela organização de conferência abolicionista, no Teatro São Luís, tendo como orador o professor negro Vicente de Souza.¹⁵⁴ Um indício da participação dos trabalhadores na campanha abolicionista no ambiente urbano.

Três anos depois, no ano de 1882, ocorre a fundação do Clube Abolicionista Gutenberg. Não começa aqui a articulação dos tipógrafos com a luta pela abolição, mas é significativo existir dentro da Confederação uma organização formada por trabalhadores. Essa constatação está de acordo com a visão de Ricardo Salles, em que o movimento abolicionista conseguiu congrega em seu meio diversos grupos sociais, cada qual possuindo interpretações diversas do sentido da abolição.

[...] a luta contra o cativo se constituía em importante bandeira de natureza política com enorme capacidade de aglutinação de todos e, principalmente, permitia uma fácil conexão do que germinava “em baixo” na sociedade com forças políticas e intelectuais mais amplas no cenário nacional.¹⁵⁵

A atuação dos grupos empenhados na causa em questão seria marcante de uma nova cultura política, em que a rua faria parte da equação política do império, ou seja, o teatro da vida política transborda do parlamento para as ruas da cidade, tendo uma nova plateia e sujeitos atuantes: o povo com toda sua diversidade. A imprensa terá papel fundamental no debate

¹⁵² *Gazeta de Notícias*, 26/02/1888.

¹⁵³ Uma nova historiografia nos lembra as paralisações realizadas por trabalhadores escravizados, como forma de negociação com senhores por melhores condições de trabalho e vida. As próprias fugas por vezes não possuíam um caráter de rompimento total, sendo temporárias como meio de reivindicação, como, por exemplo, não ser vendido para outras regiões e preservar suas relações e ritmo de trabalho. NEGRO, Antonio Luigi e GOMES, Flávio dos Santos. *As greves antes da “grève”*: as paralisações do trabalho feitas por escravos no século XIX. *Artigos & Ensaio* (42): 56-59, 2013.

¹⁵⁴ ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2015, p. 131.

¹⁵⁵ SALLES, Ricardo. *Abolição no Brasil: resistência escrava, intelectuais e política (1870-1888)*. *Revista de Índias*, vol. LXXI, nº 251, 2011, p. 14.

público, é em suas páginas que encontramos opiniões acerca dos principais acontecimentos políticos, não possuindo apenas um caráter noticioso. A *Revista Typographiaca* respirou esse ar confuso dos anos de 1888 até 1890, e os tipógrafos não se consideravam sujeitos passivos, pelo contrário, buscavam seu espaço na esfera pública.

2.1 A cultura política saquarema¹⁵⁶ e sua crise: ampliação do espaço público

Entendemos cultura política como uma categoria ampla, mas que não cabem todos os significados. Apesar de ser complexa sua definição podemos obter bons resultados, porém antes devemos mencionar a referência que temos ao utilizar o termo, visto que existem autores que enfatizam determinados aspectos como mais fundamentais de sua constituição. Adotamos a definição de Serge Berstein, que vai além do código simbólico e suas representações:

[...] a cultura política constituía um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama. Se o conjunto é homogêneo, as componentes são diversas e leva a uma visão dividida do mundo, em que simbiose uma base filosófica ou doutrinal, a maior parte das vezes expressa sob a forma de uma vulgata acessível ao maior número, uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa com grandes períodos do passado, uma visão institucional que traduz no plano da organização política do Estado os dados filosóficos ou históricos precedentes, uma concepção da sociedade ideal tal como veem os detentores dessa cultura e, para exprimir o todo, um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chaves, as fórmulas repetitivas são portadoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham, ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo papel significante.¹⁵⁷

O nosso objeto está situado temporalmente no final de um processo, momento de crise do sistema político imperial, no qual a abolição tem centralidade. Para compreendermos seus significados, como a importância do movimento abolicionista, a participação de novos atores sociais, as estratégias e novas arenas políticas, devemos recuar até o período de construção do Estado imperial e a cultura política forjada pelos seus fundadores. Para tanto nos valem da obra clássica de Ilmar Rohloff de Mattos, *O Tempo Saquarema*.

Ao tratar das diferenças, semelhanças e hierarquias entre saquaremas e luzias, ou seja, conservadores e liberais, Mattos nos diz que o projeto saquarema saiu-se vencedor. Mas, por

¹⁵⁶ Utilizamos o termo como referência a obra clássica de Ilmar Mattos. Para o autor, o grupo conservador, denominado saquarema, iria realizar a direção política para a formação e consolidação das instituições do Império. Os mecanismos, como a imprensa e a mobilização de símbolos, seriam aspectos fundamentais para a construção da sua hegemonia. MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

¹⁵⁷ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: Jean-Pierre Rioux & Jean François Sirinelli. Para uma história cultural. Lisboa: Estampa, 1998. p. 351.

quê? A partir da análise dos perfis da chamada trindade saquarema, Rodrigues Torres, Paulino José Soares de Sousa e Eusébio de Queirós, podemos observar que esses indivíduos assumiram a direção de um projeto propositivo, em que tinha como referência o contexto europeu, mas os pés na América.

Será a construção de uma nação entre desiguais, formada por três mundos: governo, trabalho e desordem. O mundo do governo seria o do Povo, a boa sociedade, os cidadãos ativos que poderiam ser eleitos segundo a constituição. Havia, contudo, uma divisão nesse mundo entre o governo do Estado e da Casa, sabendo os conservadores se fazerem presentes em ambos, fator importante para sua vitória na disputa contra os luzias.

O Estado terá um papel fundamental enquanto local de disputas políticas, mas também como campo privilegiado de dominação. Processo que não se dará de maneira natural, ou seja, assumir o controle do Estado não garantiria uma direção, a imposição de um projeto político, mas possibilitaria meios importantes para a construção de uma hegemonia. Neste ponto, a expressão “nada mais parecido com um saquarema como um luzia no poder” é um exemplo singular.

Geralmente há a ideia de poder do Estado vinculado ao monopólio legítimo da violência, porém tão importante quanto governar o Estado é governar a Casa. Assim, a propaganda das ideias de um poder centralizado, de uma sociedade em que as fronteiras sociais estejam bem definidas, da integridade do território nacional e defesa dos monopólios de terra e escravos, era fundamental. A imprensa, os panfletos e outros escritos, teriam função ímpar na formação de consensos. Basta lembrarmos que uma grande fonte de referência para análise do período é a obra de propaganda de José Justiniano da Rocha – *Ação, Reação e Transação: duas palavras acerca da atualidade política brasileira (1855)*¹⁵⁸. Nessa publicidade dos ideais conservadores há uma concepção da história recente do Brasil, destacando seus períodos positivos e negativos, além da expectativa de futuro. Fatores que influem na formação de uma cultura política, que é importante na criação da identidade dos indivíduos que compartilham de sua visão de mundo.

A Casa é o ambiente privado, ligado a liberdade, não entendida como a ausência de restrições, mas a livre consciência de cada indivíduo. Alcançar a hegemonia não era só controlar o Estado, mas também a liberdade de escolhas limitadas. As regras do xadrez político imperial seriam construídas pelos conservadores, assim quando os luzias entram no jogo acabam por aderir a símbolos e vocabulário político construídos por seus adversários.

¹⁵⁸ Justiniano José da Rocha. *Ação, reação e Transação. Duas Palavras Acerca da Atualidade Política do Brasil*. In: Raimundo Magalhães Junior (Org.). *Três Panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965, PP. 163-218.

Mas os próprios luzias ficariam convencidos dos benefícios da ordem. Berstein nos informa que as formações de novas culturas políticas surgem em momentos de crise, a qual exige novas respostas. No contexto em questão, o período das regências será marcante. As disputas dentro do mundo do governo transbordam para além dele, dando margem para manifestações dos outros mundos. Insurreições escravas e revolta da plebe soariam o alerta para a boa sociedade, ficaria latente o risco que corriam ao utilizar como instrumento de pressão política outros espaços e atores. O mundo do Trabalho era representado pelos escravos, devendo ser marcado pela ordem e obediência, ao contrário da plebe, indivíduos encurralados entre senhores e escravos, e seus respectivos mundos, tendo por ambiente a rua, representavam o mundo da Desordem. Era necessário distinguir os espaços de cada mundo (Governo, Trabalho e Desordem), sendo fundamental conciliar o governo do Estado e da Casa, obra realizada sobre a direção dos saquaremas.

Se pretendia, efetivamente, “a maior soma de liberdade com a maior e mais perfeita segurança”, entendia-se que se tornava urgente extinguir a guerra que dilacerava a sociedade, interrogando-se sobre as causas dos conflitos entre seus cidadãos, os quais estimulavam as rebeliões, sedições e insurreições nos demais mundos, tornando-se cada vez mais distante a obtenção da paz.¹⁵⁹

Os conservadores criaram as principais instituições e leis que regulavam o Estado e a sociedade imperial. Definiram o enredo e autorizaram os atores que encenaram no palco político, aqueles que assistiram da plateia, outros responsáveis pelo trabalho de erguer o cenário e os sujeitos quase invisíveis que teriam a entrada proibida. Indivíduos que restavam aguardar nas ruas.

Não tardaria o tempo em que atores insatisfeitos com sua retirada forçada dos palcos buscassem ouvidos nas ruas para suas reclamações. Angela Alonso identifica esse momento na crise política de 1869, quando os liberais protestam contra sua saída do governo em novos espaços públicos. A reivindicações por reformas daria ensejo para as discussões sobre a escravidão, tendo em vista os acontecimentos internacionais, como a abolição nos Estados Unidos.

Mas seus reclamos por reformas não tinha uma base social ampla, sendo sua primeira fase nomeada de abolicionismo de elite. A autora localiza nessa insatisfação o início do movimento abolicionista, em que define seu surgimento na relação com o contexto político da época, sendo fundamental para a análise de qualquer movimento social, em um diálogo de espaços diferentes.

¹⁵⁹ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1994, p. 147.

A emergência de movimentos sociais depende da interação entre grupos de dentro e fora das instituições políticas. Tipicamente, surgem quando há cisão da coalizão política ocupando o Estado, resultando em elites dissidentes à disposição para alianças com grupos fora do sistema político, enquanto a baixa coesão na coalizão no poder reduz a capacidade estatal para reprimir. Assim se abre espaço para a expressão de grupos fora do arranjo político principal.¹⁶⁰

Abílio Borges inaugurou um estilo de ativismo marcado pelas cerimônias cívicas, utilizando o teatro como local privilegiado. Através do discurso da compaixão, mostrando a escravidão como instituição que fere o direito natural, pois todo homem nasceria livre, conseguiu doações para libertar diversos homens e mulheres privados de sua liberdade.

A posição do Brasil na época como um dos últimos países a manter o regime escravocrata ofereceu repertório de práticas de abolicionistas estrangeiros. Referência de destaque será a tradição anglo-americana, não à toa que brasileiros utilizavam o pseudônimo de personagens desses países, ficariam conhecidos como os ingleses do Sr. Dantas, ao defender seu governo na imprensa. Mas havia uma diferença fundamental, a Igreja no Brasil tinha relações estreitas com o Império e legitimava a escravidão, assim seria inviável a utilização de sua estrutura para organizar o movimento.

Argumento importante para iluminar como as referências de fora não eram incorporadas mecanicamente, mas sofriam adaptação diante a nossa realidade particular e o contexto político mais imediato. Fato que marcou a peculiaridade do abolicionismo brasileiro foi a utilização dos teatros como dito, mas também sua aliança com as artes. Seriam inúmeros os exemplos de peças teatrais que denunciariam a escravidão, além de declamações de poesias e apresentações musicais.

O associativismo no estilo Borges, com a distribuição de alforrias e criação de associações abolicionistas, era carente de participação popular. Será a partir da década de 1880 que haveria a ampliação de sua base, e nesse momento que José do Patrocínio se impõe como um agitador das massas, homem de rara sensibilidade.

Década tão agitada não poderia começar de maneira mais emblemática. Seria logo nos primeiros dias do ano de 1880 que o recado de novos tempos estava se anunciando com a Revolta do Vintém. O governo havia estabelecido o imposto de um vintém sobre as passagens de bondes na capital do Império. Momento de crise financeira por qual passava, seria um mecanismo para aumentar as receitas do Estado, contudo sem penalizar as empresas. Desde o

¹⁶⁰ ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro... op. cit.*, p.42.

ano anterior manifestações ocorreram nas ruas, inclusive com a tentativa mal sucedida de entregar um abaixo assinado ao Imperador para que revogasse a medida.¹⁶¹

A imprensa desempenharia função importante ao chamar a população para as manifestações públicas, regadas a discursos de Lopes Trovão, José do Patrocínio, entre outros. Patrocínio, filho de liberta, natural de Campos, mostrava ao público sua personalidade e liderança. Nas folhas dos jornais, cafés e ruas seriam esses seus espaços de atuação, característica do tempo de mudança da cultura política. Entretanto, o novo palco da arena política carregava a imprevisibilidade. A manifestação acabou tomando o rumo do conflito entre populares e as forças do governo, houve barricadas, depredação, tiros e, por fim, corpos no chão.

Fato inédito para a cultura política forjada pelos saquaremas, a desordem das ruas descobriu que a violência urbana poderia fazer política. Perplexidade, o imposto depois de algum tempo é revogado.

Sandra Graham afirmaria que a Revolta do Vintém inauguraria novos mecanismos de participação na vida pública, tendo destaque o ambiente urbano da capital, gestando uma nova cultura política que teria como culminância a Abolição e a República.

O jogo de interesses unicamente urbanos, então redefinidos, e o estilo político também tipicamente urbano que também se delineou por meio de comício de ruas e passeatas, de reuniões públicas e palestras, recitais e de uma imprensa militante, tiveram origem com o Motim de Vintém e passariam a caracterizar o Rio de Janeiro dos anos 80. O ponto alto viria em 1888 e 1889 com a abolição da escravidão e a derrubada do Império.¹⁶²

Essas manifestações, contudo, apenas teriam surtido efeito se houvesse uma disputa política dentro dos canais institucionais de poder. Veremos no decorrer da nossa análise como era percebida a importância de alianças nutridas no sistema político. A própria revolta em questão é exemplar, tendo após os conflitos se reunido na rua do Carmo grupo de políticos para criticar a violência praticada contra a população. Formado por senadores e deputados, como Silveira da Mota, Joaquim Nabuco e Saldanha Marinho, procuraram utilizar o evento como instrumento político para externar desavenças anteriores, como a lei eleitoral.¹⁶³

O primeiro momento do movimento abolicionista, segundo Alonso, seria denominado de período das flores, referência a organização de novas associações, até sua coordenação pela Confederação Abolicionista, assim como a receituário das conferências-concerto como forma

¹⁶¹ GRAHAM, Sandra L. "O motim do Vintém e a cultura política do Rio de Janeiro: 1880". *Revista Brasileira de História*, vol. 10, n.20, São Paulo, 1991.

¹⁶² GRAHAM, Sandra L. O motim do Vintém [...] op. cit. p. 231.

¹⁶³ *Idem*, p. 221-223.

privilegiada de atuação. O segundo seria o dos votos, quando assume como chefe de gabinete o baiano senador Manuel de Sousa Dantas. Período marcado por aliança entre abolicionistas e governo, tendo por frutos uma serie de candidaturas com a bandeira da abolição.

Em artigo da *Revista Typographica* após o treze de maio, assinado pelo tipógrafo Braulio Cordeiro, procurava fazer um breve resumo da história do país e sua vinculação com a escravidão, desde o período colonial. Ao explicar como instituição de séculos de existência teve fim, enfatiza o compadecimento com os indivíduos escravizados, compaixão que iria se alargar rapidamente pelas ruas, até que um homem iluminado a levou ao trono.

Esses gritos que começaram surdos, foram crescendo e espalhando-se pela face da terra, irradiaram-se em todos os sentidos, chegaram finalmente as ruas e praças e um homem os acolheu e levou-os ao trono.¹⁶⁴

Essa relação entre rua e instituições políticas seria vista como fundamental. Claro que não eclipsou a participação vista como fundamental dos tipógrafos, mas há um reconhecimento de alianças necessárias, percepção marcada por uma experiência que podemos supor que vem desde o início da década. O homem exaltado, “campeão que recebeu o choque nas ruas e o levou ao paço é – Dantas, o patriota.”¹⁶⁵

O gabinete Dantas teria tomado um choque das ruas, partiu da mesma a iniciativa por causa tão nobre, mas que sozinha não conseguiria obter êxito. Essa relação será tão importante que Alonso dá destaque ímpar a participação de André Rebouças, o engenheiro dos diques múltiplos. Para a autora será através do seu trabalho de bastidores que conseguiria aliar esses dois mundos distintos. Simbolicamente, uniria Patrocínio e Joaquim Nabuco.

Dois mundos que deveriam ser opostos na cultura política construída pelos saquaremas como vimos. Certamente é mais fácil afirmarmos que havia uma crise da mesma, mas torna-se mais difícil dizer do surgimento de uma nova. Diante de um quadro político incerto, marcado por novidades, surgiriam diversas respostas, podendo influenciar na formação de diversas culturas políticas em disputa por hegemonia, assim refletindo a longa instabilidade após a proclamação da República. Entretanto, não pretendemos verticalizar nesse aspecto posterior, que vai além de nossos objetivos.

Queremos ilustrar como a *Revista Typographica* pode ser um objeto importante para análises do período. Os tipógrafos estavam em duas frentes, tanto na imprensa, procurando influenciar na opinião pública, quanto nas ruas com suas associações. Nesse ponto, se faz importante a análise de Maria Tereza Chaves de Mello, que podemos afirmar como uma

¹⁶⁴ *RT*, 26/05/1888.

¹⁶⁵ *Idem*.

fundamental referência para nossas reflexões. A autora partindo da ideia dos três mundos de Ilmar Mattos afirmou que houve uma inversão dos mundos. O mundo do governo representante legítimo da ordem, que atrelou tão bem sua imagem à Coroa, passou a representar a desordem. Essa inversão manteve relação direta com a manifestação de uma nova cultura política das ruas, representando agora a ordem, minando simbolicamente o sistema imperial, fator importante para explicar a queda do Império.¹⁶⁶

Assim, chegamos ao período das balas, com a ascensão do ministério Cotegepe. Autêntico representante de velhos tempos, seu gabinete defendeu a escravidão baseado no alarme sobre a instabilidade do mundo do trabalho, o que afetaria as finanças do país. Queria prolongar a escravidão até o seu limite e se opôs ao movimento abolicionista, não só no discurso. Tempo longo e marcado por forte repressão. Assim, novas formas de atuação tiveram de ser pensadas, posto que o ar das ruas não inspirava liberdade. Momento em que houve uma aliança maior com as senzalas e a participação dos escravizados saiu das sombras, fugas em massas vão ocorrer no período, principalmente no ano de 1887.

O Brasil estava em posição complicada do ponto de vista internacional, mantínhamos um lugar incomodo no concerto das nações. A Abolição surgia como urgente e símbolo de progresso natural, primeiro passo para a civilização. O governo ao reprimir as manifestações estava representando a desordem, invertendo os papéis estabelecidos. As críticas a sua violência, ao contrário de 1880, tinha uma base social ampla e teve um impacto maior nas instituições.

Não apenas a rua como canal de participação direta foi importante, mas houve organização, foram criadas inúmeras associações para lutar pela liberdade. Aliada a imprensa formou-se consenso, assim o novo gabinete, representado por um adversário do governo Dantas, propôs a lei que finalmente aboliu a escravidão em treze de maio.

Feito marcante e como não poderia deixar de ser, pontuado por festividades. Por uma semana a capital estava tomada por festejos, sendo o último dia, 20 de maio, marcado para ocorrer um préstito organizado pela imprensa, o que mostrava a importância de sua atuação para a conquista da abolição.

Os tipógrafos fizeram-se representar, organizaram uma comissão responsável pelos preparativos de sua participação nos festejos. Mas estariam esquecidos se dependessem da menção da grande imprensa, assim os próprios fariam questão de relatar seus feitos.

¹⁶⁶ MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

Como a imprensa fluminense, na sua descrição das festas nem sequer deu uma pálida ideia da maneira por que se apresentou a classe tipográfica, cumprimos aqui um dever dando ao leitor, que não foi testemunha ocular, uma ligeira ideia do que presenciamos e o que dizem as nossas notas.¹⁶⁷

Mas antes de dar destaque para sua participação a *RT* nos traz elementos para imaginação, característica importante para o historiador tentar reconstruir o passado. A manifestação percorreu as ruas do centro da cidade, com destaque para a rua do Ouvidor, “para a qual afluía maior multidão, ávida de ver desfilar por ali o imponente préstito formado por mais de 5000 pessoas a cavalo, a pé, de carro, incluindo neste número forças do exército”¹⁶⁸ que contou com a participação de Deodoro.

A imprensa, organizadora da manifestação, foi representada por diversas folhas, com seus carros e estandartes, dando destaque para seus redatores:

- Carro com estandarte da Cidade do Rio, levado pela Exma. esposa de José do Patrocínio; - carro com pessoal da redação da Cidade do Rio.
- José do Patrocínio ia a cavalo e incorporou-se em uma comissão da imprensa com seu interessante filhinho, também a cavalo.
- Carro com o Sr. Dr. Souza Ferreira, do *Jornal do Commercio*, e Exma. família;
- Carro com os Srs. Dr. Ferreira de Araujo e Machado de Assis, da *Gazeta de Notícias*;
- Carro com o Sr. Dr. Fernando Mendes, do *Diario de Noticias*, e Exma. família;
- Carro do Sr. Henrique de Villeneuve, do *Jornal do Commercio*, e de outros cavalheiros;
- Carro com o Sr. Arthur Azevedo, do *Novidades*, e Exma. família;
- Carro com o Sr. Henrique Chaves, da *Gazeta de Noticias*;
- Carro com o estandarte da *Gazeta de Noticias*, e outras pessoas de sua redação;
- Carro com estandarte da *Gazeta da Tarde*, representada pelo seu gerente, Sr. Navarro;
- Outros carros com os representantes do *Aposto*, *Etoile du Sud*, redação da *Revista Ilustrada*, *Rews-News*, *Italia* e *Diario de Noticias da Bahia*.¹⁶⁹

Todo o percurso acompanhado de bandas de músicas, tocando por diversas vezes o hino nacional, com as ruas decoradas com arcos, bandeiras e folhagens. Das janelas e portas da rua do Ouvidor encontravam-se famílias que saudavam a marcha em homenagem a Abolição. As escolas politécnica e de medicina estavam presentes, o professor André Rebouças estava em um carro no qual tomou assento o ministro argentino Henrique Moreno.

Marcaram presença também clubes de corrida, trabalhadores da repartição dos Telégrafos e da Alfândega, estudantes de diversas escolas, clubes abolicionistas, colônia italiana, a companhia de carris urbanos, entre outros. Parece que a *RT* não queria cometer a mesma injustiça da imprensa ao não mencioná-los, assim listam inúmeras presenças. Apesar da enorme participação, alguns trabalhadores não foram liberados pelos seus patrões para

¹⁶⁷ *Revista Tipográfica*, 26/05/1888.

¹⁶⁸ *Idem*.

¹⁶⁹ *RT*, 26/05/1888.

participarem da festa, caso dos homens e mulheres empregados no comércio. Diante dos apelos por liberação, inclusive na imprensa, prevaleceu a oportunidade do lucro dos patrões.¹⁷⁰

Apesar da referência à participação dos outros, o maior espaço foi reservado para descrever nos mínimos detalhes a participação da classe que representavam. A *RT* fala em 800 o número de tipógrafos presentes, começando a se reunir à uma e meia da tarde, com as corporações do *Jornal do Commercio* e *O Paiz*, com seus respectivos estandartes. Vale lembrar que França e Silva era empregado no segundo periódico, assim houveram menções maiores a sua participação, como, por exemplo, ao relatar a entrada do conselheiro Dantas e João Clapp no prédio do jornal. Nesse momento foram saudados pelos tipógrafos e corresponderam as homenagens.

Desfilaram pela rua Nova do Ouvidor, Ouvidor e Gonçalves Dias quando foram sendo incorporadas novas corporações tanto de jornais, como o *Diario de Notícias* e *Gazeta de Notícias*, quanto de tipografias. Após passar pela rua da Quitanda e subir a General Câmara, dirigem-se para a rua Larga de S. Joaquim, encontrando outros tipógrafos.

Por volta das três horas da tarde estavam reunidos todos os grupos, organizando-se por corporações, cada uma levando seu estandarte e carregando símbolos que sinalizasse sua participação enquanto trabalhadores gráficos. Abria o préstito um grande estandarte com a imagem de Gutenberg, onde se lia “Classe Tipográfica”. Carregava e fazia parte do carro-chefe o presidente da comissão de tipógrafos responsável pela organização dos festejos, Gaspar de Souza.

Quatro cavaleiros e a banda de música União Fraternal de Niterói iam adiante do carro-chefe, que era puxado por quatro ginetes, levando o presidente da comissão central com o estandarte da classe e duas interessantes meninas; dez cavaleiros formavam a guarda de honra a esse carro que era seguido pelas corporações tipográficas do *Jornal do Commercio*, *Rio-News*, *Diario Official*, *Gazeta de Notícias*, *Paiz*, *Diario de Notícias*, *L'Italia* e as corporações das casas editoras Laemmert, Lombaerts, Pereira Braga, Montenegro, Aldina, Mont’Alverne, todas com seus estandartes, trazendo cada um de seus membros sobre o peito esquerdo o distintivo particular de sua corporação e o que simbolizava o da classe.¹⁷¹

Pelas ruas que passavam teriam sido recebidos com flores, saudavam as redações de jornais e recebiam elogios como retribuição. Ao chegarem na redação da *Revista Illustrada* a “gentil menina Luiza Couto” recitou uma poesia que continha o seguinte trecho:

Salve, ao Herói, que luta e que trabalha,
Cinjam-lhe a frente novos esplendores,
Já que foi bela e grande essa batalha,
Uma batalha olímpica de flores.¹⁷²

¹⁷⁰ MORAES, Renata Figueiredo. Trabalhadores e liberdade – a abolição da escravidão e as comemorações de 1888. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 7, nº 13, janeiro-junho 2015.

¹⁷¹ *RT*, 26/05/1888.

¹⁷² *Idem*.

A rua enquanto representante da desordem sofria uma mudança simbólica, o trabalho deveria passar por transformação semelhante, não visto como um mundo marcado por exploração, em que trabalhadores eram desprovidos de liberdade e deveriam prestar obediência. O herói agora é o que trabalha e luta por direitos, não à toa os trabalhadores iriam incorporar a sua narrativa a comparação com a escravidão, falando em “escravizados livres”.

Vale lembrar que ao seguir “a procissão cívica por diversas ruas na melhor ordem possível”, foram distribuídos pelos tipógrafos panfletos e o jornal *Treze de Maio*, publicados pelos empregados da Tipografia Universal dos Srs. Laembert & C.

O destino final da passeata seria o Paço, em que foi entregue pelo presidente da comissão central um buquê de flores à princesa Isabel, “tendo as fitas dos laços os distintivos da classe e esta inscrição – A Izabel, a Redentora, a classe tipográfica.”

Ao terminar reuniram-se para lanche, ocasião de diversos brindes, um desses foi direcionado à *RT*, realizado por Rodopiano Raymundo, famoso por sua participação no pasquim *Tagarella*, que no fim recitou uma poesia *A imprensa* em sua homenagem.

Interessante observarmos que se ocorreu a menção ao préstito da imprensa, em que estavam presentes figuras ilustres e os donos dos jornais, esses trabalhadores comuns, omitidos das páginas dos principais jornais em que exerciam seu labor, fizeram parte de evento considerado tão importante, “que ficou assinalando para o Brasil a sua verdadeira independência e ao mesmo tempo pressagiando-lhe um futuro risonho, cheio das mais fagueiras e prometedoras esperanças”¹⁷³. Podemos supor como percebiam a relevância de possuírem uma folha própria que colocasse em destaque seu grupo, trazendo visibilidade para aqueles trabalhadores essenciais para a produção da imprensa.

A consciência do significado da *RT* enquanto folha de um grupo específico iria além de sua dimensão imediata. Além de registrar a participação para seus pares para “congregar os elementos esparsos e defender a classe”, tinha-se em mente a dimensão de dizer a posteridade. Neste instante França e Silva nos fala diretamente, exemplo do propagandista que era:

Quando, no futuro, o historiador relatar o acontecimento de 20 de maio, há de forçosamente colocar a classe tipográfica fluminense em um dos primeiros planos.¹⁷⁴

Aqui o presente cumpre sua justiça com o passado. Indícios se anunciavam no início da década e ao terminar havia mais incertezas do que certezas, o chão em que pisavam era inédito, mas apesar disso seu horizonte era marcado por esperanças. Esses trabalhadores

¹⁷³ *RT*, 26/05/1888.

¹⁷⁴ *Idem*.

experimentaram as ruas como espaço de participação política, a palavra democracia entrou em seu vocabulário, o movimento abolicionista trouxe um repertório de práticas de manifestações, com concertos, discursos, músicas, poesias e passeatas. Os mundos estavam passando por transformações, a cultura saquarema deixa de ser hegemônica, mas mantém força para preservar seus monopólios.¹⁷⁵

Após os festejos nas ruas, não houve a divisão de terras proposta por Rebouças, e veremos mais adiante como a República não trará as ruas para as instituições políticas oficiais. França e Silva e seus companheiros vivenciaram essas experiências e tentaram interferir na realidade, utilizando a oportunidade desse alargamento do espaço público que se abriu no início da década.

2.2 Centro Tipográfico Treze de maio, para além de uma cooperativa (1888-1889)

Existe uma renovação do campo historiográfico em relação ao surgimento do movimento operário e suas formas de organização. Alguns estudos recuaram temporalmente buscando no Império, em um ambiente social marcado fortemente pela escravidão, os primeiros indícios da formação de uma consciência da classe trabalhadora. Desta maneira, alguns trabalhos procuraram problematizar as organizações mutuais vistas tradicionalmente como instituições apenas assistencialistas.

O historiador Claudio Batalha¹⁷⁶, em artigo referencial, aborda as organizações dos trabalhadores desde a primeira metade do século XIX, mostrando a continuidade de tradições e as inovações que se operavam em seu meio. Assim, as cooperativas, mutuais e sociedades de resistências não teriam um ponto de ruptura, existindo formas híbridas que não poderiam ser engessadas por uma denominação.

O objeto aqui analisado se insere dentro dessa nova perspectiva. O Centro Tipográfico Treze de Maio, que pretendia ser uma cooperativa organizada por tipógrafos na Corte do Estado Imperial¹⁷⁷, nos anos efervescentes da década de 1880, não tinha sua atuação delimitada por esta denominação, sendo por vezes uma instituição combativa e crítica do momento histórico em questão.

¹⁷⁵ SALLES, Ricardo. *Nostalgia imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do segundo reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

¹⁷⁶ BATALHA, Claudio. "Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária". *Cadernos do AEL*, n. 11/12. Campinas, 2000.

¹⁷⁷ O objetivo do Centro "é estabelecer nesta Corte um grande estabelecimento tipográfico, que a ele se reúnam todas as classes anexas a tipografia, explorando assim em alta escala as artes gráficas no Brasil, que até hoje o tem sido por cidadãos estranhos a nossa arte". *RT*, 24/11/1888, p.3.

Fundado após o treze de maio, pela comissão tipográfica responsável pelos festejos, carregaria em seu nome homenagem a data em que foi abolida a escravidão no Império e será através da *RT* que encontramos os passos de sua trajetória. França e Silva faria parte do conselho do Centro, e usaria a imprensa para divulgar as principais ideias e iniciativas do mesmo.

Em um momento posterior, no fim do ano de 1888, quando a *Revista* passa por mudanças significativas, como a abertura de sociedade com a Tipografia Italia, França e Silva procura relembrar as façanhas realizadas pelo periódico sob sua direção. Trecho que ilustra seus objetivos e relevância na criação da associação em análise:

O seu primeiro ponto de partida foi promover o agrupamento da classe, sem o que sua luta seria estéril senão inútil. Todos sabem a parte ativa que teve ela na criação do Centro Tipográfico, primeira instituição que em seu gênero funda no Brasil e daqui há 2 ou 3 anos há de mostrar aos gratuitos inimigos da classe tipográfica o quanto pode sua força de vontade.¹⁷⁸

Será no décimo terceiro número da *RT* que encontramos o artigo que convoca todos os tipógrafos para assembleia que teria como função discutir a criação do Centro. Logo no início faz menção a longevidade da ideia de criação de uma organização nesses moldes, exemplo que encontramos na seção de notícias do *O Paiz* no ano de 1884¹⁷⁹, em que convoca os trabalhadores para reunião do recém fundado Grande Centro Operário, tendo a assinatura justamente de França e Silva e Elpidio de Castro, futuro secretário do Centro Tipográfico. Mas, então, por quais motivos essa iniciativa teria sucesso no momento em questão? Nesse instante que podemos observar como a homenagem em seu nome não era desprovida de sentido para os trabalhadores.

Com a extinção da execranda escravidão passou o período mórbido, tudo vai entrar em ação, todas as moléculas da sociedade se agitam, e nós, tipógrafos, que no momento atual parece circular-nos nas veias um sangue novo e mais puro, precisamos retemperar-nos para, com mais vigor, lutar pela existência.¹⁸⁰

Esse trecho deixa em evidência a ligação entre as lutas pela abolição, capitaneada pelo movimento abolicionista, e o impulso dado na organização do movimento operário. Entretanto, não vamos verticalizar esse aspecto que ultrapassa os objetivos desse trabalho, mas acreditamos ser importante mencioná-lo devido sua relevância para os novos debates que permeiam a historiografia.

A assembleia responsável pela organização da nova instituição possuía um caráter democrático, buscando dar ouvido às vozes dissonantes para buscar um consenso. A *RT* desde

¹⁷⁸ *RT*, 24/11/1888.

¹⁷⁹ *O Paiz*, 19/12/1884, p. 3.

¹⁸⁰ *Revista Tipográfica*, 02/06/1888, p. 3.

o princípio procurou estimular a participação dos tipógrafos na nova associação, fazendo advertência para a importância de estar presente na reunião proposta, como local fundamental para críticas e sugestões:

Aqueles que lá não forem não tem direito de criticar; é lá, no seio da assembleia, com a palavra que se combate e contraria-se as opiniões, que se convence os antagonistas, caso os haja, pelo choque e pelo embate da ideia. Os comentários fora da sala das sessões não formam opinião; por isso, cumpre a quem quiser discutir e comentar, comparecer à reunião anunciada amanhã.¹⁸¹

O entusiasmo era grande, parecia que o país estava finalmente encontrando seu lugar na civilização, e esses trabalhadores letrados buscavam um papel de destaque no novo cenário que se abria, afinal a associação que pretendiam fundar através desse amplo debate tinha como referência o Velho Mundo, em que os operários discutiam “a luz do dia nos comícios populares seus direitos, não somente sociais como até os políticos”.¹⁸²

Não só eram mobilizados os exemplos vindo do exterior, como a representação política de trabalhadores gráficos na Europa, mas sua própria tradição de organização, reivindicações e lutas. O envolvimento com a luta pela liberdade não foi realizado na sua véspera, mas de uma longa caminhada. Seu histórico será mobilizado com o intuito de unir esses trabalhadores em torno do Centro, uma nova associação que estaria em consonância com a trajetória desses indivíduos:

As associações tipográficas, que há muitos anos estão constituídas, como sejam o Clube Abolicionista Gutenberg, que na questão da libertação dos cativos representou brilhantíssimo papel, aureolou-se, colheu flores, glorificou-se e deu renome a classe tipográfica; a Imperial Associação Tipográfica, que é a consoladora de todas as aflições da viúva infeliz [...] são incontestavelmente merecedoras do apoio de todos os tipógrafos – mas isso não traduz a ideia que deixemos, nós, os membros dessas associações, de prestar ao Centro nosso mais sincero apoio e decidida adesão, porque nele se concentram os elementos vitais da classe.¹⁸³

A *RT* teria papel fundamental na propaganda do Centro e na disputa que o envolvia. Apesar das diversas notícias em que louvava a enorme participação dos tipógrafos, sempre mencionava a importância de se associar, tentando dissuadir resistências e por vezes combatendo seus opositores de maneira mais incisiva. Entendemos a imprensa como um espaço de disputas, um campo político alternativo que procura influenciar a opinião pública e legitimar determinados interesses.¹⁸⁴ Os tipógrafos, trabalhadores íntimos da palavra impressa, souberam utilizar esse mecanismo para promover a coesão dos seus pares em torno da construção do Centro.

¹⁸¹ *RT*, 02/06/1888, p. 3.

¹⁸² *Idem*.

¹⁸³ *RT*, 16/06/1888, p. 2.

¹⁸⁴ DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: Mídia, cultura e revolução*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

Encontramos um exemplo na transcrição da notícia da *Gazeta da Vitória*, periódico do Espírito Santo, para chamar “atenção dos tipógrafos fluminenses, que indiferentes ainda se mostram diante da evolução”¹⁸⁵ que estava ocorrendo entre o grupo em diversas partes do Império. No mesmo fragmento houve a menção ao número de 2000 tipógrafos na Corte, entretanto, apesar da boa acolhida, a associação não contava nem com a metade desses trabalhadores, algo em torno de 600 membros.

Dessa maneira, conseguimos encontrar diversos exemplos que procuravam demonstrar os benefícios da associação. A intenção primeira seria a constituição de uma cooperativa, mas em um momento inicial atuou em diversas áreas, como representante da coletividade. Uma das iniciativas foi a criação de uma comissão de empregos, em que ficaria responsável por receber tipógrafos em sua sede, na rua General Câmara 327¹⁸⁶, e encontrar trabalho para os desafortunados. Isso nos remete a uma tradição entre os trabalhadores de controlar a oferta de mão de obra, um caso exemplar foi estudado pela historiadora Maria Cecília Velasco e Cruz¹⁸⁷ na formação da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, no Rio de Janeiro.

No número 23 da folha, encontramos o relato de João Carlos Cabral, que havia se desligado da corporação tipográfica do *Novidades*¹⁸⁸ devido a um desentendimento com seu paginador¹⁸⁹, Manoel Gomes. Assim, desempregado procura o auxílio de Procópio Russell, paginador da *Gazeta de Tarde* e também representante do Centro Tipográfico.¹⁹⁰ Encontra solidariedade imediata e acaba empregado, levando em seguida a ocorrência para a associação. Entretanto, dias depois Gomes procura Cabral para dar explicação mais clara e satisfatória sobre os motivos do desentendimento, mostrando ter grande consideração e o chama para retornar ao trabalho. Antes de tomar decisões sobre o assunto entra em contato com os companheiros do Centro para expor os fatos mencionados, além de afirmar que o paginador em questão não era hostil a associação. Todos concordam que Cabral deveria aceitar o pedido, e assim é feito.

¹⁸⁵ RT, 04/08/1888.

¹⁸⁶ Encontramos o mesmo endereço quando da chamada para assembleia geral da Imperial Associação Tipográfica Fluminense, em 1887. Diário de Notícias, 30/10/1887.

¹⁸⁷ CRUZ, Maria Cecília Velasco e. “Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905-1930”. *Afro-Ásia*, n. 24. Salvador, 2000.

¹⁸⁸ O periódico *Novidades*, foi criado em 1887, por fazendeiros escravistas que o financiavam. Este jornal foi dirigido por Francisco Guilherme dos Santos e por Alcindo Guanabara, seu objetivo era tirar a credibilidade dos abolicionistas. Ver: SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad, 1999.

¹⁸⁹ Paginador era um tipógrafo que coordenava o trabalho na oficina, tendo uma posição de liderança. Sua figura será importante também por ser o responsável pelas contratações e demissões.

¹⁹⁰ O Centro Tipográfico tinha representante nas principais oficinas do Rio de Janeiro.

O acontecimento ilustra a posição de mediador que a direção da nova organização buscava imprimir. Em torno de uma querela entre companheiros seria o árbitro do conflito, dando demonstração de legítimo representante dos tipógrafos. Mensagem que deveria ser transmitida para seus iguais e para além deles. A divulgação do evento na imprensa, através de um órgão do grupo, deixa evidente essa intenção.

Encontramos Procópio Russell, personagem do episódio, nas páginas do livro de Evaristo de Moraes¹⁹¹, *A Campanha Abolicionista*, em que menciona sua participação numa comissão organizada por abolicionistas que tinha como intuito percorrer as ruas do centro da Corte para convencer proprietários a libertar trabalhadores escravizados. O autor nos diz que iniciativas como esta tiveram grande resultado, conseguindo abolir a escravidão das principais ruas da região, dando mais uma prova da importância da abolição na experiência de luta desses trabalhadores.

Outro indivíduo que encontramos fazendo parte do Centro foi Rodopiano Raimundo. Na obra de Rodrigo Cardoso de Araujo¹⁹², em que analisa o surto dos pasquins no início da década de 1880, nos mostra a participação desse tipógrafo no *Tagarella*, tendo grande destaque com sua linguagem ácida e por isso conseguindo inimizades. Entretanto, na seção Galeria Artística: Perfis Tipográficos, escrita por Guilherme Vasques, em que fazia uma homenagem aos principais tipógrafos, Raimundo era tido por um companheiro que sempre defendeu os interesses da classe, principalmente contra os arbítrios no *Diário Oficial*. Encontramos referência a essa sua luta no trecho a seguir:

Escrevendo no pasquim de Apulco de Castro, Rodopiano Raimundo, através de uma série de cartas, veio sistematicamente manifestar sua indignação para com a administração da Tipografia Nacional. [...] As principais acusações feitas à administração [...] estavam centradas nas duras condições de trabalho dos tipógrafos ali empregados. Estando geralmente em baixo número, eram obrigados a trabalhar muitas vezes até as 4 ou 5 horas da madrugada, enquanto que os tipógrafos empregados em folhas diárias trabalhavam, no mais tardar, até a meia noite.¹⁹³

Ao mencionarmos resumidamente a trajetória desses trabalhadores, procuramos situar quem eram seus membros e como estavam envolvidos com as lutas do período, assim como o Centro Tipográfico iria se inserir dentro dessas questões, indo para além de suas funções assistencialistas, assumindo um perfil combativo por vezes.

¹⁹¹ MORAES, Evaristo de Moraes. *A campanha abolicionista: 1879-1888*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1986.

¹⁹² ARAUJO, Rodrigo Cardoso Soares de. *Pasquins: Submundo da imprensa na Corte Imperial (1880-1883)*. Rio de Janeiro, Editora Multifoco, 2012.

¹⁹³ ARAUJO, Rodrigo Cardoso Soares de. *Pasquins: Submundo da imprensa na Corte Imperial (1880-1883)*. Rio de Janeiro, Editora Multifoco, 2012, p. 96.

2.3 Centro Tipográfico: objetivos, regulamento e possíveis influências.

O objetivo principal da associação era a constituição de uma cooperativa. França e Silva, falando sobre a existência de bons patrões: “a condição de empregado por melhor que seja o patrão, nunca é como a deste. No tempo da escravidão, por mais humanitário que fosse o senhor para com seu servo, este não recusava a liberdade quando se lhe oferecia”. Portanto, “preparemo-nos, pois, para sermos patrões de nós mesmos”.¹⁹⁴

O regulamento especial do Centro Tipográfico Treze de Maio mostrava um leque grande de medidas que figuravam entre seus objetivos. Aprovado em assembleia geral ordinária, no dia 25 de março de 1889, versava desde melhorar o sistema atual das classes gráficas, até alcançar junto ao poder público uma diminuição das taxas de importação de matérias-primas relevantes para as tipografias e aumento dos manufaturados concorrentes. Apesar dessa variedade, desponta o objetivo de “fundar uma oficina tipográfica que sirva de modelo para o futuro a todas as outras”, como realça o discurso acima publicado pela folha dos tipógrafos.

Lendo as páginas da *RT* nos deparamos com um aspecto relevante, que pode ter servido de inspiração a elaboração do documento em questão. Através do periódico *L’Imprimerie*¹⁹⁵, folha francesa que matinha correspondência e troca com a *RT*, chegaram as leis do quarto Congresso da Federação Francesa dos Trabalhadores do Livro, assim como o regulamento da Câmara Sindical Tipográfica Parisiense.

Ao que tudo indica diversos delegados das câmaras tipográficas de cidades francesas estavam reunidas na Federação, inclusive havia um processo de expansão com a adesão de trabalhadores da Federação Tipográfica Belga. França e Silva não perderia a oportunidade de transcrever discurso do tipógrafo belga, Sr. Rosseau, quando se apresenta no Congresso em Paris:

Confrades. Agradeço a honrosa delegação da comissão central pelas provas de simpatia que acaba de dirigir à Federação Tipográfica Belga, de que trago saudações. Posto que composto de um numero de seções assas limitado, nossa Federação não possui menos elementos convencidos e prontos a todos os sacrifícios para a reivindicação de seus princípios e de seus direitos. Aproveito estas grandes e pacíficas reuniões da Federação Francesa dos Trabalhadores do Livro para protestar contra a indiferença de todos os homens que professam a tipografia e não querem compreender que o agrupamento por si só pode e deve trazer uma era de prosperidade em sua condição material. Mantenhamos e demostremos constantemente a justiça de nossas reivindicações a esses indiferentes: votemo-nos a sua liberdade e bem estar, e cedo ou tarde, nossos esforços serão coroados de sucesso, porque estamos convencidos que eles serão os frutos do direito, justiça e do dever.¹⁹⁶

¹⁹⁴ *RT*, 12/01/1889, p. 2-3.

¹⁹⁵ Esse jornal seria uma importante fonte de notícias vindas do exterior.

¹⁹⁶ *RT*, 22/07/1888.

emprego ao sócio que acabava de sair do *Novidades* por desentendimento com o paginador. Haveria posteriormente a criação de uma comissão encarregada de arranjar postos de trabalhos para os indivíduos temporariamente sem serviço.

O Regulamento da Câmara Sindical além de mencionar entre seus objetivos a colocação dos membros desempregados, informava sobre a representação de um tipógrafo nomeado por cada oficina. Deveria ter mais de 21 anos e recolher as mensalidades da tipografia e entregá-las ao tesoureiro da associação.

Apesar das semelhanças há diferenças importantes. Uma óbvia, que mostra as limitações impostas pelo meio, era ausência no regulamento do Centro à menção a greve. O documento dos franceses trazia em detalhes os procedimentos a serem tomados. A associação seria a única que faria a mediação entre operários e patrões, assim como a decisão de uma paralisação deveria ser comunicada a Federação. Caso os fundos não cobrissem as despesas da greve haveria a cobrança de 1% dos salários dos sócios para cobrir os custos. Os indivíduos que perdessem seu posto por causa da defesa dos interesses da associação receberiam 24 francos por semana, em um período de seis meses, devendo comparecer todos os dias a sede para estar disponível caso surja uma oportunidade.

O Centro não poderia ir tão longe. Apesar da publicação nominal dos seus sócios, das atas de reuniões e outras medidas de publicidade, seria acusado de organização secreta por seus adversários. Pela oposição que sofria e os reclames constantes para a adesão dos tipógrafos, parece que a iniciativa tinha ares inovadores o que causou estranhamento, justificando as menções constantes ao que ocorria na Europa. Se o Velho Mundo era uma referência a ser seguida em termos culturais e símbolo do progresso e civilização, por que não seguir os passos dos trabalhadores d'além mar? Parece ser essa a estratégia tomada pela redação da *RT*.

O regulamento especial do Centro Tipográfico traz aspectos interessantes para a nossa pesquisa. Seus objetivos além de melhorar a situação da classe, da questão protecionista e a fundação de uma tipografia, eram: estabelecer filiais do Centro nas províncias, obter do governo permissão para conferir título artístico a todos os irmãos e solenizar as datas de 13 de maio e 24 de fevereiro (Abolição e passamento de Gutenberg).

Ações como a emissão de diplomas aos seus membros e a criação de filiais em outras províncias se assemelham ao que propagava a Câmara Sindical e Federação Parisiense. Desse objetivo parece ter obtido algum sucesso, pois tivemos notícias da criação de um Centro Tipográfico em São Paulo, em outros casos havia tipógrafos que aderiram ao Centro da Corte, o que era permitido. Os diplomas, seguindo a referência dos franceses, poderia ter a função de normalizar os tipógrafos que se deslocassem de províncias, não precisando pagar a joia de

entrada, por exemplo. Esse pode ser um caso relevante tendo em vista a própria trajetória de França e Silva, que passou por outras províncias antes de chegar à Corte.

Estava estabelecido que os sócios deveriam ser tratados como irmãos, algo que procurava reforçar a sensação de pertencimento e identidade – talvez seja essa disposição que motivou as acusações de sociedade secreta por seus opositores. Os irmãos, que poderiam fazer parte de qualquer ramo gráfico¹⁹⁸, não poderiam recusar a nomeação a algum cargo na associação, caso não tivessem uma boa justificativa para a recusa. O Centro tinha uma diretoria e um conselho eleitos em assembleia geral, tendo início o ano social em 1º de julho e seu término em 30 de junho. Havia o estabelecimento de quatro assembleias gerais ordinárias, podendo ocorrer outras em momentos extraordinários, como em casos de paralisação do trabalho.

Apesar dos esforços empreendidos o Centro Tipográfico teve uma existência breve, não conseguindo ter êxito em suas iniciativas, como a construção de uma cooperativa. Entretanto, apesar da vida efêmera trouxe elementos importantes para pensarmos em uma perspectiva mais longa a tradição de organização desses trabalhadores. A ampliação da esfera pública da década de 1880, ampliou as possibilidades de lutas desses indivíduos, contribuindo com a visão de que as associações de trabalhadores em fins do século XIX, apesar da predominância das mutuais, tinham um perfil diverso, incluindo uma postura de resistência, não exclusiva dos sindicatos do século XX.

Ao fim do regulamento, nas disposições gerais, anunciava uma nova iniciativa: “o Centro procurará eleger para cargos de eleição popular um representante seu que advogue os interesses da classe”.¹⁹⁹ O Centro Tipográfico Treze de Maio experimentaria no episódio envolvendo os tipógrafos no *Diário de Notícias*, como a representação política poderia ser relevante para suas reivindicações. Apesar do diminuto período de sua atuação, o evento citado mobilizará os tipógrafos da Corte e os debates na imprensa.

2.4 A greve no Diário de Notícias

Em meados de outubro de 1888, o Centro estaria envolvido com a greve no *Diário de Notícias*. Este periódico surge em 1885 e consegue obter grande êxito no comércio de

¹⁹⁸ Poderia pertencer ao Centro “todos os artistas tipográficos: impressores, encadernadores, litógrafos, gravadores, pautadores”, nacionais ou estrangeiros. Menores poderiam fazer parte com autorização do pai ou tutor. Arquivo Nacional: Fundo GIFÍ 5F - 163 / Maço "Centros".

¹⁹⁹ *Idem*.

impressos, possuindo tiragens de mais de 20.000 exemplares, quantidade nada desprezível para época²⁰⁰, dando a dimensão do evento que procuramos analisar.

A questão tem início quando o proprietário da folha Paulino Franklin do Amaral, Barão de Canindé, procura uma solução para as dificuldades financeiras por que estava passando devido ao fim de contratos de anúncios, que preenchiam quase uma página do jornal. A solução proposta foi a diminuição do ordenado dos trabalhadores ou a demissão de alguns. O paginador era Gaspar de Souza, presidente do Centro Tipográfico, que não aceitou os termos apresentados. Souza, de forma imediata responde ao gesto, entregando sua demissão. Nesse momento houve um recuo e chegaram em um consenso tanto para manter o paginador quanto o quadro de empregados: o expediente deveria começar uma hora antes, às dezessete horas. Outra medida, segundo a *RT*, seria dar diariamente uma página de matéria repetida, aliviando o penoso trabalho de composição.

Pela leitura das fontes, podemos mensurar a importância do paginador perante os demais empregados da tipografia, pois seria a lealdade a sua pessoa que teria contribuído para aceitação da proposta pelo grupo. Isso colocava Gaspar de Souza em uma situação complicada, pois estava na posição de mediador entre o proprietário e seus colegas de trabalho – vale lembrar como em números anteriores a *Revista* reclama de alguns paginadores que esquecem que são tipógrafos como seus subalternos, e que de um dia para outro poderia perder seu cargo de chefia. Inclusive, o paginador da folha acompanharia o proprietário desde período anterior, quando trabalhava no jornal *Brazil*, colocando a questão no campo moral.

Os homens que faziam aquela folha a isso sujeitavam-se somente por amizade ao seu colega, amigo e chefe, e este, reconhecendo o sacrifício de seus companheiros à saciedade mostrava ao Sr. Barão (pois o acompanhava desde os tempos do *Brazil*, do qual foi um dos proprietários) o cavalheirismo e lealdade que havia tido e tinha para com S. Ex., qualidades estas que o Sr. Barão, levado, talvez, pelo azinhave do cobre, desconheceu-as no momento da ingratidão que acaba de praticar.²⁰¹

Acompanhar o proprietário do *Brazil* não deveria ser uma tarefa fácil para tipógrafos adeptos das ideias abolicionistas. A criação da publicação tinha relação com o surgimento da Confederação Abolicionista, sendo uma resposta dos setores conservadores. Exemplar representante desse grupo, Paulino Soares de Souza teve papel de destaque nos artigos firmados. A ideia central era combater as manifestações dos abolicionistas nas ruas, vistas como subversivas, mas também os liberais no poder que flertavam com a presumível desordem.²⁰²

²⁰⁰ ARAUJO, Rodrigo Cardoso Soares de. *Caminhos na produção da notícia: a imprensa diária no Rio de Janeiro (1875-1891)*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, UERJ, 2015, p.33.

²⁰¹ *RT*, 27/10/1888, p. 1.

²⁰² SANTOS, Cláudia. *Por uma história republicana da abolição*. Rio de Janeiro: s/e, 2020, cap. 1, p. X.

Apesar dessa longa convivência, as promessas feitas pelo médico e antigo proprietário do *Brazil* não foram concretizadas. Entre os interesses financeiros da folha e a lealdade dos trabalhadores, prevaleceu o primeiro. Assim, o proprietário seria julgado como sujeito ingrato, “menosprezando sua palavra de homem honrado e de bem, e ligando pouca importância a si próprio”.²⁰³ Fica nítido as visões distintas que norteavam o ofício dos tipógrafos, os últimos sentiam que sua arte encontrava-se em estado precário devido a ambição dos proprietários.

O rompimento começa quando o Barão de Canindé começa a procurar paginador e pessoal mais baratos, no valor de quatro mil réis diários. Segundo a *Revista*, não achando tipógrafos que aceitassem a sua proposta, encontrou na sua própria oficina empregados dispostos a assumir o cargo: Francisco Patrício Corrêa de Vasconcellos e Antonio Avelino dos Santos. Estes trabalhadores sofreriam severas críticas por sua postura.

Diante o acordo entre Patrício e Avelino com o proprietário, bastaria algum fato para justificar a demissão de Gaspar de Souza. Pensamos que seria fundamental garantir um motivo justificável para a demissão do paginador para manter o seu corpo de funcionários, tendo em vista a estreita ligação entre Souza e os outros tipógrafos. Não tardou a chegar o episódio que culminou na saída do presidente do Centro.

Pelo relato nas páginas da folha dos tipógrafos, um dia na ausência de Gaspar de Souza, um dos tipógrafos acordado com o proprietário teria dado ordens ao paginador substituto, Justino de Carvalho, que descumpriam as determinações do acordo anterior. O último recusou a cumprir as ordens, o que teria originado o ocorrido a seguir:

No dia 18, às 10 horas da manhã mais ou menos, entrando na oficina, o Sr. de Canindé encontrou três tipógrafos fazendo distribuições e dirigindo-se aos mesmos, disse-lhe: “- deixem o trabalho, lavem as mãos, vistam seus *paletozinhos* (textual), vão dar um giro, que o trabalho só começará à 1 hora, depois de uma larga conferência que vou ter com o Sr. Gaspar”.²⁰⁴

A conferência anunciada seria para tratar sobre a demissão de Justino de Carvalho. Sendo Gaspar de Souza o paginador seria de sua alçada a demissão do empregado. Diante da situação delicada em que se encontrava optou por pedir demissão e transmitiu o que se passou aos demais companheiros de oficina. Nesse momento 27 homens teriam acompanhado o paginador, saindo do *Diário*, permanecendo apenas cinco, entre eles Patrício e Santos.

No mesmo número da *RT* houve a notícia da realização de uma assembleia no Centro para discutir a questão, sendo excluídos do quadro de sócios, considerados traidores: Antônio Avelino dos Santos e Francisco Patrício Corrêa de Vasconcellos. Ou seja, a maioria da

²⁰³ *Idem.*

²⁰⁴ *RT*, 27/10/1888, p. 2.

corporação do *Diario* havia acompanhado Souza na recusa das propostas iniciais, pedindo demissão, entretanto outros tipógrafos aceitaram, o que criou revolta no grupo.

Por esses trabalhadores não serem de outro periódico, mas da própria oficina, aumentou ainda mais a sensação de traição, de forma que seria enorme a condenação da atitude, elevando o tom:

O indivíduo que trabalhar no *Diário de Notícias* está sujeito a amoldar-se ao caráter de Santos e a passar entre os homens, como um ente de sentimentos baixos e rasteiros. O tipógrafo que desligar-se nesta questão de seus companheiros, não terá nem sentimentos, nem parcela de vergonha.²⁰⁵

A atitude contra os empregados que permaneceram no jornal provocou reações. Encontramos uma notícia na própria *RT* que acusa Santos de andar armado pelas ruas, sendo uma ameaça. E o Barão de Canindé, por sua vez, pediu garantias ao chefe de polícia, alegando que corria perigo sua propriedade e vida.

Encontramos artigo de Elpidio de Castro, secretário do Centro, na seção Publicações a Pedido no *Novidades*. Era uma resposta e denúncia contra a atitude do Barão de Canindé, que realizou queixa na polícia contra quatro antigos funcionários, entre eles o presidente da associação dos tipógrafos e antigo paginador da sua folha, Gaspar de Souza.²⁰⁶ Apesar do chefe de polícia não dar andamento ao requerimento, fez comparecer à delegacia os tipógrafos, o que em si significou uma grave desonra “para uma corporação ordeira e honesta”.

Para Castro, a diferença no tratamento dado estaria na posição em que ocupava o dono do *Diário de Notícias*, como membro do Parlamento, o que deixa evidente a importância da representação política para os trabalhadores.

Quando um dia as classes operárias puderem ter no parlamento um ou mais representantes dos seus interesses, é provável que as diretorias das suas associações legais não andem no caminho da polícia sem que lá hajam queixas ou indícios de que entre os seus membros há criminosos. Até essa época, sofremos resignados.²⁰⁷

Nesse momento o Centro Tipográfico começa a sofrer críticas de proprietários e dos próprios tipógrafos. Alguns indivíduos estariam disseminando ideias de que a associação seria a cabeça de motins, grevistas, perturbadores da ordem e paz nas oficinas. Aconselham os membros a terem calma no momento e atribuem as intrigas da própria classe a uma disputa por cargos – pelo relatado o Centro buscava ter paginadores nas oficinas, dando destaque mais uma vez a posição importante de sua função.

²⁰⁵ *Idem.*

²⁰⁶ Além do paginador foram convocados a comparecer a secretaria de política: Justino de Carvalho, Antero Vahia e Rocha Cardoso. *Novidades*, 23/10/1888, p. 2.

²⁰⁷ *Novidades*, 27/10/1888, p. 2

Essas críticas têm relação com a estratégia adotada, boicotar o *Diario de Notícias*. A folha de França e Silva parecia disposta a lutar para ser bem sucedido o plano, por isso fez coro a assembleia do Centro e deu publicidade a questão para que nenhum tipógrafo aceitasse emprego na propriedade do barão. Encontramos exemplar da circular que o Centro Tipográfico enviou para outras regiões:

A corporação do Diário de Notícias saiu dignamente. Há reação geral da classe, evite vir compositores daí. Resposta para a rua General Câmara n. 327 – Centro Tipográfico.²⁰⁸

Assim, nesse momento seria fundamental a união dos trabalhadores, por isso o apelo na imprensa, não só através do órgão da associação, mas da publicidade de outros periódicos que apoiassem o movimento grevista. Foram transcritos diversos apoios vindos de outras províncias, buscando mostrar a legitimidade da causa e influenciar a opinião em seu favor.

Um relato interessante que colabora com nossa interpretação veio do periódico *Garatuja*, publicado em Resende. Além da importância de se mencionar a correspondência que existia com outras regiões, mostra como estava presente a sensação de novos tempos após a Abolição, como a luta pela extinção do trabalho escravo estava tendo continuidade nas lutas por melhores condições de vida e trabalho. Assim, apesar de longa, transcrevemos a correspondência:

Pois sim! – Estou d’aqui batendo palmas ao Centro Tipográfico pela atitude enérgica e brilhante assumida pelos seus fundadores na malfadada questão do *Diario*. Malfadada e talvez necessária, essa questão veio patentear aos povos d’aquém e d’além telegrafo, que muito pode a união que hoje felizmente encontra-se em uma classe, que foi sempre símbolo da discórdia.
São muitas as adesões que recebe o Centro dos seus colegas, e vê-se por elas que chegou finalmente o período brilhante da arte tipográfica no Brasil.
Era preciso que, depois da libertação dos escravos pretos, viesse a libertação dos tipógrafos, e essa conseguiram-na eles brilhantemente pelos seus esforços com a fundação do Centro, e escudados pela *Revista Typographica*, que vai sensivelmente adquirindo os aplausos de todos que se interessam pelas grandes reformas sociais.²⁰⁹

A correspondência com outras regiões para que não mandassem tipógrafos não é sem propósito, apesar das inúmeras vezes que a *Revista* informa sobre o enorme contingente de trabalhadores gráficos na Corte. Temos uma situação exemplar pelo relato da greve do jornal *A Província*, transmitido pelo agente da folha na província de Pernambuco, Honorio Silva.

A greve da corporação começou pelo atraso do pagamento, que teria chegado a 15 dias. Diante a paralisação José Maria de Albuquerque de Melo, proprietário da *Província*, teria buscado tipógrafos na Paraíba. Mas a estratégia utilizada parece que não trouxe os efeitos

²⁰⁸ *RT*, 27/10/1888, p. 4.

²⁰⁹ *RT*, 7/11/88, p.5.

esperados, tendo dificuldade na composição do trabalho. Os antigos trabalhadores escrevem um artigo que seria publicado na *Revista*, trazendo trechos da *Província*, que mostra as dificuldades por que passava:

“Em tais condições tem-nos sido preciso, para não interromper a publicação desta folha, facilitar quanto possível e em tudo aos novos compositores o serviço tipográfico, preferindo os trabalhos de composição mais simples, e adiando o que de qualquer modo tenha mais difícil ou demorada execução. Os artigos mais longos, acompanhados de notas, contendo textos de língua estrangeira, dão a compositores novos repetidos motivos de equívocos e erros, que transtornam completamente o serviço”.²¹⁰

A folha comunica aos seus leitores a situação complicada em que estava inserida, procurando justificar o ocorrido pela necessidade de dispensar os antigos empregados. Mas ao transcrever essas notícias os grevistas mostram que foram eles que saíram por conta própria das oficinas. O argumento procura demonstrar como seu trabalho era fundamental para o funcionamento da publicação, sendo necessário a valorização de suas reivindicações. Também mostra como o José Maria, o proprietário, trata seus novos funcionários expondo-os a julgamentos públicos sobre seu trabalho, responsabilizando-os pela limitação da impressão, o que seria grave para trabalhadores que ainda viam seu labor como uma arte.

Além dessa perspectiva, a utilização da imprensa para externar suas demandas parece ser fundamental. O apoio era esperado para além de Pernambuco, buscando solidariedade entre seus iguais de diversas regiões e suas associações.

Analise o público, analisem os nossos colegas desta e das demais províncias, analise o Centro Tipográfico do Rio de Janeiro, de S. Paulo, analise a Associação Tipográfica Alagoana e Baiana o procedimento do Sr. José Maria.²¹¹

Outro aspecto em comum com a greve no *Diário de Notícias* é o argumento do proprietário ser um abolicionista e tratar com menosprezo seus funcionários. Haveria uma contradição entre a luta pela liberdade e o tratamento dispensado aos tipógrafos. Nesse momento surge mais uma vez as lutas abolicionistas como elemento norteador no discurso desses indivíduos

Todos sabem que fomos nós que tivemos que deixar o democrata, o abolicionista, que após a gloriosa data 13 de maio, quis inscrever a data mais negra, mais hedionda, tentando reduzir artistas tipográficos a uma verdadeira escravidão, do que resultou esse ódio de classe, o que há de esmagar, como a verdade pode esmagar a mentira, ou como o direito a opressão.²¹²

²¹⁰ *RT*, 6/10/88, p.2.

²¹¹ *Idem*.

²¹² *RT*, 7/11/88, p.3.

A corporação do seu conterrâneo *Diário de Pernambuco* mostra solidariedade aos colegas da *Província*, e segue com argumento similar ao comentar sobre a injustiça do procedimento do proprietário:

É de certo para lamentar que em um país tão recentemente libertado do jugo da escravidão, possa haver um filho tão desnaturado que, esquecendo-se de que foi um dos ecos mais autorizados a proclamar a santa palavra – LIBERDADE –, queira hoje fazer sujeitar a um trabalho forçado, pretendendo assim escravizar aos seus empregados, - homens sobrecarregados de família e quiçá pertencentes a uma classe estreitamente ligada a de S.S. – SEM PAGAR-LHES COM A DEVIDA PONTUALIDADE – o resultado de seu laborioso e honrado trabalho.²¹³

Os discursos apresentados, tendo como ponto a trajetória abolicionista e democrata do proprietário da folha, tem correspondência com o caso do *Diário*, na qual o Centro Tipográfico estaria envolvido de maneira mais direta. Um dos pontos mais criticados em relação ao ocorrido teria sido uma fala do Barão de Canindé, em que dizia que comprava tipógrafos pelo preço que lhe convinha. A ênfase dada nas páginas da *Revista* pode ser um indício de como seria impactante para os trabalhadores esse discurso, tendo semelhanças com o tratamento dispensados aos indivíduos escravizados.

O passado escravista do *Brazil* será lembrado. Indo mais além, os demissionários iriam questionar as próprios compromissos e palavras do político: “a delicadeza e as atenções para o Sr. Barão são coisas relativas”. Esse poderia dispensar gentilezas ao ministério no governo, ao mesmo tempo que na redação de seu periódico aplaude os artigos da oposição. Natural do Ceará, província que o elegeu para deputado federal, não queria desagradar seus conterrâneos, que haviam decretado o fim da escravidão em seus limites. “Atenções para com os abolicionistas e para com os negreiros são, por exemplo: tirar edição na Corte com artigos escravistas e a edição do Ceará sem eles”.²¹⁴

A folha dos tipógrafos em sua seção de Notícias discorre sobre o episódio em que o Barão de Canindé, aquele que fala aos tipógrafos com o “chapéu na cabeça”²¹⁵, teria procurado trabalhadores no *Diário Oficial*. Ou seja, procurou em uma instituição do Estado indivíduos para suprir a carência de mão de obra por qual passava. Informa o redator que havia 14 trabalhadores ainda no *Diário de Notícias*, mostrando informações desconexas, quando em seções anteriores dizia-se que o jornal estaria próximo do fim diante à recusa dos tipógrafos em trabalhar no estabelecimento.

²¹³ *RT*, 6/10/88, p.3.

²¹⁴ *Novidades*, 26/10/1888, p. 2.

²¹⁵ *Idem*.

Contrariando os desejos do político cearense, os trabalhadores das oficinas estatais recusaram a proposta, sendo louvado o procedimento. Lembrando que seria um absurdo trabalhar em um local em que o dono “diz comprar tipógrafos como outrora os negreiros vendiam os africanos em leilão e aos magotes”. Não satisfeito, o proprietário teria dito que procuraria o presidente do conselho de ministro para pedir auxílio, obrigando os funcionários a prestar seus serviços, “como se os nossos colegas de arte fizessem parte do expediente das secretarias dos ministros”, o que seria um grande insulto.²¹⁶

Dessa comparação ao trabalho escravo, podemos fazer algumas observações diante o debate historiográfico recente sobre a experiência compartilhada entre trabalhadores livres e escravizados, mas também, partindo das leituras das fontes, como esses tipógrafos se identificavam como trabalhadores diferenciados, o que seria uma ofensa tratá-los como sujeitos escravizados.

Existe uma recente historiografia que procura relacionar a experiência no local de trabalho de sujeitos livres, libertos e escravizados. Tendo como referência o conceito de classe na obra de Edward Thompson²¹⁷ procuram recuar temporalmente em um momento em que não existia propriamente a classe operária constituída, mas seria nesse contexto em que surgiriam indícios e sinais de uma consciência de classe, tendo papel central a escravidão. Esses trabalhadores, apesar das distinções, criariam uma identidade comum a partir de uma experiência concreta de exploração. Assim, a luta pela abolição seria uma reivindicação dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho, tendo um significado além da mera libertação dos indivíduos escravizados.²¹⁸

Porém, tendo em mente a realidade do século XIX, não seria simples e sem tensões essa identificação de trabalhadores livres e escravizados. Difícil mensurar até que ponto enxergavam como seus iguais os trabalhadores privados de sua liberdade, além do preconceito racial. Os tipógrafos são um caso mais complicado por se sentirem superiores as outras categorias de trabalhadores, como discípulos de uma arte que sem a qual não existiria civilização ou progresso. Assim, a comparação com a escravidão poderia ser um artifício político para mostrar a tamanha injustiça que estariam sofrendo, sendo artistas diferenciados. Isso não implicaria uma identificação automática com os recém libertos.

²¹⁶ RT, 27/10/1888.

²¹⁷ THOMPSON, Edward P. *A Formação da classe operária Inglesa I: A árvore da liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

²¹⁸ MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidos e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro, Bom Texto, 2008.

O caso que analisamos é simbólico das diferenças entre a identidade forjada pelos tipógrafos e a realidade, que os igualava aos demais trabalhadores. O Barão de Canindé, apesar do relacionamento de longo tempo com os trabalhadores, que vinha desde outro periódico que era sócio, preferiu, em um momento de crise financeira, ignorar a lealdade da corporação e agir de acordo com os interesses econômicos desvinculados de prerrogativas morais.²¹⁹

Essa questão não é sem importância, pelo contrário. Apesar de toda a sua distinção enquanto artista, o tipógrafo era visto como qualquer outro trabalhador diante a busca por lucro. A experiência do episódio, como outros, pode ser relevante para pensar em uma transformação, criação de uma identidade, ou tomada de consciência sobre sua posição social. Entretanto, vale sublinhar, que se havia elementos de coesão, também estaria presente elementos de tensões.

Temos um exemplo dessa solidariedade, a partir da visão de trabalhadores diante um conflito com um estranho à classe, no apoio do longo pasquim *Carbonário*. Principia por dizer que o *Diário de Notícias* estava em situação precária, sem anúncios e leitores, e apesar do mesmo lhe dirigir ofensas não quis respondê-lo de imediato para não atrair leitores à custa de uma polêmica com seu nome.²²⁰ Para esse longo pasquim a razão estava do lado dos seus pares:

Nesta ocasião, porque somos tipógrafos também e temos por norma a altivez do operário, em país democrático, não pode fraquear um momento, louvamos o Centro Tipográfico pela sua atitude enérgica.²²¹

Voltando às páginas da *RT* encontramos uma crítica a Arthur Azevedo²²², que no momento colaborava no *Diário*. Este dizia que a greve da corporação não tinha necessidade de tanto barulho. França e Silva responde que provavelmente o “ilustre escritor” não ficaria satisfeito se algum proprietário afirmasse que comprava “sua primorosa pena por baixa ou alta moeda”, assim teria “bastante altivez para enxergar nisto coisa de ofensivo e indigno de si”.²²³

Como salientamos acima, não existia uma coesão entre os próprios trabalhadores, sendo necessário o conselho para que mantivessem a calma, para não acirrar ainda mais os ânimos. Diante do episódio, poderia ocorrer a demissão de centristas em outras oficinas, motivada

²¹⁹ Thompson menciona o conflito de uma economia moral e uma economia de mercado, no contexto rural da Inglaterra do século XVIII. THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

²²⁰ Os pasquins sabiam como a polêmica desenvolvida na imprensa poderia ser a fortuna de um periódico. ARAUJO, Rodrigo Cardoso Soares de. *Pasquins: Submundo da imprensa na Corte Imperial (1880-1883)*. Rio de Janeiro, Editora Multifoco, 2012.

²²¹ *Carbonario*, 26/10/1888, p. 1.

²²² Arthur Azevedo assinava como Eloy, o Herói. No início de 1888 escrevia no *Novidades* e assim se referiu a criação da *Revista Typographica*: “Vi hoje o primeiro número de um jornalzinho muito simpático e modesto que tem por título *Revista Typographica*. É redigido por artistas tipográficos, é muito bem impresso nas oficinas Laemmert. Desejo-lhe toda a prosperidade”. *Novidades*, 14/03/1888.

²²³ *RT*, 07/11/88 p.3

inclusive por intrigas tendo em vista a promoção para um cargo superior, como o de paginador. Assim, seria de interesse do próprio Centro Tipográfico dar um fim à querela, mas alcançando uma solução digna, ainda mais porque estava envolvido no episódio seu presidente, Gaspar de Souza. O desenlace poderia fortalecer uma instituição recém criada ou enfraquecê-la em seu início já difícil.

Surge um fato novo, que seria uma tentativa mal sucedida de solução para a questão. Apesar de nebulosa, com informações desencontradas, devemos analisá-la por trazer elementos importantes para pensarmos o universo da imprensa.

Após o debate sobre a questão envolvendo o *Diario de Noticias* e seus antigos tipógrafos, compareceu à diretoria do Centro Tipográficos dois indivíduos – Monteiro dos Santos e Velloso. O primeiro seria representante do Barão, o outro tipógrafo pertencente ao Centro, gozando de estima entre seus pares. Monteiro teria saído do encontro com o proprietário do *Diario* e ido diretamente à secretária dos centristas para encerrar a questão, de maneira que fosse satisfatória para ambas as partes. Interessante notar as dificuldades que estaria passando o proprietário, tendo problemas com o novo pessoal, que seria formado por aprendizes e o interesse de indivíduos que buscavam diante a situação comprar sua folha por preço inferior, explorando as circunstâncias.

[...] o Sr. Monteiro dos Santos disse à diretoria que o Sr. Barão estava sendo prejudicado com a nossa atitude e que, além de incomodo moral o seu prejuízo pecuniário já orçava em mais de dois contos de réis, por ser o pessoal tipográfico composto de aprendizes, impossível para vencer as dificuldades do serviço. E acrescentou ainda, que indivíduos havia estarem especulando conosco para comprarem por qualquer insignificância a empresa do Sr. Canindé.²²⁴

Os termos apresentados pela direção do Centro foram poucos, mas que versavam sobre questões morais para os tipógrafos, lembrando que o início do episódio começou pela tentativa de reduzir os ordenados ou demitir alguns trabalhadores. Seguem as condições para o fim da questão, aceita por Monteiro Santos:

[...] 1ª retirar da secretaria de polícia uma denúncia ou coisa semelhante que deu contra quatro membros do Centro; 2ª declarar o mesmo titular nunca ter dito comprar tipógrafos pelo preço que entendesse, proposição essa que corria impressa, sem ter ainda contestado; 3ª e última condição, no caso de continuar o Sr. Barão a publicar o *Diario* sob sua responsabilidade, dispensar os serviços de Patricio e Santos, que estavam incorrendo na odiosidade de toda a classe.²²⁵

Pelo exposto deu-se um prazo de trégua de 24 horas, para que o jornal fosse vendido, esperando a apresentação dos termos acordados. Monteiro, após o acordo estipulado, voltou a

²²⁴ *RT*, 07/11/1888, p. 1-2.

²²⁵ *Idem*, p.2.

sala da direção do Centro pedindo mais tempo, dizendo que o proprietário do *Diario* estava muito satisfeito com o desfecho. Desconfiados os centristas representados por uma comissão foram ao encontro do Barão, tendo assim enorme surpresa, pois o mesmo havia dito que não tinha mandado nenhum representante ao encontro dos trabalhadores, ou seja, ninguém estava autorizado a negociar em seu nome. Monteiro dos Santos seria um amigo interessado, mas que não tinha poderes para tanto.

Os centristas expuseram o caso na imprensa, não através da *RT*, talvez pelo caso necessitar de urgência e a folha ter publicação semanal, além de ter uma circulação mais restrita. Monteiro dos Santos, não se calou e respondeu os trabalhadores, sendo sua resposta reproduzida pela folha dos tipógrafos, para mostrar a contradição da mesma, que supunha um envolvimento desinteressado e que, por fim, acreditou ter encerrado o assunto.

“É pouco verdadeiro o protesto de que trata o *Jornal* de 2 do corrente, assinado pelo Centro Tipográfico.

Sem título algum que me autorizasse a representar o Ex. Sr. barão de Canindé, não me podia servir senão do de amigo de S. Ex., e nesse caráter tive a honra de apresentarme na sala da rua General Camara n. 327, onde funciona o Centro Tipográfico e conferenciar com alguns cavalheiros diretores.

Da nossa conferência resultou que esses cavalheiros ficaram, ou me pareceram ficar, convencidos de que o Ex. Sr. barão não usará das expressões grosseiras, cuja autoria lhe queriam dar, afirmando então, sob palavra de honra, que o Ex. Sr. barão era incapaz de servir-se de expressões de tal jaez, pois que seria conhece-lo pouco julgado de modo diverso.

Ficava desse modo destruído tudo quanto a maldade inventara e muito principalmente a questão da compra de tipógrafos a 4\$, 5\$ e 10\$ cada um.

Como era sobre esse ponto capital que versavam as correspondências cotidianas contra o proprietário do *Diario de Noticias*, julguei findo o incidente, e só então dei parte do ocorrido ao Ex. Sr. barão de Canindé – MONTEIRO DOS SANTOS. Rio, 2 de Novembro de 1888.”²²⁶

A resposta de Monteiro dos Santos pode ser interpretada de duas maneiras. A primeira seria um autêntico desinteresse de indivíduo preocupado com as dificuldades por qual passava seu amigo, procurando socorrê-lo. Mas, por outro lado, causa estranheza a ingenuidade de que o encontro com a diretoria do Centro, e a explicação que pelo seu longo conhecimento do Barão seria impossível a ofensa atribuída ao mesmo, acabaria com o conflito. Como os trabalhadores que movimentaram “correspondências cotidianas contra o proprietário”, e tinham contato com o mesmo desde longa data, poderiam acabar com a questão desta maneira? Além de não representarem a si próprios, mas uma coletividade, através de associação recém constituída, como aceitar essa condição? Como nossa análise vem pontuando, essa questão com o *Diario* não era sem importância e poderia marcar os rumos da nova associação. A *Revista*, como as publicações na imprensa como um todo, teria grande importância por tentar convencer tanto os

²²⁶ *RT*, 07/11/1888.

tipógrafos, quanto a sociedade em geral, sobre a justiça de suas reivindicações. Tendo conseguido ganhar o debate na esfera pública, o Centro Tipográfico não perderia a confiança necessária para aumentar seu quadro de sócios e alcançar seus objetivos.

Diante essas reflexões podemos afirmar com certa confiança, que o ocorrido foi uma estratégia usada pelo proprietário do *Diário*, junto com Monteiro dos Santos, para ganhar tempo e vender seu jornal – o que aconteceria em breve. Sabemos como os conflitos eram intensos na imprensa do século XIX e como alcançaram um numeroso público, assim qualquer tempo de armistício poderia ser fundamental para os interesses financeiros da publicação. Uma vez mais fica patente como os tipógrafos se orientavam por lógica diferente de um empreendimento financeiro, que tinha como objetivo o lucro.

O Centro Tipográfico disse em um dos seus artigos que só pretendia infligir ao Sr. Barão um castigo moral e não material, porque isto não está na índole dos seus fundadores. A derrota moral de S. Ex. consiste justamente nesses artifícios de que usou para com operários de boa fé. O Sr. Monteiro desceu tão baixo que não encontramos um adjetivo que o qualifique devidamente.²²⁷

Apesar do argumento moral, houve a tentativa do boicote, pressionando seu proprietário a se retratar. Esse reforço seria uma tentativa de mostrar uma imagem do Centro como associação pacífica para os outros proprietários, dando a entender que a questão era contra uma pessoa específica, não contra a propriedade em si. Mas não podemos perder de vista os artigos na *Revista*, tanto de França e Silva como de diversos colaboradores, que versavam sobre a arte tipográfica e a nostalgia de um tempo distante. A arte exaltada não encontrava terreno no novo contexto, em que a imprensa se torna um objeto inserido na lógica de mercado. O episódio é exemplar.

Apesar de seguirem ainda os vaticínios de que o *Diário* iria encerrar suas atividades por falta de capital, em grande medida fruto da greve, não se concretizou. Seria nas páginas dessa folha que Rui Barbosa contribuiria para a propaganda republicana, ao lançar diversas críticas à monarquia, então em sua fase terminal.

As notícias sobre o caso foram diminuindo conforme a proximidade do final do ano de 1888, entretanto, no ano seguinte conseguimos observar ainda feridas abertas decorrente do episódio. Os conflitos criados entre os trabalhadores na questão tiveram prolongamento, tendo expressão na imprensa e nas ruas. Ainda em dezembro do ano da abolição noticiava a *Revista*, na seção *Miscellanea*:

O indivíduo Roberto de Menezes, atualmente empregado na oficina tipográfica do *Diário de Notícias*, anda ostentando valentia e a provocar insolentemente alguns tipógrafos do *Diário do Commercio*. As pessoas que têm acompanhado as questões

²²⁷ RT, 07/11/1888.

ultimamente suscitadas na classe tipográfica, hão de colocar-se ao nosso lado, denunciando Roberto à polícia, como agora o fazemos, para evitar um possível conflito entre muitas pessoas e do qual possa resultar consequências desagradáveis. Cidadãos pacíficos, amantes da legalidade e da ordem, denunciemos o fato à autoridade constituída para providenciar como lhe compete.²²⁸

Roberto de Menezes era um dos tipógrafos considerados traidores nas páginas de França e Silva. Devemos lembrar a denúncia feita anteriormente a Avelino dos Santos, de que estaria andando armado e seria uma ameaça, o que mostrava os possíveis desdobramentos das ofensas impressas. A menção a suposta ameaça de Menezes a empregados no *Diario de Commercio* não é à toa. Gaspar de Souza, presidente do Centro Tipográfico e antigo paginador do jornal do Barão de Canindé, era no momento o atual paginador do *Diario do Commercio*. Seria também nesse periódico, em 1890, que França e Silva escreveria uma série de artigos a defender a liderança operária dentro do Partido Operário, assim como reivindicava o surgimento da ideia de sua criação às páginas da *RT*.

As desavenças não cessaram com a passagem do ano, pelo contrário. Em fevereiro tudo indica que Roberto de Menezes não pertencia mais as oficinas do *Diario de Noticias*. Procurando emprego em outros estabelecimentos encontrou dificuldades pela oposição dos membros centristas, que o considerava traidor da classe. Seria um agravante a sua situação o fato de possuir outro emprego, não precisando por questões materiais se sujeitar a trabalhar em um jornal que estava sendo boicotado pelos seus pares.

Menezes conseguiria posteriormente entrar na lista de suplentes da *Tribuna Liberal*, depois de insistência com o paginador João Henrique de Lima Barreto, pai do futuro escritor de *Triste Fim de Policarpo Quaresmo*. Tomando parte do ocorrido, o Centro Tipográfico envia um ofício a Barreto, expondo os fatos e pedindo que excluísse da lista tanto Roberto de Menezes, quanto Pinto Monteiro, ambos considerados opositores a associação dos tipógrafos. O paginador, que era centralista e fazia parte de seu conselho, atende o pedido e comunica aos trabalhadores sua saída da lista, o que teria gerado palavras ofensivas ao Centro Tipográfico. A *Revista Typographica* exalta a atitude de tipógrafo exemplar, responsável pela tradução da obra *Manual do Aprendiz Compositor*, de Julio Claye.²²⁹

No mês seguinte, nos deparamos com uma notícia no *Gazeta de Notícias*, na seção Publicações a Pedidos, uma queixa de violência contra Roberto Gomes de Menezes, assinada

²²⁸ *RT*, 01/12/1888, p.4.

²²⁹ A tradução da obra foi exaltada pela *Revista Typographica*, como a primeira obra em português sobre o aperfeiçoamento do trabalho de composição. Como temos observado era dada grande importância ao aperfeiçoamento da arte, como estratégia para a melhoria de vida e condições de trabalho. Nos seus anúncios haveria menção a sua venda pelo preço de 2\$000 o exemplar, nas livrarias Laemmert, Nicoláo Alvez e no Centro Bibliographico. *RT*, 29/07/1888.

por Alfredo Gerard²³⁰. Entretanto, antes de relatar a agressão, a publicação transcreve notícia do jornal *Novidades* do ano anterior, em que menciona a denúncia do Barão de Canindé feita à polícia, acusando Gaspar de Souza, Justino de Souza, Antero Vahia e Rocha Cardoso de indivíduos perigosos, que poderiam atentar contra sua integridade e propriedade.

Além de relembrar notícia que remonta ao episódio anterior, transcreve outra matéria no intuito de pintar uma imagem negativa dos indivíduos do Centro Tipográfico, como homens desordeiros e perigosos. Seria uma estratégia para dar maior credibilidade à denúncia que estava por fazer. Assim, menciona um conflito envolvendo duas sociedades carnavalescas, sendo preso Antero Vahia de Oliveira:

Em um botequim que existe ao lado do estabelecimento de banhos, no boqueirão do Passeio, houve ontem às 6 horas da manhã, grande conflito entre diversos sócios de duas sociedades carnavalescas, do qual resultou ficarem feridos José Machado Junior e o italiano João Marcello, sendo preso somente Antero Vahia de Oliveira, ofensor de Marcello, contra o qual foi lavrado auto flagrante.²³¹

Interessante notar, além da tentativa de reforçar a denúncia através da transcrição da notícia envolvendo um centrista, os diversos espaços que esses tipógrafos poderiam estar envolvidos. Circulavam por diversas tipografias, participavam ativamente na construção da imprensa, faziam parte de uma associação de classe, além de estarem inseridos em sociedades carnavalescas. Apesar de não ser o objetivo desse trabalho dar ênfase aos espaços de sociabilidade, pensamos ser importante a menção, que nos permite vislumbrar os diversos espaços de convívio e conflito, ampliando a complexidade dessas relações sociais.

Após as duas notícias introdutórias, há o relato da agressão, por um grupo de indivíduos, que teria sofrido Roberto de Menezes, por volta de 2 horas da madrugada, quando se recolhia para casa, no largo do Rocio. O relato diz que Menezes era tipógrafo no *Diario de Noticias* - informação que desmente a *RT*, quando do episódio na *Tribuna Liberal*. Apesar das informações contraditórias é plausível que Menezes procurasse um segundo emprego, fato não incomum para à época. O motivo da agressão seria atribuído ao fato de Menezes justamente se recusar a aderir ao boicote promovido pelo Centro Tipográfico.

Rocha Cardoso, um dos tipógrafos denunciados à polícia pelo Barão de Canindé, foi acusado de ser o agressor de Menezes, o que reforça o propósito da transcrição da primeira

²³⁰ Não encontramos referência do nome em nenhuma das notícias, tanto na *Revista* quanto em outros periódicos, o que nos leva a supor que poderia ser um nome fictício, posto que em outros momentos foi utilizado o anonimato para fazer denúncias ao Centro Tipográfico.

²³¹ *Gazeta de Noticias*, 05/03/1889.

notícia.²³² Ao contrário desses indivíduos, Menezes seria um “homem ordeiro e trabalhador”.²³³ Após seu relato dos acontecimentos e da personalidade traçada dos indivíduos em lados opostos, começa um ataque direto a associação que abrigava Rocha Cardoso e Antero Vahia de Oliveira:

Ai tem o público o triste espetáculo que ultimamente tem dado uma corporação, digna de melhor procedimento, cujos membros pairam longas horas da noite, sacrificando até a saúde, trabalhando pela difusão das luzes, pela propaganda da liberdade e do pensamento do homem ilustrado!

A que triste estado chegamos! Ontem foi a agressão de Patrício, hoje é a de Roberto, e amanhã será a nossa, unicamente porque não concordamos com certas ideias retrogradadas e que unicamente trarão amanhã a extorsão dos nossos direitos. O que dirá o Sr. Gaspar de Souza, o verdadeiro *Boulangier* da classe tipográfica? Antero Vahia e Rocha Cardoso são enchedores de linhas do *Diario do Commercio*, e membros ativíssimos do desventurado Centro...

A classe que se desengane e que se previna para a reação; sabemos perfeitamente que estes e outros desmandos são resolvidos no centro do próprio *Centro* [...]

A publicação da notícia se fazia em um jornal de grande circulação, mostrando a dimensão dos conflitos, mas também como não diferia muito a imagem que procuravam dar publicidade, do tipógrafo como trabalhador fundamental na difusão dos saberes, homem essencial no caminho para o progresso e civilização. Apesar da semelhança nesse aspecto da identidade, os conflitos são intensos e constantes. O objetivo final do articulista era um ataque ao Centro Tipográfico, utilizando a imprensa como arma – fato que mostra uma vez mais a relevância da *RT*. Os centristas tinham uma folha que era um espaço de divulgação de suas iniciativas, mas também espaço de defesa de ataques, como a conclusão dessa publicação:

Isto é simplesmente o grito de alarme entre a classe; os centristas querem a guerra fratricida, pois vem, a terão, mas há de ser a guerra de extermínio, peito a peito, porém nunca a guerra das traições covarde, só próprias dos chefes de malta.²³⁴

O Centro Tipográfico responderia através de um comunicado publicado na mesma edição da *Gazeta de Noticias*. Parece que não quis estender o debate na imprensa, atraindo a atenção maior do público geral e desacreditando a associação recém fundada

A diretoria declara que não pode responsabilizar-se pelas questões pessoais, que por acaso se deem entre os seus sócios e inimigos particulares, pois que tais questões pertencem ao domínio da justiça pública, e nada tem em comum com uma instituição criada para fins muito diversos daqueles que aleivosamente se pretende fazer crer.

Portanto, surpreendida com as notícias publicadas pelo *Paiz*, *Gazeta de Noticias* e *Diario de Noticias*, a diretoria declara mais uma vez que nunca autorizou e reprova que entre seus sócios ou não do Centro Tipográfico, se deem fatos que concorram,

²³² Vale notar que a transcrição da notícia do *Novidades* foi uma publicação do próprio Centro Tipográfico, na pessoa do primeiro secretário Elpídio de Castro. O mesmo critica fortemente o procedimento adotado pelo proprietário do *Diario de Noticias*, que teria tratado os tipógrafos como chefes de malta.

²³³ *Gazeta de Noticias*, 05/03/1889.

²³⁴ *Gazeta de Noticias*, 05/03/1889.

não só para desprestígio dessa instituição, como para descredito da classe a que pertencem.²³⁵

Apesar do comunicado procurar dar fim à disputa, colocando-a como questão pessoal a ser revolvada pela justiça, França e Silva usaria sua folha para atacar os adversários, o que tudo indica por uma publicação anônima no *Diario de Noticias*. Este artigo tinha elevado o tom e realizado ameaças diretas ao redator principal da *RT*.

Artigo assinado apenas com a rubrica de “Um typographo” saiu na seção A pedidos. O conteúdo é rico e nos traz elementos importantes para pensar no universo dos tipógrafos e da imprensa, merecendo uma análise mais detalhada. Começa relatando como a folha que seria destinada no início para o melhoramento da classe, se tornou um órgão semioficial do Centro Tipográfico, visto como uma sociedade secreta, querendo atacar a redação do *Diario de Noticias*.

Não à toa começa por chamar de *Revista Corsário* a *RT*, clara alusão ao pasquim de Apulco de Castro, famoso por sua linguagem ácida que teve vida no início dos anos de 1880. O pasquineiro, inclusive, foi assassinado por militares que foram alvos de suas palavras no periódico.²³⁶ Devemos lembrar que no episódio da greve a publicação dos tipógrafos trata aqueles que não aderiram ao boicote como “a decrepitude, a escória, o lixo, o lodo, a crápula social”²³⁷. De forma que a acusação de ser a folha um pasquim como o *Corsário*, tem relação com essa linguagem mais exaltada, além de ser uma crítica a uma imprensa marginal, digna de pouco crédito perante a opinião pública.

Como alertou Rodrigo Araujo, apesar das críticas vários jornais publicavam em suas colunas pagas conteúdos que não diferiam da linguagem empregada pelos pasquins. O caso em que por ora nos debruçamos é um exemplo. Por trás da proteção que o anonimato lhe garantia, o autor não poupa escrúpulo na hora de mencionar França e Silva, utilizando palavras dignas da tradição pasquineira.

Informam-nos que é redator principal (!) dessa nojenta Revista o bravo alferes (!) França, mais conhecido por *Camboatá*, rijo, forte e *catinguento*, sujeito que acaba de ser expulso (por falta de confiança!) da corporação tipográfica do *Paiz*, onde exercia cargo de irmão terrível do Centro Tipográfico Treze de Maio.

Pode o ex-testa de ferro do *Bananal*, de S. Paulo, pondo em prática os ignóbeis meios de que se costuma servir e apelando para sua habitual audácia (que lhe tem valido boas coças), procurar indispor a redação do *Diario de Noticias* com a corporação tipográfica da mesma folha; não o conseguirá.²³⁸

²³⁵ *Idem*.

²³⁶ ARAUJO, Rodrigo Cardoso Soares de. *Pasquins: Submundo da imprensa na Corte Imperial (1880-1883)*. Rio de Janeiro, Editora Multifoco, 2012.

²³⁷ *RT*, 17/11/1889.

²³⁸ *Diario de Noticias*, 29/03/1889

O trecho acima menciona dados importantes, como a patente de alferes de França e Silva. Sabemos que o mesmo participou da Guerra do Paraguai, tendo sido ferido na batalha do Tuiuti.²³⁹ Por esse motivo encontramos diversas vezes correspondências publicadas na *Revista* que tratam seu redator como alferes. Seus companheiros, portanto, mencionaram esse passado de França e Silva, mostrando a importância e prestígio que deveria possuir. Seu opositor coloca justamente em dúvida essa titulação, confirmando a nossa suposição.

Outro ponto que contribui para esclarecer a trajetória de França e Silva seria a menção a sua residência em São Paulo. A acusação de testa de ferro é grave, porque tinha relação com indivíduos que assumiam a autoria de determinados artigos na imprensa, no caso de processos judiciais, em troca de dinheiro. Uma clara tentativa de desmoralização.

As ofensas dirigidas a França e Silva deixam em evidência que as críticas que saíam nas páginas da *RT* possuíam efeitos. Uma das dificuldades de trabalhar com a imprensa no período é saber a tiragem dos periódicos. Mesmo os principais diários quando exibiam orgulhosos suas altas tiragens poderia ser um artifício para atrair anunciantes, o que demonstra a dificuldade de mensurar sua recepção perante o público leitor. Dessa maneira, a revolta do articulista em procurar contradizer as acusações da *Revista* e mostrar que não conseguiria colocar a corporação do *Diario de Noticias* contra a redação, pode ser um indício de que a mesma tinha uma boa penetração entre os seus iguais.

Em relação a saída de França e Silva da corporação do *Paiz*, mostra os efeitos desse conflito na imprensa e nas ruas. O mesmo disse que sofreu com intrigas, sendo este o motivo de seu desligamento. As palavras veiculadas na imprensa trouxeram consequências nas vidas desses trabalhadores, como agressões ou demissões. Quando a *RT* diversas vezes falava no seu objetivo de unir sua classe, parece que não seria uma tarefa simples, o que redimensiona o acontecimento dos festejos pela abolição, quando esses atritos e divergências teriam trégua.²⁴⁰

As desavenças eram latentes, o articulista do artigo em questão procura mostrar como a folha e o Centro Tipográfico queriam controlar a classe, perseguindo alguns que procuravam manter sua independência. As críticas ao regulamento interno da associação foram inúmeras, denunciando um controle que queriam impor sobre o grupo. Para esses tipógrafos, que continuaram ou foram trabalhar posteriormente no *Diario*, parecia um cerceamento de sua liberdade. Para além, procuravam difundir a ideia de que o Centro perseguiria aqueles tipógrafos que não fizessem parte de seu quadro social. A *RT* em suas páginas procurou se opor,

²³⁹ *Diario do Rio de Janeiro*, 18/07/1866.

²⁴⁰ O que reforça nosso argumento da utilização da abolição e seu simbolismo como mecanismo mobilizado para forjar uma identidade entre os trabalhadores.

dizendo que existiam indivíduos que não compreendiam os objetivos da associação, mas faziam questão de injuriar-la perante a opinião dos seus pares.

As páginas da *RT* nos proporciona vislumbrar qual a fonte em que buscavam suas ideias. Se para o tipógrafo anônimo era uma perseguição à liberdade dos trabalhadores que não aderiram ao boicote, para França e Silva e seus companheiros era algo justo, tendo como exemplo o Velho Mundo. Assim, noticiavam uma greve ocorrida em Nancy, na França, em que dez tipógrafos traidores estariam a meses sem encontrar emprego por causa de seu procedimento

Desde o mês de setembro acham-se desempregados, em Nancy (França) dez tipógrafos, que foram desleais e traidores aos seus colegas, desunindo-se da corporação do *Dépêche*, à qual pertenciam, por ocasião de uma greve.

[...]

E o mais singular é o terem os ex-companheiros [...] obtido a fotografia de cada um dos dez e remetido a todos os estabelecimentos tipográficos para serem corridos, quando lhes batam às portas pedindo trabalho.²⁴¹

Portanto, podemos ter uma ideia mais nítida sobre os lados opostos. Um último ponto sobre o artigo anônimo que devemos nos deter é o ataque pessoal como alternativa para o descrédito, tanto do periódico, quanto da associação. A *Revista* não mereceria confiança pelo redator que possuía, não seria digna de fazer parte da opinião pública: “Fala o presumido alferes em manto augusto da imprensa e em opinião pública. Julgará o pedante estar envolto no primeiro e representar a segunda? Que desfrutável!”²⁴²

Apesar da descrença do opositor de França e Silva, ao longo do episódio que analisamos pudemos observar como houve uma acalorada repercussão na imprensa sua atuação. A *Revista Typographica* queria justamente participar do debate público proporcionado pela ampliação da esfera pública no momento, para isso utilizou a imprensa e outros meios, como o Centro Tipográfico Treze de Maio. Pelas discussões na imprensa, as correspondências de outras províncias, conflitos nas ruas, podemos supor que os tipógrafos encontraram um espaço diversificado de atuação política.

²⁴¹ *RT*, 15/12/1888.

²⁴² *Diario de Noticias*, 29/03/1889.

3 NOVOS TEMPOS E MUITAS INCERTEZAS

3.1 Que República?

Existem vários termos para o início da nossa experiência republicana. Como todo ato de nomear pressupõe uma generalização, alguns aspectos acabam passando despercebidos, sendo agravado com o passar do tempo. Assim, podemos problematizar a República inaugurada em 1889.

O movimento de 15 de novembro não foi irresistível, mas fruto de escolhas de indivíduos situados historicamente. Sabemos como republicanos históricos estavam alheios às conspirações envolvendo os militares, caso emblemático do agitador Silva Jardim. Entretanto, essa desorganização, ou a banalização do ato no dizer de Lessa²⁴³, não significou que o novo regime não encontrava adeptos ou, no mínimo, simpatizantes.

Para alguns setores a República faria parte de um processo natural no continente americano. Os propagandistas tiveram atuação na formação de consenso em torno de algumas ideias, e para isso a imprensa e suas conferências públicas teriam papel fundamental. José Murilo de Carvalho ilustra bem como o federalismo e democracia foram atreladas ao novo regime. A tentativa tardia de Joaquim Nabuco de uma monarquia descentralizada, não surtiu o efeito esperado, sendo, pelo contrário, um sintoma da publicidade republicana.²⁴⁴

Se na consolidação do Império a centralização se impôs, principalmente pela memória das regências, como necessidade para a manutenção da unidade, no fim do século XIX os sinais se invertem, e a federação torna-se fundamental contra a desintegração.

Entretanto, dizer que república, democracia e federalismo faziam parte do vocabulário político da época, não pressupõe que havia uma interpretação monolítica desses termos. As variações poderiam surgir de acordo com a região e grupo social, estando longe a formação de consensos. Assim, a tênue união estabelecida pela causa republicana, após sua instauração seria marcada por anos entrópicos.²⁴⁵

Tempos confusos de um regime recém inaugurado, em que pairava no ar incertezas e esperanças, posto que o novo arcabouço político não poderia ser erguido pela exclusão. A

²⁴³ LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988, p. 23-48.

²⁴⁴ CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo: Brasil (1870-1891). In: CARVALHO, José Murilo de; PEREIRA, Miriam Halpern; RIBEIRO, Gladys Sabina & VAZ, Maria João (orgs.). *Linguagens e fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

²⁴⁵ LESSA, Renato. *A invenção republicana, Op. Cit.*

República pressupunha maior participação, constituída por cidadãos detentores de direitos e deveres, ao contrário de uma sociedade de privilégios. Nessa névoa os tipógrafos também iam tateando a realidade e procuravam, mais uma vez, iluminá-la de sentido.

A *RT* presenciaria um debate entre seu redator principal, França e Silva, e Elpidio de Castro, primeiro secretário do Centro Tipográfico. Esse debate ilustra como esses trabalhadores enxergavam as rápidas mudanças políticas que estavam inseridos, posição que seu grupo deveria tomar, além da estratégia assumida por uma folha representante de uma classe.

A querela surge após sair o último número de novembro, em que consta um artigo intitulado “A nova forma de governo”²⁴⁶, redigido por França e Silva. A questão era se os tipógrafos, ou trabalhadores em geral, deveriam apoiar a República instaurada. O redator afirmava que a “*Revista*, cujo único ideal é a prosperidade da classe a cuja sombra abriga, não reconhece partidos nem formas de governo”²⁴⁷, sendo Castro de opinião radicalmente oposta, alertando para o dever da folha de classe em orientá-la.

Interessante no discurso do secretário do Centro Tipográfico é sua visão de república. Esse modelo seria o “ideal de todas as classes operárias”, seja na América ou na Europa. Os valores de liberdade, igualdade e fraternidade norteavam sua perspectiva, sendo garantidos por constituições que estabeleceriam direitos e deveres. A monarquia, ao contrário, seria um sistema “carunchoso e petrificado”. Assim, o novo regime estaria ligado a ideia de progresso e sistema democrático.

O operário, e sua representante na imprensa, deveria se entusiasmar com as mudanças. Seria legítimo e natural a posição do grupo na questão, pois é “quem domina, intervindo na política do estado, já pelo direito de petição, já pela representação de seus confrades nas câmaras baixas e altas e nas administrações, já mesmo pela revolução quando os seus direitos são postergados”.²⁴⁸

A última afirmação é relevante. Em diversas ocasiões a *RT* menciona a eleição de deputados tipógrafos para as câmaras representativas na Europa, a realização de greves quando seus direitos são considerados lesados, mas não encontramos menção a palavra revolução. O sentido empregado corresponde a visão de soberania popular, em que residiria a legitimidade

²⁴⁶ Infelizmente, não tivemos acesso a esse número. As indicações são através das transcrições que fundamentaram tanto o questionamento de Castro, quanto a resposta de França e Silva.

²⁴⁷ *RT*, 16/12/1889, p. 4.

²⁴⁸ *Idem*.

do poder. Uma abordagem liberal, em que caso rompido o contrato estabelecido entre governantes e governados, os últimos teriam não só o direito, mas o dever de se rebelar²⁴⁹.

A república seria a resposta a um poder que não correspondia aos anseios de seu povo, sendo modelo de maior participação política. Sendo essa a concepção de Castro, seria compreensível o entusiasmo dos tipógrafos e trabalhadores em geral com a nova forma de governo.

França e Silva procura justificar seu argumento pelas divisões que poderiam ser criadas entre os próprios tipógrafos, caso a *RT* tomasse uma posição. Em um momento que desejava união, não seria aconselhável levantar bandeira política que pudesse provocar efeito contrário.

A Revista Typographica, querendo reunir em um só grupo todos os elementos esparsos de sua coletividade, não pode dizer com a mesma facilidade como um homem que pensa por si só – viva a república – a menos que ela não queira ser órgão de uma parcialidade política. O que diriam os tipógrafos republicanos se nos tempos do império a *Revista* dissesse, por qual circunstância: viva a monarquia?²⁵⁰

Para ilustrar a neutralidade e coerência da linha editorial assumida pela folha, o redator principal relembra episódio envolvendo o conflito entre manifestantes republicanos e a Guarda Negra, em conferência realizada por Silva Jardim. A *RT* condenou enfaticamente a violência praticada pelos monarquistas e a atuação da polícia, suspeita de colaborar com a agressão.

A conferência republicana, inopinadamente interrompida e perturbada pelos idólatras do ministério João Alfredo veio denunciar aos mais crentes e fervorosos adeptos da monarquia constitucional representativa o enfraquecimento e a decadência das instituições juradas. A polícia assistia indiferente o espancamento do povo inerme, precedendo até os perturbadores da ordem pública como que patrocinando os grupos sediciosos que atentavam contra a legalidade e contra a manifestação do pensamento, garantido pela constituição a todo cidadão brasileiro no gozo de seus direitos civis e políticos.²⁵¹

O ministério à época subiu ao poder para garantir a liberdade, “usurpada pelo seu antecessor, que proibiu o direito de reunião e mandou espaldeirar o povo, que proclamava a liberdade do homem”.²⁵² Ou seja, não tinha coerência o gabinete que teve como responsabilidade decretar a Abolição, tendo por contraste o ministério de Cotegipe, ser cúmplice das atividades da Guarda Negra.

Vale um parêntese sobre essa instituição e o apoio popular à monarquia, para ilustrarmos melhor a importância do debate entre os tipógrafos. Clícea Miranda em seu estudo sobre Guarda

²⁴⁹ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

²⁵⁰ Idem.

²⁵¹ *RT*, 5/01/1889, p. 5.

²⁵² *RT*, 16/12/1889, p. 4.

Negra mostra como essa associação tinha objetivos para além da defesa do Terceiro Reinado. Essa escolha seria reflexo de uma estratégia política de indivíduos libertos e negros, em um momento que a liberdade não estava dada, além de demandas por inclusão social. Sua atuação, entretanto, pela defesa do trono obscureceu por bastante tempo seus projetos políticos.²⁵³

Vistos como capoeiras, idólatras do governo, sem nenhuma agência sobre suas atitudes, fica negligenciado outros pontos de seu programa. Para além da Corte, a associação tinha raízes em outras províncias, como na Bahia. Será nessa localidade, inclusive, que o republicano histórico Silva Jardim enfrentaria novamente manifestação contrária e violenta.

Wlamyra Albuquerque, ao se debruçar sobre as questões raciais pós-abolição como mecanismo de perpetuação de desigualdades, descortina os conflitos envolvendo republicanos e monarquistas. Para ilustrar essa realidade menciona as interpretações dos republicanos sobre os apoiadores do regime imperial

A partir do modelo jornalístico carioca, depreciar negros que defendessem o governo de D. Pedro II era tarefa simples. Insuflando o medo das consequências da “adoração” às majestades imperiais, os republicanos imprimiam uma condição de barbárie aos súditos reais e à própria monarquia. Rui Barbosa, como veremos adiante, utilizou-se repetidamente desse artifício. Por isso, republicanos contemporâneos seus escandalizavam-se com a existência da Guarda Negra baiana, uma “ralé movida por uma ira tigrina”.²⁵⁴

Os indivíduos que atribuíam adjetivos pejorativos à organização dos populares, estavam na campanha abolicionista juntos. Estudantes da Faculdade de Medicina da Bahia e populares negros compartilharam espaço públicos na defesa da liberdade, mas agora dividiam-se em bandeira políticas diferentes. Nessa tensão os estudantes tinham a visão de representarem o progresso e ciência, enquanto os outros seriam movidos por instintos irracionais.

Não é incomum na historiografia a menção do apoio popular à monarquia. Para embasar esse argumento foi usado exaustivamente a impressão de Aristides Lobo, de que o povo observou a Proclamação da República bestializado. Parece consenso a ausência de participação popular no ato inaugural, mas a constatação não pode ser uma extensão para pensarmos em um alheamento completo da população nos principais acontecimentos políticos do período²⁵⁵.

Os tipógrafos são um grupo importante para refletirmos sobre a questão. Até que ponto poderiam ser considerados populares? Murilo de Carvalho faz a distinção entre operários e

²⁵³ MIRANDA, Clícea Maria Augusto de. Memórias e histórias da Guarda Negra: verso e reverso de uma combativa organização de libertos. In: MACHADO, Maria Helena & CASTILHO, Celso Thomas (orgs.). *Tornando-se livre.: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

²⁵⁴ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, 2009, p. 148.

²⁵⁵ SANTOS, Cláudia. *Por uma história republicana da abolição*. Rio de Janeiro: s/e, 2020, cap. 1, p. X.

populares, sendo os últimos aqueles indivíduos sem ocupação fixa, vivendo no limite entre legalidade e ilegalidade.²⁵⁶ Seriam esses os apoiadores do regime imperial. Não há dúvida que existem elementos que distanciam esses dois grupos, como a própria profissão e no caso dos tipógrafos sua identidade de classe ilustrada. Entretanto, as condições de vida desses trabalhadores, o local distante que habitavam, além da cor da pele, não poderiam ser elementos que os aproximassem dos ditos populares?

Diante esses apontamentos e questionamentos, a posição da *RT* e seu redator parecem se justificar. Um grupo marcado por conflitos internos teria encontrado união na época da Abolição, sendo representativa dessa realidade sua participação nos festejos que se seguiram. Em um momento confuso poderia não ser interessante a tomada de partido no assunto, sendo, inclusive, uma prova da existência de operários monarquistas.

Para França e Silva, “os partidos ou formas de governos não influem no bem estar das classes, mas sim a educação política”.²⁵⁷ Para exemplificar sua ideia faz a comparação entre a França e Inglaterra. Para o autor, na república francesa a polícia, em algumas ocasiões, dissolve manifestações contrárias ao governo, sendo medida de restrição da liberdade. Os ingleses, apesar da monarquia, conseguiam ter ampla participação, não por uma concessão do governo, mas por iniciativa própria.

Não há muito tempo, o marquês de Lorne, genro da rainha Vitória, fazendo uma conferência política, expôs o seu programa perante os eleitores e como não agradasse, o marquês teve de abandonar a tribuna perseguido por um chuva de pedras e dificilmente pode tomar um trem para Londres. Não precisamos dizer que a Inglaterra é regida pelo sistema monárquico.²⁵⁸

Dessa maneira, um regime político não seria produzido por sua nomenclatura ou ideias gerais, mas pelos “homens que se colocarem à sua frente”. Apesar da ressalva, a nova forma de governo seria “mais geralmente aceita pelo povo”, e o próprio França e Silva deixa evidente sua interpretação e preferência.

Em sua visão, os brasileiros não aceitavam o Terceiro Reinado, “por ter este sua origem em uma senhora por demais beata e em um príncipe tido e havido como um verdadeiro aventureiro”. Os brasileiros a que alude poderiam ser aqueles que escreviam nos jornais que lia, sendo esse ponto compartilhado largamente no período e para além dele. Mas a originalidade da sua opinião estaria na forma da instalação da República e o papel do antigo imperador.

²⁵⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

²⁵⁷ *RT*, 16/12/1889, p. 4.

²⁵⁸ *Idem*, p. 5.

Se a princesa que assina a Lei Áurea não dispunha de grande simpatia, seu pai, pelo contrário, “o povo brasileiro, mesmo os mais ardentes republicanos, não queriam destronizar um bom e inofensivo velho que, se durante seu longo reinado cometeu involuntariamente alguns erros, era contudo homem dotado de uma boa alma e de um generoso coração”.²⁵⁹

A solução seria a deposição do ministério impopular de Ouro Preto e o convite a D. Pedro para assumir a presidência da República. O antigo monarca não tinha responsabilidade pelo poder, assim quando de algum erro era devido a péssimos conselheiros que o rondavam. A atitude faria com que não existisse descontentes, tendo lugar para todos na mesma canoa²⁶⁰.

Essa solução foi fruto de uma preocupação com a imagem passada para outras nações, principalmente pelo fato de menos de um ano antes a população ter comemorado o regresso do monarca. A resolução tomada fazia contraste com episódios recentes, o que poderia prejudicar o Brasil perante os povos civilizados

Da maneira porque o fato se deu e depois de, acerca de um ano quase, receberem os brasileiros o seu monarca, de regresso da Europa, com flores e ardente entusiasmo, o verem partir caminho do exílio, as desonras, cercado de tropa como um grande criminoso – que júizo farão de nós os povos civilizados?²⁶¹

Essa resposta aos acontecimentos foi aventada, apesar das motivações distintas, pelos positivistas. Estes acreditavam que D. Pedro poderia ser o primeiro chefe do novo sistema político, o que facilitaria a transição do período metafísico para o científico.²⁶²

Apesar da exposição do melhor procedimento, não havia mais o que fazer perante os fatos consumados. A problemática maior estava em como os operários deveriam se colocar perante o novo regime. A aparente neutralidade pública estava ligada a suspeita de qual república o governo provisório tinha em mente. Devemos notar que nesses dias nem sequer a constituição havia sido promulgada. Mas indícios geravam apreensões.

Ora, não precisa ser-se grande sabichão em política, nem ser doutor em direito público pátrio para ver-se no decreto n. 7 obra do mais ferrenho e puritano conservador. Confrontemos o ato adicional, a mais nobre conquista dos democratas de 1834 e convencer-nos-emos de que o espírito de descentralização das províncias e de autonomia dos municípios é uma quimera.²⁶³

Temos exemplificada aqui a ligação entre federalismo e democracia. O decreto restringia a autônima dos Estados, por isso obra do “mais ferrenho e puritano conservador”. A

²⁵⁹ RT, 16/12/1889, p. 6.

²⁶⁰ Idem.

²⁶¹ Idem.

²⁶² CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

²⁶³ RT, 16/12/1889, p. 7.

referência a 1834 tinha razão de ser, pois com a medida foram dissolvidas e extintas as assembleias provinciais.

Além disso, havia as atribuições dos novos governadores, porém o que impactou o redator, sem dúvida, foi o último artigo que reservava ao governo o “direito de restringir, ampliar e suprimir quaisquer das atribuições que pelo presente decreto são conferidas aos governadores provisórios dos Estados, podendo outrossim substituí-los conforme melhor convenha [...]”.²⁶⁴

Dessa forma seria cedo para apoiar o ministério, “ninguém sabe a constituição que ele nos vai dar”.²⁶⁵ Na concepção de França e Silva o debate não deveria estar relacionado ao apoio ou não de um governo e sua forma, mas na organização dos trabalhadores. A República estava por ser feita e a formação de um partido operário tornava-se o mecanismo de representação de seus interesses na vida pública do país. Não bastava olhar e apoiar, mas ser ouvido. E os trabalhadores tinham muito a dizer.

A conclusão a tirar daqui é que os operários não devem fortalecer com o seu apoio os partidos políticos que disputam a posse do poder, mas sim formarem um partido puramente seu, que enfrente com o que estiver governando, sem o que ficaram sendo os operários a mesma coisa que nos tempos do império.²⁶⁶

No antigo regime o direito ao voto, por exemplo, ficou circunscrito a pequeno número de indivíduos. As mudanças eleitorais que pretendiam trazer mais fidelidade entre a vontade dos eleitores e sua representação, significou uma restrição ainda maior da participação. Esperar mudanças do novo governo poderia ser uma ilusão, os próprios trabalhadores deveriam, organizados, exigir seu espaço na cena política.

3.2 Partido Operário

A tarefa de escrever sobre partido operário mostrou-se complicada por alguns fatores. A princípio a formação efêmera dessas instituições não chamou muito atenção da historiografia do trabalho, principalmente dentro do momento de renovação da mesma. Partido operário seria um aspecto tradicional, ultrapassado.²⁶⁷

²⁶⁴ Coleção de Leis do Brasil - 1889, Página 6. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7-20-novembro-1889-517662_publicacaooriginal-1-pe.html

²⁶⁵ RT, 16/12/1889, p. 7.

²⁶⁶ Idem, p. 5.

²⁶⁷ BORIS, Fausto. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: DIFEL, 1983, p.41-47 e MARAN, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 103-118.

Outro ponto se liga a uma visão teleológica, a da ingenuidade dos indivíduos perante um regime oligárquico que restringiria sua participação via o mecanismo clássico do direito político, o voto. Assim, a menção a sua existência preenche o início de alguns trabalhos sobre movimento operário, mas não aprofunda suas investigações²⁶⁸.

Nossa proposta nesse curto recorte e espaço não é responder todas essas inquietações, ou mesmo escrever sobre esses partidos em seu funcionamento, quadros e programa. Mas compreender a percepção dos indivíduos em uma conjunta específica, como essa iniciativa estava relacionada com projetos anteriores, ou seja, a continuidade de experiências que desembocam no partido.

Vale notar que a experiência partidária brasileira como um todo não é exemplo de estabilidade. A Primeira República não conseguiu gestar um partido nacional, quando muito regionais, não isentos de ferrenhas disputas internas.²⁶⁹ Ora, o cenário ideal para o desenvolvimento do sistema partidário é a democracia e seu pluralismo. O processo de construção de valores e princípios democráticos pressupõe tempo, um luxo na História brasileira. Dessa maneira, até os dias atuais a imagem dos partidos está desgastada, entretanto, não conseguimos pensar em um modelo político que abra mão dessas instituições. Por diversos momentos a falta de confiança e representação dos partidos cria como resposta a formação de novos partidos, que não soluciona a questão, pelo contrário.

Dentro dessas preocupações, o trabalho de Giovanni Sartori ganha ainda mais relevância. O autor procura traçar a trajetória do termo partido. Ao realizar tal intento, podemos observar como seu surgimento no cenário político não logrou grande simpatia. Na própria Revolução Francesa todos os grupos políticos abominavam os partidos, sendo sinônimo de interesses pessoais contra os anseios da nação.

Essa visão de partido como parte gerou a aproximação com o termo facção, de existência mais antiga. Mas há uma diferença básica entre os dois. Os partidos “ultrapassam as facções porque se baseiam não apenas em interesses, e não apenas em afetos, mas também, e principalmente, em princípios comuns”.²⁷⁰ A propagação das ideias liberais foi fundamental para o enraizamento dos partidos, tendo por concepção uma sociedade pluralista. Ou seja, a

²⁶⁸ C.f.: BATALHA, C. O. *Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: J. 2001.

²⁶⁹ Sobre a mudança da concepção de estabilidade do período oligárquico ver: VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: C/Arte, 2001, p. 27-72.

²⁷⁰ SARTORI, Giovanni. O partido como parte. In: SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Brasília: UnB; Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 29.

aceitação de que diversos indivíduos unidos coletivamente têm visões distintas dos meios para se chegar ao bem comum.

Mas a distinção entre partido e facção não o separam permanentemente. Nada impede que um partido se transforme em uma facção, apesar desse processo não ser inevitável. A estrutura do sistema político deve fomentar ações no sentido de inibir práticas que podem propiciar essas transformações.

Essa longa reflexão que nos distancia temporalmente do nosso objeto tem o propósito de ilustrar a importância de pensarmos nessas instituições. Esse motivo não foi desprezível na nossa escolha de abordar o tema, que encontrou paralelo com as próprias preocupações e iniciativas dos tipógrafos no final do século XIX.

Sabemos que nos oitocentos a participação política era restrita. A carta constitucional outorgada em 1824 dividia os cidadãos em ativos e inativos. A distinção daqueles que poderiam participar da vida política e dos excluídos era a renda, sem esquecer do enorme contingente de escravizados²⁷¹.

A questão eleitoral foi objeto de críticas constantes dos opositores do momento, e seria sua reforma uma das bandeiras do partido liberal. As críticas estavam centradas nas interferências do governo para formar a maioria no legislativo, dando pouca margem para a oposição. Dessa forma em poucas ocasiões o gabinete possuía uma câmara hostil, apesar de alguns temas, como as leis abolicionistas, gerarem forte dissidência nos partidos.

Por essa configuração o Poder Moderador seria a chave mestra dessa engenharia política. Com poucas chances da oposição superar a situação na Câmara e provocar a queda do gabinete, seria pelo arbítrio do monarca que existia o canal de solução institucional para as tensões partidárias. Para exemplificar utilizamos o “discurso de sorites” de Nabuco de Araújo: “O Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição, porque há de fazê-la; esta eleição faz maioria. Eis aí está o sistema representativo do nosso país”.²⁷²

A preocupação de alguns conselheiros na época estava direcionada com a baixa representação da oposição. Essa questão poderia estimular atitudes fora dos mecanismos oficiais. Não estava tão distante o movimento praieiro, por exemplo. Outro aspecto seria o próprio desgaste do Imperador, sendo o seu poder chamado a todo momento para as mudanças

²⁷¹ MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Zahar, 1999, p.20-21.

²⁷² CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem e o Teatro das Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 404.

políticas, o que gerava reclamações do partido que perdia o poder. Nessa equação o Legislativo deveria alcançar uma autonomia maior do Executivo, via processo eleitoral.²⁷³

A solução escolhida encontra seu desfecho na reforma eleitoral de 1881. O falseamento da representação foi atribuído a manipulação do eleitor, visto como “turbamulta, ignorante, desconhecida e dependente”, nas palavras de Francisco Belisário.²⁷⁴ Dessa maneira, a escolha foi pela exclusão e não maior participação política. Pela reforma aumentou a renda necessária para votar e ser votado, além do fim escrutínio indireto. Os analfabetos foram excluídos e a comprovação da renda mais exigente. As eleições seriam moralizadas pelo voto restrito de pessoas capacitadas e independentes.

Como assinalamos no capítulo anterior, a década de 1880 foi marcada por uma expansão da esfera pública²⁷⁵. Nesse momento a campanha abolicionista se estende às ruas e um contingente populacional maior passa a interferir na opinião pública, entretanto, em sentido inverso as vias institucionais se tornavam mais estreitas com a reforma eleitoral.

Dentro desse contexto, a República foi interpretada por alguns setores como resposta a impossibilidade de abertura política do Império. Assim, o entusiasmo de Elpidio de Castro se explica. E a formação do partido operário se faz nessa perspectiva de ampliação dos direitos políticos.

Mas na *RT* a ideia de criação de um partido formado por trabalhadores surge antes do 15 de novembro. Logo após a abolição houve a publicação da carta do tipógrafo Rozendo Soares dos Santos Silva, endereçada ao “amigo e colega França”. Apesar da missiva não reclamar propriamente a ideia da formação de um partido há elementos interessantes para analisarmos, principalmente a relação do fim da escravidão e a continuidade da luta pela liberdade dos “escravizados livres”, os trabalhadores.

Marcelo Badaró em estudo de síntese e referência para a nova historiografia do trabalho, explora o caso do trabalhador João de Mattos. Padeiro na província de São Paulo, compartilhando o cotidiano com trabalhadores escravizados, organiza greves no intuito de forjar as fugas desses indivíduos. Utiliza como estratégia a emissão de documentos falsos que atestassem a liberdade dos escravizados que iriam para outras localidades. Mattos, faria a

²⁷³ Idem.

²⁷⁴ Idem, p. 403.

²⁷⁵ HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

distinção entre os trabalhadores escravizados de fato e os escravizados livres, sendo a luta pela liberdade comum a ambos, apesar das circunstâncias diferentes.²⁷⁶

A referência a esse caso não é sem propósito, tendo em vista os argumentos levantados por Rozendo Soares. O tipógrafo sergipano²⁷⁷ residente na Corte faz surgir pela única vez na *RT* a menção as lutas socialistas.

Minhas cogitações chegaram à conclusão da necessidade de uma propaganda socialista, que reabilite a corporação operária nos seus legítimos direitos, como grande fator nos progressos da humanidade. Mas que a forma socialista a empregarmos nesta campanha do bem, - qual nova abolição para os *escravizados livres*, seja mais convincente que ameaçadora [...]²⁷⁸

O autor tinha consciência como os termos empregados poderiam despertar suspeitas, sendo necessário um trabalho pedagógico eficiente que não causasse sensação de ameaça em outros grupos. E coloca dois pontos que seriam levantados contra a ideia de organização dos trabalhadores. O primeiro estaria relacionado com a “precariedade da liberdade”²⁷⁹ dos “milhares dos nossos irmãos”, recentemente saídos do cativeiro. O segundo, não desvinculado do primeiro, aventariam a pouca instrução dos trabalhadores brasileiros, o que faria impossível a luta semelhante a países como Alemanha, França, Inglaterra e Estados Unidos.

O tratamento dado aos escravizados como irmãos e os trabalhadores como escravizados livres, deixa evidente a proximidade e solidariedade existentes. O 13 de maio não encerrou um período de reivindicações, agora seria necessária uma segunda abolição, a do trabalho. E ao responder antecipadamente às presumíveis oposições, tendo por referência a ausência de instrução, realiza nova comparação

Aos segundos, diremos que, se é difícil, de momento contar com a disseminação da instrução pelas classes pouco favorecidas, contamos, porém, com os instintos de conservação, ou com o interesse do próprio, que é a base dos interesses legítimos de classe. Assim como o escravo, barbarizado pela escravidão, tem o instinto natural para amar a liberdade, assim também, por muito ignorante que seja o operário, terá amor ao seu suor, ao seu trabalho, e ficará indignado, quando seja mal compensado.²⁸⁰

A questão da instrução não priva as reivindicações operárias. A consciência da injustiça não provém do saber ilustrado, mas da experiência da exploração. Devemos pensar, entretanto, que o discurso de Rozendo Soares ultrapassa os limites dos tipógrafos, sendo direcionado para

²⁷⁶ MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravizados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro, Bom Texto, 2008.

²⁷⁷ *Diário do Commercio*, 7/10/1889, p. 1.

²⁷⁸ *RT*, 26/05/1888, p. 7 e 8.

²⁷⁹ CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *História Social*, v. 19, 2010, p. 33-62.

²⁸⁰ *RT*, 26/05/1888, p. 8.

os trabalhadores em geral. Seria pouco provável, dentro da construção da identidade dos tipógrafos como classe ilustrada, que o autor estivesse pensando nos seus pares de ofício. Sua carta pode revelar a hierarquia dentro do universo do trabalho, em que os representantes da *RT* seriam a vanguarda das lutas operárias.

Portugal seria um exemplo. Ao contrário da França e Inglaterra, os portugueses faziam parte de um país “relativamente atrasado”, entretanto possuíam um grande propagandista do socialismo: Antero de Quental. Assim, os trabalhadores brasileiros não poderiam esperar mais para se organizar, quanto mais por constituírem-se em grupo numeroso, “50000 na capital do Império”.²⁸¹

Rozendo Soares promete escrever novas missivas a *RT*: “Não me move outro fim, senão procurar armar sistemática e regimentalmente as classes paupérrimas, para bem defenderem-se das extorsões egoístas dos capitais, que em todos os países são os mesmos – desumanos!”.²⁸² Apesar do compromisso, infelizmente, essa é a única contribuição do sergipano.

Sem dúvida ao tomar conhecimento de seus pensamentos na *RT* fica a curiosidade de saber um pouco mais sobre sua atuação. Mas, ao contrário dos outros tipógrafos que encontramos uma relativa quantidade de dados, Rozendo Soares aparece pouco no universo impresso.

Sobre alguns rastros de sua presença podemos mencionar alguns breves, mas com dilatados intervalos temporais. Não foi uma exceção à regra, participando também da Associação Tipográfica na comissão de contas (1884) e segundo secretário (1887).²⁸³ Esses dados ilustram como os tipógrafos mais influentes e ativos do período estavam inseridos na associação, que pode ser causa e consequência de sua longa existência.

Compositor na tipografia do *Jornal do Commercio*, Rozendo Soares integraria outra organização mutualista, a Associação Beneficente dos Empregados do Jornal do Commercio. Nesta exerceu os cargos de primeiro secretário (1896) e vice-presidente (1897).²⁸⁴

No início do novo século, ele participa da fundação da Liga das Artes Gráficas, em agosto de 1903, sendo seu orador oficial. Nesse mesmo ano começa a introdução das máquinas de linotipo na capital, que proporciona mudanças profundas na vida dos compositores. Como visto anteriormente, a invenção realizava o trabalho de quatro a cinco compositores. O tipógrafo sergipano deixa seu ofício de compositor ou caixista para ser operador das máquinas de compor.

²⁸¹ *Idem.*

²⁸² *Idem.*

²⁸³ *Gazeta de Notícias*, 17/12/1884, p. 1 e *Jornal do Commercio*, 30/10/1887, p. 4.

²⁸⁴ *Jornal do Commercio*, 22/08/1896, p. 6 e 23/02/1897, p. 1.

No ano de 1909, estaria envolvido nas disputas entre esses dois grupos: compositores e linotipistas. A rivalidade ganha relevo pela oposição de duas associações, a União Tipográfica de Resistência, representante dos primeiros e o Sindicato dos Linotipistas. Rozendo Soares trava um debate com José de Lima Carvalho, que acusava os linotipistas de objetivarem monopolizar o novo mercado, sem solidariedade com os antigos compositores, reduzindo a questão ao interesse econômico e corporativo. A resposta de Soares merece ser transcrita pois deixa evidente as continuidades e mudanças de seu discurso.

a organização de cada classe em Sindicato é apenas um método de luta e não, como supôs *O Compondor* e ainda supôs o sr. Carvalho, uma guerra de sindicato contra sindicato. O fim do sindicalismo, lançando mão da greve, do boicote, do sabotage e do label, não é apenas dar mais dinheiro, por meio da alta dos salários, aos sócios dos Sindicatos. O seu fim é transformar os Sindicatos, por meio da expropriação das indústrias por eles exploradas, em comunas produtoras, abolindo o regime de propriedade comum. É por isso que Emílio Pouget, um dos maiores autores que temos lido sobre a questão social, aconselha que cada classe se organize em sindicato próprio, que os sindicatos se organizem em federações, que as federações se organizem em confederações e que as confederações constituam a Internacional.²⁸⁵

A percepção internacional das lutas comuns dos trabalhadores contra a classe dos proprietários ainda está presente. Entretanto, como sintoma do contexto, no início do século XX a estratégia de organização de partidos como mecanismo de luta política entra em desuso, muito por conta da consolidação da estrutura oligárquica da República. A partir de então os sindicatos de resistência assumem um protagonismo maior.

Mas em 1888, como dito, os indivíduos imersos na névoa daqueles tempos confusos tinham mais incertezas do que certezas. Dessa forma, a opção de formação de um partido operário não nasceu fadada ao fracasso.

Nas disputas pela liderança do partido em 1890, entre França e Silva e Vinhaes, existiu a polêmica de quem levantou primeiro essa bandeira. Nesse momento o tipógrafo relembra que ainda em 1888, nas colunas da *RT*, mencionou a necessidade de agrupamento dos trabalhadores em um partido formado exclusivamente do seu meio.

Foi em 1888, quando em pleno domínio da monarquia, a teoria censitária do eleitorado afastava das urnas a massa operária, que nós erguemos na imprensa periódica o brado altissonante para a criação de um partido operário nacional, puramente democrático, sem que nos fascinasse os europeus da realza dominante.²⁸⁶

O texto de França e Silva deixa escapar uma contradição. Como mencionamos anteriormente, o indivíduo ao olhar retrospectivamente para sua trajetória, tende a torná-la

²⁸⁵ *A Voz do Trabalhador*, 9/12/1909, p. 1. Retirado de Vitorino, p. 263.

²⁸⁶ *Diario do Commercio*, 15/02/1890, p. 2.

coerente. Sabemos do quanto de relativo pode ser essa ausência de fascínio pela realeza dominante à época, tendo como exemplo a debate com Elpidio de Castro.

Não é o nosso objetivo afirmar a vanguarda da *RT* na questão, mas a relação entre as diversas iniciativas dos tipógrafos abordadas no trabalho e a representação política como meio de realização de suas demandas.

No fim de 1888, percebemos algumas mudanças de postura editorial. Surge a seção *Miscelânea* em que teria por objetivo expor os principais acontecimentos do momento e emitir “nossa fraca opinião, como parte insignificante da imprensa que somos, sem contudo termos a pretensão de guiar a opinião pública, relativamente ao enunciado da época”.²⁸⁷ Apesar da modéstia, a interpretação sobre o papel a ser desempenhado pelos operários deixa evidente como buscavam interferir no debate público.

As classes laboriosas, como parte integrante da nação têm o direito de imiscuir-se nas questões que se agitarem no país, pela livre manifestação do pensamento. Errôneo anda, em nossa opinião, todo aquele que entende ser dever do operário não sair da obscuridade da sua oficina; não é isto o exemplo que nos dão os operários de países adiantados como a Inglaterra, França, Bélgica e Alemanha que, com a pena e com a palavra nos comícios populares, também educam e guiam a opinião. Somos folha de classe e por isso mesmo temos o dever de dizer o que pensamos sobre esse ou aquele fato. Desde que não façamos isso será reconhecer em nós mesmos a nenhuma importância que temos no país, quando somos dele uma força e poder.²⁸⁸

Dois números depois, no início de dezembro, na mesma seção, surge o tema sobre o novo momento inaugurado pelo fim da escravidão, em que “todas as classes sociais empenham-se em substituir as causas que tem originado até aqui a marcha lenta do progresso da nação”.²⁸⁹ E os operários deveriam elaborar um programa para construir seu espaço na vida política do país.

Diante da nova ordem de coisas e da nova fase que nos anuncia um regime completamente novo nos costumes, julgamos não cometer uma ousadia aconselhando a criação de um novo partido, saído exclusivamente do elemento operário do país e ao qual se dê o caráter puramente democrático.²⁹⁰

Seria esse trecho a reivindicação de França e Silva, de ter sido o indivíduo que pela imprensa lançou as bases da ideia de formulação do partido de origem operária. O início, como podemos observar, surge com a Abolição. A República seria a continuação desse processo na visão do redator anos mais tarde.

já se havia apagado da história pátria a página negra da escravidão. Uma evolução política, no sentido puramente democrático, estava iminente; ela tinha de ser operada

²⁸⁷ *RT*, 24/11/1888, p. 7.

²⁸⁸ *RT*, 8/12/1888, p. 5.

²⁸⁹ *RT*, 8/12/1888, p. 5.

²⁹⁰ *RT*, 8/12/1888, p. 5.

ou pela revolução ou pelo assentimento tácito dos sustentadores das antigas instituições, sem o que a igualdade dos direitos seria uma mentira para os novos cidadãos saídos da escravidão. Havendo a igualdade do direito, o operário deixaria de ser um servo humilde e submisso dos antigos senhores feudais e dos governos mistificadores, para ser um cidadão do trabalho, mais do que isto, um árbitro do poder público.²⁹¹

Portanto, a construção do partido operário toma outra dimensão quando o analisamos não como início de um processo, mas como o resultado de décadas de agitação política. Um projeto derrotado? Sem dúvida, mas isso não tira a importância de sua iniciativa, que faria parte de mais um capítulo das experiências desses sujeitos autônomos.

3.3 Luiz da França e Silva, o propagandista operário.

Naturalmente deve causar estranheza o aparecimento do subtítulo acima. Nos capítulos anteriores e no atual a presença do nome do redator principal foi constante, sendo marcante sua presença na *RT*. Portanto, por qual motivo escolhemos nos deter em sua trajetória apenas no fim? Justamente pela representação que o mesmo tinha nos rumos do periódico e sua continuidade para além dele.

Ana Flávia Magalhães Pinto ao escrever sobre o percurso político de Vicente de Souza, menciona como constituiu-se uma tradição entre os trabalhadores cariocas a visita ao túmulo do abolicionista e professor do colégio D. Pedro II no primeiro de maio, mas também de França e Silva e Gustavo de Lacerda. Os três, além de militarem pela liberdade dos escravizados na última década do Império, estavam envolvidos com a causa operária e eram negros, apesar da difícil menção à esse aspecto.²⁹²

Dessa maneira, França e Silva continuaria batalhando pela imprensa após o fim da publicação da folha dos tipógrafos. A última publicação da *RT* acontece em 10 de fevereiro de 1890, apesar da promessa de outros números tudo indica que esse tenha sido o derradeiro. O apoio e paciência parecem terem se esgotado: “findou o trimestre em dezembro; nenhum compromisso temos para com assinante algum, ao contrário, muitos são devedores, com ou sem razão, a esta empresa”.²⁹³

Menos de um mês depois, estamparia seu nome no cabeçalho do periódico *Echo Popular*, em 6 de março. Ao assumir a direção da nova folha dedica-se com mais vigor a causa

²⁹¹ *Diario do Commercio*, 15/02/1890, p. 2.

²⁹² PINTO, Ana Flávia. Vicente de Souza: intersecções e confluências na trajetória de um abolicionista, republicano e socialista negro brasileiro. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 32, nº 66, p. 267-186, janeiro-abril 2019.

²⁹³ *RT*, 10/02/1890, p. 4.

do partido operário, sendo inviável na folha dedicada aos tipógrafos. Assim, as ideias debatidas na *RT* ganham continuidade através de seu antigo redator.

Devemos mencionar que a presença de França e Silva na historiografia está situada justamente em sua atuação no *Echo Popular*, quando da disputa pela liderança do partido operário com o tenente Vinhaes²⁹⁴. São diminutas as informações sobre sua vida pregressa. Acreditamos que o relato de sua trajetória, além do seu envolvimento na *RT*, possa trazer uma nova dimensão a sua presença no início da República.

Infelizmente, como nos casos anteriores dos outros tipógrafos, os dados são escassos. Será pela imprensa da época que conseguimos rastrear seus passos.²⁹⁵ E estes constituem-se em longa caminhada, que tem seu início no Rio Grande do Norte.²⁹⁶

Esse potiguar teria sua vida entrelaçada com os rumos políticos do país. Sua primeira aparição surge no contexto da Guerra do Paraguai, fazendo parte do 6º batalhão de infantaria como soldado.²⁹⁷ Nos campos de guerra participou da batalha do Tuiuti, na qual saiu ferido.²⁹⁸

Há um hiato na imprensa nesse momento, sendo encontrada notícias escassas sobre sua atuação. Apenas em 1879 assina uma declaração, junto com outros indivíduos, em que justifica sua saída do conselho da Liga Operária por desentendimento sobre os rumos da associação.²⁹⁹

Ao que tudo indica, após sua participação na guerra realizou um deslocamento para a Corte. Nosso palpite, inevitável diante à lacuna, se baseia em outras experiências parecidas envolvendo setores populares que participaram do conflito. O alferes Cândido da Fonseca Galvão, outro nordestino, integrou a famosa 3ª Companhia de Zuavos Baianos. Após sua participação passa a residir na Corte, ostentando com orgulho sua farda. Personagem mais conhecido como Dom Obá II D'África.

Eduardo da Silva ao estudar essa figura emblemática, nos coloca diante de circunstâncias distintas daquelas interpretadas pelos contemporâneos. Visto por alguns setores como um sujeito caricato, afetado por loucura de grandeza, o autodenominado príncipe africano

²⁹⁴ GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2010. CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados... op. cit.*

²⁹⁵ Um exemplo foi nossa ida ao Arquivo do Exército. Nessa instituição consta um documento sobre França e Silva, o que indica que após a guerra deu continuidade na carreira militar, alcançando o posto de alferes. Entretanto, o documento não dispõe de dados pessoais como nascimento e origem. Essas informações sobre sua carreira militar são facilmente encontradas na imprensa pela transcrição de decretos dos ministérios.

²⁹⁶ Notícia do periódico do Rio Grande do Norte: “Temos recebido a agradabilíssima visita do *Echo Popular*, folha que veio à luz da publicidade na capital federal no dia 6 de março deste ano, órgão das classes operárias, industrial e comercial, e que é dirigido pelo nosso inteligente co-estadano Luiz da França e Silva”. *O Povo*, 8/06/1890, p. 3.

²⁹⁷ *Diario do Rio de Janeiro*, 18/06/1866.

²⁹⁸ *Diario do Rio de Janeiro*, 18/07/1866.

²⁹⁹ *Jornal do Commercio*, 28/04/1879.

teria enorme destaque entre a população negra, súditos que habitavam a região atualmente chamada de Pequena África.³⁰⁰

Entretanto, após o fim da monarquia seu prestígio entra em declínio, e tempos difíceis surgem. Ao contrário, França e Silva terá maior projeção justamente nesse período, mas breve. Esses dois personagens podem ilustrar as dificuldades enfrentadas por uma população negra que enxergava na Corte um caminho que levasse a uma vida mais amena.

Não conseguimos saber, pela ausência de fontes, a profissão exercida por França e Silva antes de partir para o palco do conflito. Ou seja, será que realizou a aprendizagem na tipografia em sua terra natal, ou teria, já em idade mais avançada, feito esse percurso na Corte? Na ausência de respostas podemos traçar alguns trajetos possíveis.

Na *RT* a parte técnica nunca coube ao redator, nem mesmo conseguimos vislumbrar em seus escritos algo nesse sentido. Entre diversos adjetivos pouco lisonjeiros de seus opositores, sabugueiro tinha relação com sua pouca habilidade na composição. Acaso as acusações fossem fundamentadas, terá relação com um aprendizado tardio? Entretanto, encontramos casos de tipógrafos que também participaram do conflito, o que não nos permite fazer nenhuma afirmação precisa.

Na avançada idade de 60 anos faleceu no dia 16 do corrente o nosso colega de arte Francisco Pires Ferreira, empregado há 20 anos nas oficinas do *Jornal do Commercio* desta Corte. O finado era tenente da guarda nacional e nesse caráter prestou à pátria relevantes serviços na ocasião de declarar-se a guerra entre Brasil e a república do Paraguai.³⁰¹

Passado esse período, outro deslocamento acontece. Teria uma passagem conturbada pela província de São Paulo, mais precisamente em Bananal. Sua ida a cidade deveu-se à transferência militar.³⁰² Essa fase de sua vida seria largamente explorada por seus adversários, logo após as disputas relacionadas ao Centro Tipográfico e os tipógrafos do *Diario de Notícias*. Os últimos na seção A Pedidos desse periódico, sob a proteção do anonimato, acusam França e Silva, ou Camboatá, apelido pejorativo³⁰³, do crime de assassinato, sendo sua saída de Bananal uma fuga.

O celebre Camboatá,
Corsarista catingueiro,

³⁰⁰ SILVA, Eduardo. *Dom Obá II D'África, o Príncipe do Povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

³⁰¹ *RT*, 21/07/1888, p. 5.

³⁰² “Foi designado o 1º batalhão da reserva da Corte, para a ele ser agregado o alferes da 2ª companhia da 10ª secção do batalhão de infantaria da reserva das comarcas de Bananal e Arêas, S. Paulo, Luiz da França e Silva. *Diario de Noticias*, 28/03/1887, p. 1.

³⁰³ Camboatá é um peixe, e existia um ditado à época “o camboatá é que suja a água”. Em um poema que tinha por título Revista-Corsário temos a estrofe: Em elegância, em denguiçe; Só mesmo o Camboatá; Igual a ele não há; Em elegância, em denguiçe...; Dengoso... mas na tolice; Ainda mais sortes dá; Em elegância, em denguiçe; Só mesmo o Camboatá... *Diario de Noticias*, 19/03/1889, p. 3.

Quer foros de artista já,
 Assim mesmo sabugueiro,
 Mais veio fugido, exangue,
 Com as mãos tintas de sangue,
 O infame, o vil rafeiro;
 E, afrontando o seu destino,
 O misérrimo assassino
 Vai ganhando o seu dinheiro.
 A alma de Magalhães Pacheco.³⁰⁴

Essa acusação está relacionada com o crime presenciado naquela cidade, na tarde do dia 05 de julho de 1881. A história é complicada, principalmente pelos relatos distintos na imprensa. Segundo notícia vinculada no *Jornal do Commercio*, existia um boato perigoso envolvendo Manoel Pereira Baptista. A gravidade consistia na hipótese da prática de “atos de imoralidade com duas meninas”, alunas de sua esposa.

O burburinho estimulou uma verdadeira perseguição ao marido da professora. Dois indivíduos se destacavam diante a razão do povo: José Luiz Nepomuceno e Domingos de Mattos Barreiros. A invasão à casa de Manoel Baptista só não teve como desfecho uma tragédia, pela fuga bem sucedida pelos fundos da residência.

De maneira resumida, a situação estava nesses termos quando do episódio final em frente a tipografia da folha *Bananal*. Baptista ao sair do estabelecimento foi confrontado por Barreiros. Na disputa travada o primeiro puxa uma faca. Desarmado, os dois indivíduos travam a luta no chão, e nesse momento que surge a vítima, Antonio de Magalhães Pacheco. Ao ver Baptista naquela situação procura socorrê-lo portando uma barra de ferro, só não contava com a presença da mulher de Barreiros e Nepomuceno. Estes conseguem conter Magalhães Pacheco, tempo suficiente para Barreiros possuir a faca caída e descarregar dois golpes fatais.

Até esse ponto da narrativa, podemos nos perguntar em que momento França e Silva entra em cena. É uma dúvida de difícil solução. Uma pista de sua presença seria o local, a tipografia do periódico que anos mais tarde seria acusado de testa de ferro. Apenas no final da notícia, quando da descrição da chegada do juiz municipal e promotor público que nos deparamos com nosso personagem

sendo presos, à requisição deste último, Domingos de Mattos Barreiros, em cujo poder foi ainda encontrada a faca ensanguentada, José Luiz Nepomuceno, Manoel Pereira Baptista e Luiz da França e Silva. Este último não interveio de modo algum no conflito, segundo se evidencia do auto de flagrância, pelo dito de todas as testemunhas.³⁰⁵

³⁰⁴ *Diario de Noticias*, 12/04/1889, p. 3.

³⁰⁵ *Jornal do Commercio*, 10/07/1881, p. 3.

Essa foi a única menção a presença do redator principal da *RT*. Posteriormente, Barreiros e Nepomuceno foram absolvidos. Os dois haviam alegado perseguições e calúnias perpetradas pela imprensa. O maior suspeito do assassinato gozava de simpatia entre a população local, após sua soltura “recebeu de amigos presentes, que era a maioria da população, sinceras felicitações, sendo por todos acompanhado até sua residência”.³⁰⁶

Após essas notícias não encontramos nenhuma outra informação sobre o ocorrido. De qualquer forma é difícil encontrar algum indício de um envolvimento direto de França e Silva. Sua presença tem relação com o local, a tipografia do periódico – provavelmente trabalhava no estabelecimento.

Seus opositores utilizaram o mistério sobre o responsável pela morte de Magalhães Pacheco como pretexto de acusação. Um elemento que colabora para essa interpretação está na ausência de sua saída da cidade após o episódio. Este não seria o último momento desagradável envolvendo nosso personagem.

Aproximadamente dois anos depois, em 15 de março de 1883, o tenente-coronel Pedro Ramos Nogueira, seu irmão Dr. José Luiz Almeida Nogueira, deputado geral pelo 3º distrito, e José Pereira Leite de Souza, vereador de Bananal, teriam agredido França e Silva na antessala do tribunal do júri.³⁰⁷

Não sabemos o motivo do acontecimento, existe a possibilidade de ter origem em disputas políticas. O periódico *Bananal* era republicano e os suspeitos da agressão conservadores. O deputado Nogueira ao responder as acusações dessa folha diz que não foram as divergências políticas fundamentais no desenrolar dos fatos, tanto que alguns liberais presentes não interferiram na cena. Podemos concluir que França e Silva tinha uma ligação com os republicanos e sua folha, assim como as disputas partidárias na localidade eram intensas.

Mais relevante do que a causa do conflito são os termos utilizados pelo deputado Nogueira para se defender. Não nega que existiu a agressão, mas atribui a França e Silva a provocação. Para sustentar seu argumento faz a comparação dos personagens envolvidos, em uma tentativa de depreciar a imagem do tipógrafo

Nem é natural que o sr. alferes José Pereira, importante negociante e capitalista desta praça, cidadão estimável a todos [...] geralmente respeitado neste município – fosse em um lugar público provocar a um indivíduo de categoria inferior e contra o qual há suspeita de ser *escravo fugido*. Meu irmão, o tenente-coronel Pedro Ramos também não era capaz de fazê-lo; eu, muito menos.³⁰⁸ (grifo nosso)

³⁰⁶ *Jornal do Commercio*, 25/11/1881, p. 3.

³⁰⁷ *Diario do Brazil*, 30/03/1883, p. 2.

³⁰⁸ *Correio Paulistano*, 8/04/1883, p. 2.

Para Nogueira, um negociante, deputado e tenente-coronel tinham uma reputação e suas palavras valiam mais que um ser de “categoria inferior”, homem de cor. Publicar essas palavras deixa evidente como a questão social e racial poderiam ser elementos de distinção entre os indivíduos. Sua estratégia mostra a possibilidade de seu discurso conseguir deslegitimar as palavras do outro pelo corte racial, estruturante de uma hierarquia social, que por sua publicação tinha penetração naquela sociedade.³⁰⁹

Outro ponto a salientar é a precariedade da liberdade. Não foram poucos os casos de indivíduos livres ou libertos que de maneira criminosa viram-se privados da sua liberdade. Como salienta Ana Flávia Pinto, o estigma da cor provocava a suspeição de ser escravo, que se manteve até a década de 1880. Se a cidadania tinha seus limites para os trabalhadores, esse elemento contribuiu ainda mais para as dificuldades enfrentadas, talvez sendo o mais determinante.³¹⁰

A dificuldade de captar a cor dos indivíduos é grande, mas importante.³¹¹ A menção à França e Silva como tipógrafo negro existe em alguns trabalhos, mas não dispõe de dados que embasem essa informação.³¹² Acreditamos na relevância da análise dessa questão. Não temos dúvida que o racismo acompanhou cada passo do tipógrafo, tornando-o mais pesado e dolorido.

As ofensas nessa linha surgem nas disputas envolvidas. Alguns adversários tipógrafos não teriam a coragem de Nogueira, de estampar seu nome abaixo das acusações. Após as disputas no caso do *Diario* diversas mensagens ofensivas são publicadas. O apelido de Camboatá tudo indica tinha nas entrelinhas motivações racistas

Revista-Corsário

- O que é camboatá?

- É um crustáceo.

- Qual crustáceo, meu caro senhor, vá aprender a definir. Fique sabendo que camboatá é um animalejo, de encadernação cor do arco-íris, que transita diariamente pela rua do Ouvidor; é da família dos mamíferos ruminantes, espécie de chibo, gênero bípede, que quando cai não costuma levantar-se. Distingue-se facilmente o camboatá pelo arrebiato dos beiços e uma propensão natural para morder o próximo.³¹³

A comparação com animais e o destaque dado aos seus lábios, podemos interpretar como termos pejorativos baseados em suas características físicas. Curiosamente a referência ao

³⁰⁹ Sobre o fim da escravidão e a manutenção das hierarquias sociais pela distinção racial, ver:

ALBUQUERQUE, Wlamyra. O jogo da dimissimulação... op. cit.

³¹⁰ PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2019, p. 223-258.

³¹¹ NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 29, nº 59, setembro-dezembro 2016.

³¹² GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 47. PINTO, Ana Flávia Magalhães. Vicente de Souza... op. cit.

³¹³ *Gazeta de Notícias*, 18/03/1889, p. 2.

Corsário nos lembra como Alpulco de Castro, seu proprietário e redator, sofreu com o preconceito racial. Esses dois indivíduos puderam presenciar o caráter democrático do racismo, que vinha tanto de um deputado quanto de seus companheiros de ofício. Aqui vale uma ressalva a nosso ver importante. Nós historiadores podemos ser enganados por nossas expectativas, assim realçando os elementos de solidariedade entre os grupos subalternos, entretanto, nunca devemos perder de vista os aspectos que contribuem para os conflitos e disputas, não menos importantes.³¹⁴ Os trabalhadores na época tinham um ditado bem simbólico: “o teu maior inimigo é oficial do teu ofício”.³¹⁵

Outro trecho ilustrativo de elementos que confirmam a cor de França e Silva e os preconceitos vindo à tona diante do conflito, com tom de deboche e sarcasmo, foi registrado uma vez mais na seção A Pedidos do *Diario de Noticias*. Além de elementos raciais, há a ironia a presumida ilustração do redator e sua pouca habilidade no fazer tipográfico.

Ao luzeiro da classe tipográfica
 Camboatá, macumbeiro,
 Assassino do Pacheco,
 Tu, que nunca foste peco,
 Assim mesmo sabugueiro,
 Unido ao homem dos tráficos,
 Com liras, trabalhos gráficos
 E massa de vidraceiro:
 O filho de pai Quibombo,
 Põe as albardas ao lombo,
 Vai ganhando o teu dinheiro
 A cadeia do Bananal³¹⁶

Nesse trecho, além das menções do caso do assassinato em Bananal e sua presumida pouca habilidade técnica, existem outros pontos relevantes. Alguns, infelizmente, não conseguimos descobrir as referências. Como podemos ver as mensagens estavam nas entrelinhas, sequer utilizavam o nome de França e Silva, assim não conseguimos descobrir quem seria o “homem dos tráficos”. Mas o “filho de pai Quibombo” faz referência à Juca Rosa. Descendente de mãe africana, nascido em 1833, esse seria o mais famoso feiticeiro negro³¹⁷ da Corte. O termo “pai Quibombo” foi utilizado por seus seguidores, que variavam entre moças

³¹⁴ Um artigo que alerta para os cuidados na análise dos trabalhadores e nossas preferências presentes: HOBBSAWM, Eric. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 17-35.. Sobre o conflito no mundo do trabalho por disputas em um mercado diminuto na República, as solidariedades e tensões poderiam ter forte presença nacional e racial. Ver: CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e Botequim*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.

³¹⁵ *O Combate*, 12/06/1892, p. 1.

³¹⁶ *Diario de Noticias*, 24/04/1889, p. 3.

³¹⁷ Na época não existia a expressão pai-de-santo, por isso seguimos a escolha de Gabriela dos Reis Sampaio de utilizar o termo da época, feiticeiro. SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Pai Quibombo, o chefe das macumbas do Rio de Janeiro imperial*. Tempo, vol. 6, nº 11, 2001, p. 157-169.

sem grandes fortunas, que procuravam um marido para lhe proporcionar uma vida melhor, até senhoras ricas e políticos influentes. Com o passar do tempo o termo foi utilizado para identificar os líderes desse segmento religioso.

Esse líder religioso promovia ritos que continham dança e música, características da cultura africana, mas também possuía em seu altar santos católicos. Tinha suas filhas, seguidoras fiéis. Enfrentou, como podemos imaginar, perseguições por sua prática religiosa. Na década de 1870 seria preso, sendo o caso explorado largamente pela imprensa.³¹⁸ Sua influência seria tanta que os opositores de França e Silva o recordam para pontuar as supostas escolhas e práticas religiosas do redator da *Revista*.

Não podemos afirmar até que ponto os preconceitos vivenciados interferiram na sua posição perante a Abolição. Mas não apenas na *RT* deu demonstração expressivas de seu apoio a causa. Fez parte do Club Abolicionista Gutenberg, fazendo parte da comissão responsável por organizar a participação da associação nos festejos após o 13 de maio.³¹⁹

Não é exagero denominarmos França e Silva de abolicionista. Será tão marcante em seu raciocínio a Abolição que não conseguiria ver a República separada do episódio anterior. Mencionamos no segundo capítulo a existência e atuação do Centro Tipográfico Treze de Maio, que além de uma cooperativa, tinha como um dos objetivos a eleição de representantes para o legislativo.

Dentro desse significado atribuído a Abolição e a República, o tipógrafo, que na época trabalhava no *Jornal do Commercio*³²⁰, passa a realizar com mais vigor a campanha pela formação do partido operário. Para isso, sua atuação no *Echo Popular*, no início de 1890, será fundamental.

Mas antes, em 6 de janeiro de 1890, surge o periódico *Voz do Povo*, sob a direção de Maurício Veloso, José Veiga e Gustavo de Lacerda. Através de suas páginas existiu uma tentativa organizada de criação do partido operário. Para tanto organizam uma reunião em 26 de janeiro, primeiro momento de debates sobre as ideias surgidas.

Na impossibilidade da geração de consenso em apenas uma reunião, outra fora marcada apenas três dias depois. Nessa circunstância figuravam personalidades relevantes no universo dos trabalhadores cariocas: Sadock de Sá, França e Silva e José Augusto Vinhaes.³²¹ O tipógrafo afirma que nesse momento começaram as articulações, tendo a ambição da chefia o

³¹⁸ Idem.

³¹⁹ *O Apostolo*, 17/02/1888, p. 3 e 4.

³²⁰ *Diario de Noticias*, 5/05/1889, p. 3.

³²¹ *O Combate*, 11/06/1892.

jovem tenente, sendo planejada diversas chapas em que figurava seu nome na presidência, variando os vices: José Dias de Carvalho, do arsenal da Marinha; Bento José Ribeiro, da Estrada de Ferro Central; e França e Silva.

Devemos relatar o motivo da posição de um tenente da Marinha no meio operário. Maranhense, nascido em 1857, realizou seus estudos no continente europeu. A experiência no exterior proporcionou contato com as ideias socialistas que agitavam o Velho Mundo, tendo marcado suas posições posteriormente. Contribuiu para o surgimento do *O Paiz* e atuou na campanha abolicionista. Utilizou as colunas da folha republicana para projetar sua imagem nos debates operários. Mas seria outro acontecimento que iria estreitar seus laços com os trabalhadores e um setor específico dos mesmos.³²²

E essa sua primeira projeção seria simbólica das ligações entre as lutas políticas dos republicanos e a organização dos operários. Na conspiração do golpe de 15 de novembro teve sua contribuição na tomada da Repartição dos Telégrafos. Por retribuição foi nomeado para a direção do estabelecimento interinamente, promovendo melhorias nas condições de trabalho, principalmente na questão da jornada de trabalho. Portanto, conseguiu uma aproximação com os trabalhadores das oficinas estatais.

A cisão se acentuou nas reuniões marcadas simultaneamente no dia 9 de fevereiro. O grupo de Vinhaes marcou presença no Recreio Dramático, enquanto Gustavo Lacerda presidia os trabalhos na Pheniz Dramática. O primeiro obteve uma plateia mais generosa de 3000 pessoas, comparecendo na segunda apenas 52, em cujo lema era “o operário por si e para si”.³²³

França e Silva passa a criticar Vinhaes por este se proclamar chefe da instituição por aclamação, estratégia previamente elaborada. O procedimento correto a adotar seria a votação na assembleia. Além dessa acusação, outro elemento mais relevante despontou no debate: a presidência da organização política dos trabalhadores sendo exercida por um indivíduo de outro grupo social.

Nesse ponto, apesar das divergências, Lacerda e França e Silva estavam de acordo na impossibilidade do comando de Vinhaes. O primeiro sequer admitira a presença de outros grupos, sendo a organização formada exclusivamente por trabalhadores, enquanto o tipógrafo acreditava que simpatizantes poderiam ter a participação concedida, mas em hipótese alguma assumir a liderança.

³²² PÁDUA, José Augusto Valladares. A capital, a República e o sonho: a experiência dos partidos operários de 1890. *Dados*, Revista de Ciências Sociais, v. 28, n. 2, 1985, p. 163-192.

³²³ *O Combate*, 13/06/1892.

Esses dois trabalhadores travariam alguns debates pelas páginas do *Diario do Commercio*. Com a oposição crescente entre França e Silva e Vinhaes pelo alto cargo, Lacerda critica o primeiro, pois a assunto principal estava nas ideias que deveriam nortear o projeto: “Cavalheiro que eu muito respeito, há poucos dias, em um enorme artigo publicado, declarava-se investido do mando ou chefia do partido, sem se lembrar de que com os que acaso foram à sua porta levar-lhe o bastão do mando, não estavam as ideias do mesmo, e não há partido sem ideias”.³²⁴ A gentileza ao cavalheiro que tinha bastante respeito, não era compartilhada ao “jovem oficial da armada”, que “luta agora por convencer nos de que não devemos formar partido”, visão da incapacidade de organização autônoma dos operários, mas “não há ciência nem sabença em um indivíduo que julga que a massa não pode ser partido, porque pode exercer coerção sobre o governo e este por seu turno praticá-la”.³²⁵

Apesar da dissimulação ao afirmar inúmeras vezes que não pretendia a liderança, França e Silva diria anos depois que “o tipógrafo José Veiga, hoje falecido, proclamando-nos chefes do partido operário brasileiro e ofereceu-nos a redação da *Voz do Povo*, ao que não acedemos por motivos que guardamos conosco”.³²⁶ No acalorado debate em 1890, já havia nosso tipógrafo lançado mão da transcrição de artigo de Veiga em que comentava o debate com Elpidio de Castro.

“É o que temos proclamado sempre, e ainda agora, nos primeiros dias depois que foi derrocada a coroa de D. Pedro, oscilante desde a morte de Apulco de Castro, nós o dissemos, fazendo publicar as seguintes palavras: ‘Procuremos unificar forças, fazendo de cada um de nós uma potência para que não nos falte na República a representação necessária, e para as outras classes sociais nos prestem a devida consideração’”.³²⁷

Sugeria por fim o nome do redator da *RT*, porque “não é um especulador político”. Mas a visão de que estavam sendo “regidos por um sistema governamental que se recomenda ausência de privilégios e pela igual distribuição da justiça”, não era tão pluralista como se imaginava, ou seja, esse “ideal da república, tal qual a definia Cícero”³²⁸, estava distante. A oposição à criação de um partido operário encontrou forte resistência na opinião pública.

Luiz Fernandes publica em *O Fluminense* sobre sua posição contrária a criação da instituição porque “entendo que os partidos só devem organizar, tendo por alvo ideias de interesse público e não preocupações do interesse particular”, ou seja, os operários não teriam

³²⁴ *Diario do Commercio*, 17/02/1890, p. 2.

³²⁵ *Idem*.

³²⁶ *O Combate*, 8/06/1892, p. 2.

³²⁷ Transcrição da publicação de José Veiga no *Correio do Povo* no fim de 1889, *Diario do Commercio*, 18/02/1890, p. 2.

³²⁸ *Idem*.

um projeto para além de seu horizonte limitado. Assim, “se a classe operária formar um partido, o mesmo direito assiste a todas as outras”. A política não deveria ser o campo de atuação dos trabalhadores, sendo mais produtiva sua organização em sociedades mutualistas, que visassem suas preocupações econômicas.

A resposta de França e Silva é ilustrativa do modelo clássico de expansão da cidadania.³²⁹ Para esse já havia passado o tempo que “a representação nacional era patrimônio exclusivo dos que dispunham a seu talante do poder público”, sendo o momento dos grupos sociais elegerem seus representantes ao legislativo, único meio de elaborar leis que beneficiassem seus interesses: “Um sistema de governo puramente democrático não é mais do que um parlamento constituído de todas as classes da sociedade, para fazer do poder executivo um governo do povo pelo povo”.³³⁰

Portanto, a disputa pela liderança da proposta era de suma importância. Mas ao mesmo tempo poderia ocorrer alguns inconvenientes, principalmente pela imagem que passava para a sociedade. Postulando pela imprensa a capacidade e legitimidade da autonomia e organização dos trabalhadores, esses conflitos deveriam cessar o quanto antes. Esse foi o apelo do tipógrafo Manuel Francisco de Trindade

Para que isto não mais se dê, penso que é de toda a conveniência, a bem da união das classes, que os colegas, ou pessoas estranhas, que tenham de escrever enunciando a ideia da formação desse partido operário, o façam empregando doutrinas para sua realização, pois só assim muitas pessoas deixarão de nos considerar como *bestas de carga*, e sim como operários pensantes, capazes de qualquer cometimento bom, em benefício seu e da Pátria.³³¹

Apesar da oposição de Lacerda e França e Silva, o tenente conseguiria o maior sucesso dentro das iniciativas. Seu partido cria o Centro do Partido Operário (CPO) que teria grande penetração nas oficinas estatais, como, por exemplo, o Arsenal da Marinha, Arsenal de Guerra e Estrada de Ferro Central do Brasil. Sua organização não carregava grande inovação, sendo formada por dois representantes das oficinas dos estabelecimentos e tendo uma diretoria.³³²

O CPO formularia um programa tocando em pontos relacionados as melhorias de condição de vida e trabalho, além da realização de programações culturais, de relevância para a formação de laços de solidariedade. Uma das controvérsias foi a criação do Banco dos Operários, que não teve vida longa nos anos conturbados do Encilhamento.³³³ O sucesso inicial

³²⁹ CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados... Op. Cit. p. 55.

³³⁰ *Diário do Commercio*, 26/02/1890, p. 2.

³³¹ Idem, 18/02/1890, p. 1

³³² PÁDUA, José Augusto Valladares. A capital, a República e o sonho... op. cit., p. 174.

³³³ França e Silva assim se referia a iniciativa: “E agora o veremos deitar verborragia domingueira, ativo, veloz como o pensamento, suando por todos os poros, no intuito de evangelizar esse povo nas ideias do socialismo

corresponderia a eleição do tenente Vinhaes a deputado federal, sendo o único da chapa do partido operário a conseguir votação suficiente. Mas, vale lembrar, na época o candidato poderia ter presença em diversas chapas, tendo o oficial da Marinha seu nome na do Diretório Central do Partido Republicano da capital.

Derrotado tanto nas eleições de 1890 e 1892, para a intendência, França e Silva obteve êxito na articulação com associações de trabalhadores em outros estados.³³⁴ Não há dúvidas de que esse dado está relacionado a sua experiência na *RT* e os contatos que estabeleceu.³³⁵

Apesar da autodenominação de socialista na última década do século, em meados de 1890 o tipógrafo teve uma posição dúbia em relação às greves. No programa do partido em que organizou havia a menção à criação de um tribunal arbitral composto por operários e industriais, “evitando assim greves ou outros distúrbios, que, além de serem um sistema bárbaro para obter justiça, são altamente dispendiosos e servem apenas para esbanjar os recursos econômicos que são o sangue e a vida das comunhões industriais”.³³⁶

Essa posição lhe renderia severas críticas na questão do código penal em seus artigos 204, 205 e 206. Estes proibiam as greves, tendo Vinhaes atuação bem sucedida em uma solução de consenso: só seria considerada greve ilegal aquela conseguida por meio de ameaças, violências ou fraudes. Apesar da reunião de França e Silva com o Ministro da Justiça Campos Salles³³⁷, justamente sobre o assunto, os seus opositores não perderam a oportunidade de atacar o tipógrafo, visto como contrário às greves.

Aos operários
 Camboatá – Rio.
 Vitória! Vitória! Sim! Chefe é aquele que não trepida arriscar a vida na praça pública.
 Chefe é aquele que não foge vergonhosamente para Campo Grande quando vê o perigo, como aconteceu a alguém na questão do código penal!!!
 Espere carta.
 Henrique França³³⁸

Apesar da crítica e da referência as “desastrosas greves”, a posição de França e Silva pode ser entendida como uma manobra de conciliação, principalmente pela oposição e desconfiança que alguns setores nutriam pela formação de um partido operário. Em 1888, na *RT* noticiava-se as greves de tipógrafos no exterior e a exaltação da união nos episódios, maneira legítima de alcançar seus direitos. Claro, não podemos descartar a mudança de posição

bancário que se deslumbra ao contemplar os encantos e a beleza das cantoras teatrais, companheiras de longos anos dos nossos protegidos e consócios! Socialismo assim, vá de retro”. *O Combate*, 17/06/1892, p. 1.

³³⁴ PÁDUA, José Augusto Valladares. A capital, a República e o sonho... op. cit.

³³⁵ Ver capítulo I. A *RT* estabeleceu contato com mais de 200 publicações nacionais.

³³⁶ *Echo Popular*, 29/04/1890.

³³⁷ *A República*, 17/12/1890 e *O Brazil*, 13/12/1890.

³³⁸ *Gazeta de Notícias*, 22/05/1891, p. 2.

e incoerência, mas suspeitamos de ser uma estratégia política dentro do contexto. Apesar da forte oposição e apoio minoritário, contava o tipógrafo com o apoio de figuras importantes, como Evaristo de Moraes.³³⁹

Vinhaes, apesar de porta-se como representante socialista e representante dos operários no parlamento, esteve envolvido nas principais disputas políticas do regime. Na queda de Deodoro esteve o tenente presente na realização da greve na Central do Brasil, mas ao tentar repetir a manobra contra Floriano, tomando partido na Revolta da Armada, obteve derrota decisiva. Sua posição pode ser explicada pelas alianças que tinha dentro da Marinha, mas suas escolhas pessoais iriam comprometer a organização dos operários. Após seu fracasso o CPO entrou em profunda crise e dissolução. A breve tolerância com os movimentos dos trabalhadores entra em declínio, sendo chamado para prestar esclarecimentos na polícia até França e Silva, que se manteve neutro nos conflitos.

As batalhas de França e Silva não parariam. Organiza um Congresso Operário Nacional em 1892, que não conseguiu reunir muitos representantes dos estados. A sua ideia era criar um partido em âmbito nacional, explorando suas ligações com trabalhadores de outras regiões. Dentro das suas propostas existiam elementos importantes: melhoria da educação dos filhos dos operários, programa de habitação, previdência social, diminuição de impostos sobre gêneros de primeira necessidade, facilidades para a aquisição de terras para os pequenos lavradores, dentre outras.³⁴⁰

Na sua incansável luta ergueu-se a barreira do tempo. O tipógrafo negro encontra seu último suspiro no dia 28 de abril de 1894. Um ano após sua morte rendeu homenagens ao seu túmulo o Partido Operário Socialista, no dia de finados. Criam uma subscrição para erguer “no lugar em que descansa Luiz da França e Silva, uma lápide comemorativa que lembre seus companheiros, aquele que em vida aspirou à regeneração social, e a solução desse problema, dedicou na medida de suas forças, os últimos anos de sua existência”.³⁴¹ Uma década depois, ainda trabalhadores visitavam sua última morada para render homenagens “ao propagandista operário”.³⁴²

³³⁹ CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados...* Op. Cit. p. 55.

³⁴⁰ PÁDUA, José Augusto Valladares. *A capital, a República e o sonho...* op. cit.

³⁴¹ O Paiz, 14/03/1896, p. 4.

³⁴² Idem, 2/11/1895, p. 5.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sensação de encerrar um longo trabalho não é simples. Ao longo da escrita nos deparamos com lacunas e outros caminhos, mas pelo necessário prazo temos de seguir em frente. Dessa maneira, podemos pensar em uma conclusão incompleta. Talvez o objetivo principal de uma dissertação não seja esgotar um assunto, se existe algum trabalho que pretenda isso, mas abrir portas para análises futuras, endossar por novas fontes uma corrente historiográfica recente, municiar com dados parciais pesquisas posteriores de maior fôlego, entre outros. Se as páginas dessa pesquisa atingirem um desses resultados ficamos com o sentimento de dever cumprido.

Compreendemos como a *Revista Typographica*, um periódico editado por tipógrafos nos tempos confusos de 1888 a 1890, pode trazer elementos importantes para o debate sobre a organização dos trabalhadores, associativismo, circulação dos impressos, interpretações distintas da Abolição e República.

A *RT* deixa evidente a longa tradição de mobilização dos tipógrafos, que viam como extremamente importante a criação de publicações que apoiassem suas outras organizações. Assim, em suas páginas encontramos avisos sobre reuniões da longeva Associação Tipográfica, os projetos do Club Gutenberg, e, claro, das atas das reuniões e disputas envolvendo o Centro Tipográfico Treze de Maio.

Esse associativismo e rede de contatos múltiplos não estava circunscrito nos limites da Corte, pelo contrário. Os contatos estabelecidos mapeavam quase todas as províncias e, posteriormente, estados da federação. Mais além, recebiam e interpretavam as experiências dos trabalhadores estrangeiros através de suas publicações, que poderiam chegar em suas mãos por caminhos diversos. Essa questão torna mais complexa as motivações de terminada estratégia política e interpretação da realidade. A capital do país possuía uma força centrípeta sobre as outras partes, mas no caso estudado podemos demonstrar a circulação intensa de informações, e como experiências de outras províncias e países eram incorporadas ao leque de escolhas dos trabalhadores.

Organizar uma cooperativa, partido ou regulamentar o ensino tipográfico eram opções para melhorar a sorte daqueles indivíduos. Existia um dilema entre a identidade criada em que valorizava a aptidão intelectual do ofício, vista como arte, e as péssimas condições de trabalho e vida. Se não existiam dúvidas sobre o consenso em torno da identidade forjada, havia enorme disputa pelos melhores caminhos para solucionar os problemas enfrentados.

A Abolição teria proporcionado a união desejada há tempos. Os tipógrafos conseguiram organizar sua participação nos festejos após o 13 de maio, sendo momento de cooperação e coesão. Não à toa a associação criada logo após utilizaria como símbolo a data memorável, mas suas intenções não obtiveram sucesso. O Centro Tipográfico Treze de Maio, apesar do número razoável de sócios, não conseguiria a adesão de mais da metade dos tipógrafos. Ao se envolver no episódio do *Diário de Notícias*, o redator principal da *RT* seria fortemente atacado na imprensa.

Luiz da França e Silva foi personagem que nos acompanhou neste percurso. Esse tipógrafo negro não teve uma vida fácil. Sua trajetória exemplifica os limites da cidadania negra, antes e depois da Abolição. Na cidade de Bananal, em São Paulo, sofreria com a suspeita de ser escravizado, consequência do estigma da cor, em um momento da precariedade da liberdade. Entre os tipógrafos opositores seria chamado de *Camboatá*, referência ao “*peixe que sujava as águas*”. O racismo, nem sempre explícito, levantava barreiras à união entre grupo que partilhava experiência comuns no mundo do trabalho.

A oposição enfrentada pelo redator da *RT* seria em parte por suas iniciativas. Além da publicação, fez parte do conselho do Centro Tipográfico e se envolveu nas disputas pela liderança do Partido Operário, na República. Em direção oposta, José Xavier Pires foi um tipógrafo empenhado na execução de seu ofício. Nesse aspecto teve grande colaboração na *RT*. Estimado entre seus pares não encontrou muitas desavenças, sendo reconhecido como profissional exemplar, possuindo cargo de liderança na Imprensa Nacional. No fim de mais de 50 anos de serviço recebeu homenagens, inclusive com uma entrevista que o nomeava como “decano dos funcionários públicos”. Para Pires, a distinção entre monarquia e república estava relacionada com as diferenças entre a composição da fala do trono e os discursos dos presidentes.

França e Silva, chamado de *sabugueiro* pelos adversários, compreendia, por inúmeras influências e experiências, que a melhoria do trabalho passava pela política. Assim, seria fundamental a eleição para o legislativo de operários que representassem os interesses do grupo e, por meio da elaboração de leis, alçar avanços em suas demandas. Dessa forma, a “revolução” social representada pela Abolição tinha que ser acompanhada por uma política, assim foi interpretada a República.

No Império com a reforma eleitoral de 1881 houve uma diminuição da participação nas eleições, em decorrência do rigor na comprovação da renda e exclusão dos analfabetos. O regime inaugurado em fins de 1889 deveria significar inclusão, maior participação. Os operários que não se viam apenas como observadores do jogo político, apostaram na organização de um

partido operário nacional, com diversos exemplos estrangeiros, para realizar as melhorias necessárias.

Não seria exagero afirmar que dentro dos abolicionismos existentes, como a democracia rural pensada por Rebouças, existia um que vislumbrava a expansão dos direitos políticos como instrumento de conquista dos direitos sociais. A *RT* é um exemplo formidável para pensarmos nessa continuidade.

Órgão do grupo específico dos tipógrafos, a *RT* trouxe elementos que nos aproximam de sujeitos por vezes ignorados nos grandes desenlaces da política nacional. Não há dúvida da enorme mobilização envolvendo esses trabalhadores, que não absorviam acriticamente os escritos da época, mas, a partir de suas experiências e correspondências, criavam uma interpretação própria do contexto, que influenciaria suas escolhas políticas. A publicação de um periódico externava as opiniões circunscritas de uma oficina, gerava um sentimento de pertencimento, que com o tempo foi sendo expandida para além das caixas de tipo.

Desfeita as esperanças de um regime democrático, em que pudesse florescer partidos operários, novas estratégias e influências surgem para atualizar as lutas travadas. As divisões entre classes operárias vão desaparecendo e no decorrer da Primeira República a formação da classe operária tinha dado passos mais largos. Entretanto, nessas transições e definições existem continuidades, uma delas seria a importância da publicação de periódicos produzido e direcionado aos trabalhadores. Nesse ponto os tipógrafos podem se orgulhar do exemplo dado a posteridade.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009
- ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.
- Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 85, 1965.
- ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares de. *Caminhos na produção da notícia: a imprensa diária no Rio de Janeiro (1875-1891)*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, UERJ, 2015, p.33.
- _____. *Pasquins: Submundo da imprensa na Corte Imperial (1880-1883)*. Rio de Janeiro, Editora Multifoco, 2012.
- BARBOSA, Marialva. *Operários do pensamento (Visões de Mundo dos Tipógrafos no Rio de Janeiro): 1880-1920*. Dissertação de Mestrado, UFF, 1991.
- BATALHA, Cláudio. *Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: J. 2001.
- BATALHA, Cláudio. “Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária”. *Cadernos do AEL*, n. 11/12. Campinas, 2000.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: Jean-Pierre Rioux & Jean François Sirinelli. Para uma história cultural. Lisboa: Estampa, 1998.
- BESSONE, Tania Maria. *Palácios de destinos cruzados: biblioteca, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- BORIS, Fausto. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: DIFEL, 1983.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem e o Teatro das Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo: Brasil (1870-1891). In: CARVALHO, José Murilo de; PEREIRA, Miriam Halpern; RIBEIRO, Gladys Sabina & VAZ, Maria João (orgs.). *Linguagens e fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *História Social*, v. 19, 2010, p. 33-62.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e Botequim*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2012.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. “Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905-1930”. *Afro-Ásia*, n. 24. Salvador, 2000.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: Mídia, cultura e revolução*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

FEBVRE, Lucien & MARTIN, Henri-Jean. *O Aparecimento do Livro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

GOMES, Angela de Castro (org.). *A escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2010

GRAHAM, Sandra L. “O motim do Vintém e a cultura política do Rio de Janeiro: 1880”. *Revista Brasileira de História*, vol. 10, n.20, São Paulo, 1991.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

HOBBSAWM, Eric. *Mundos do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JUNIOR, Raimundo Magalhães. *Três Panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965.

LARA, Silva Hunold. “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”. *Projeto História*, n. 16. São Paulo, fev. 1998.

LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

LUCA, Tania Regina de. *A Ilustração (1884-1892): circulação de textos e imagens entre Paris, Lisboa e Rio de Janeiro*. São Paulo, Editora Unesp, 2018.

MARAN, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARTINS, Ana Luiza & LUCA, Tania Regina de (org.). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2018.

MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Zahar, 1999.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1994, p. 147.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro, Bom Texto, 2008.

McMAKENZIE, Donald Francis. *Bibliografia e a sociologia dos textos*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A República consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

MIRANDA, Clícea Maria Augusto de. Memórias e histórias da Guarda Negra: verso e reverso de uma combativa organização de libertos. In: MACHADO, Maria Helena & CASTILHO, Celso Thomas (orgs.). *Tornando-se livre.: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

MORAES, Renata Figueiredo. Trabalhadores e liberdade – a abolição da escravidão e as comemorações de 1888. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 7, nº 13, janeiro-junho 2015.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 29, nº 59, setembro-dezembro 2016.

NEGRO, Antonio Luigi e GOMES, Flávio dos Santos. As greves antes da “grève”: as paralisações do trabalho feitas por escravos no século XIX. *Artigos & Ensaios* (42): 56-59, 2013.

PÁDUA, José Augusto Valladares. A capital, a República e o sonho: a experiência dos partidos operários de 1890. *Dados*, Revista de Ciências Sociais, v. 28, n. 2, 1985, p. 163-192.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2019

PINTO, Ana Flávia Magalhães. Vicente de Souza: intersecções e confluências na trajetória de um abolicionista, republicano e socialista negro brasileiro. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 32, nº 66, p. 267-186, janeiro-abril 2019.

POLLACK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Rio de Janeiro, Revista Estudos Históricos, vol. 2, n.3, 1989.

Regulamento do Centro Tipográfico, 1889. Arquivo Nacional: Fundo GIF1 5F - 163 / Maço "Centros".

Relatório do Ministério da Fazenda, 1902.

SALLES, Ricardo. Abolição no Brasil: resistência escrava, intelectuais e política (1870-1888). *Revista de Indias*, vol. LXXI, nº 251, 2011.

SALLES, Ricardo. *Nostalgia imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do segundo reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Pai Quibombo, o chefe das macumbas do Rio de Janeiro imperial*. Tempo, vol. 6, nº 11, 2001, p. 157-169.

SANTOS, Cláudia. O ativismo político da Confederação Abolicionista antes e depois do 13 de maio de 1888. In: Lima, Ivana Stolze; Grinberg, Keila; Reis, Daniel Aarão. (Org.).

Instituições Nefandas: O fim da escravidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia. 1ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2018, p.294-326.

SANTOS, Cláudia. *Por uma história republicana da abolição.* Rio de Janeiro: s/e, 2020, cap. 1, p. X

SARTORI, Giovani. O partido como parte. In: SARTORI, Giovani. Partidos e sistemas partidários. Brasília: UnB; Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Malditos tipógrafos. Texto apresentado no I Seminário Brasileiro sobre livro e história editorial, realizado de 8 a 11 de janeiro na Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro (RJ). Disponível em: <<http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br>> Acesso em: 02 de fev. 2020.

SEBASTIÁN, Javier Fernández. “Tradiciones electivas. Cambio, continuidad y ruptura en historia intelectual”. In *Almanack*. Guarulhos, n.07, p.5-26, 1o semestre de 2014.

SILVA, Eduardo. *Dom Obá II D’África, o Príncipe do Povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SKINNER, Quentin. Significação e compreensão na história das ideias. In: *Visões da política.* Lisboa: Difel, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil.* Rio de Janeiro, Mauad, 1999.

THOMPSON, Edward P. *A Formação da classe operária Inglesa I: A árvore da liberdade.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.* São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”.* Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

VITORINO, Arthur José Renda. *Máquinas e operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912).* São Paulo, Annablume, FAPESP, 2000.

VITORINO, Arthur José Renda. Os sonhos dos tipógrafos na Corte Imperial brasileira. In BATALHA, Claudio; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de classe.* Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

APÊNDICE – Periódicos Consultados

Almanack Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, 1870.

A República (1890)

A República Brasileira (1894)

A Rua: Semanário ilustrado (1917)

Calungazinho (1886)

Carbonario (1888)

Correio da Manhã (1903)

Correio Mercantil (1867)

Correio Paulistano (SP, 1883)

Diario de Noticias (1887-1889)

Diario do Brazil (1883)

Diario do Commercio (1889-1892)

Diario do Rio de Janeiro (1866-1876)

Echo Popular (1890)

Gazeta da Tarde (1890-1892)

Gazeta de Noticias (1881-1891)

Gazeta de Ouro Fino (MG, 1892)

Jornal do Brasil (1899-1915)

Jornal do Commercio (1879-1897)

Liberal Mineiro (MG, 1883)

O Apostolo (1888)

O Brazil (1890)

O Combate (1892)

O Fluminense (1894)

O Paiz (1884-1916)

O Povo (RN, 1890)

O Typographo (1867)

Novidades (1888)

Revista Typographica (1864)

Revista Typographica (1888-1890)